

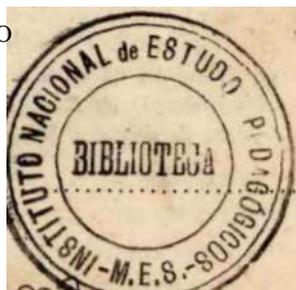
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. VI.

Outubro, 1945

Nº 16

SUMARIO



	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Idéias e debates :</i>	
LOURENÇO FILHO, Ensino e biblioteca	5
GERTRUDES DRISCOLL, A conduta da criança na escola e como observa-la	25
GIORGIO MORTARA, Alfabetização e instrução no Distrito Federal	44
ROBERTO MANGE, A preparação do fator humano para a indústria	66
NICANOR MIRANDA, A alimentação nos parques infantis de São Paulo	71
MURILO MENDES, A Universidade de São Paulo em 1944	87
<i>Documentação :</i>	
O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividade	95
Faculdade Nacional de Arquitetura	136
O ensino primário no Estado de São Paulo	139
<i>Vida educacional :</i>	
A educação brasileira no mês de julho de 1945.	143
informação do país.	155
Informação do estrangeiro.	156
BIBLIOGRAFIA : <i>Donald Pierson</i> , Teoria e Pesquisa em Sociologia; <i>Juan José Gomes de Araujo</i> , Aprendizaje y Educación, Problemas de la formación de la Juventud Moderna	159
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS : <i>Luis Amador Sánchez</i> , Universidades centenárias da América. A educação e a definição de valores; <i>Jubé Júnior</i> , Revisão de atitudes no exame do panorama educativo brasileiro; <i>F. Venâncio Filho</i> , A revisão do livro didático e o espírito	

internacional; *P. Sonnewend*, A denominada educação dos sentidos; *Alexandre Marchant*, A imprensa universitária nos Estados Unidos; *R. de M* , O ensino das ciências sociais162

Atos oficiais :

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL : Decreto-lei n.º 7.198, de 31-8-45 — *Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil*; Decreto-lei n.º 7.938, de 6-9-45 — *Dispõe sobre a execução da lei orgânica do ensino comercial*; Decreto n.º 19.513, de 25-8-45 — *Dispõe sobre a forma de concessão do auxílio federal fará o ensino primário*; Portaria n.º **418**, do Presidente do D.A.S.P., de 12-9-45 — *Cria, nos Cursos de Administração da D.A. do D.A.S.P., um curso de língua portuguesa destinado a bolsistas estrangeiros.174*

ESTUDOS OBJETIVOS DE EDUCAÇÃO

A necessidade de estudos objetivos referentes à educação não precisa de ser demonstrada. Eles se impõem no domínio restrito das atividades do ensino, como ainda, e também, no capítulo da organização geral dos serviços. A obra educacional não é, na, verdade, processo autônomo, que se juxtaponha à vida coletiva. Será, antes, expressão da existência dos grupos sociais, à procura de justa interpretação e de equilibrada direção. Mas, por isso mesmo, exige o estudo das condições históricas, e daquelas do momento em que esteja ocorrendo o processo educativo; o das necessidades a que deva atender; o das possibilidades de expansão e aperfeiçoamento, e, como será natural, o exame das condições de seu próprio financiamento. Tudo, de forma a apurar a consciência dos fatores do complexo processo que envolve, e a concorrer para a fixação de objetivos definidos, a serem progressivamente alcançados, permitindo, por outro lado, a escolha dos meios mais seguros e idôneos para a consecução desses fins. Em países de vasta extensão territorial, com ambientes culturais diversos e, em consequência, de condições educacionais também muito diferenciadas, o estudo permanente dos fatos da educação apresenta-se como indispensável recurso de organização. Sentiu-o o governo dos Estados Unidos, já em 1867, pelo que instituiu o "Office of Education", centro de documentação e pesquisa pedagógica. Sentiram-no, por igual, a Inglaterra, ao instituir o seu "Board of Education", a França e a Bélgica, com os seus Museus Pedagógicos, a Áustria, a Suécia, e ainda outras nações, com órgãos similares. No Brasil, também já os constituintes de 1823 delineavam um instituto geral para o estudo da cultura nacional; no império, por várias vezes, a mesma idéia surgiu; e, na república diversos projetos vieram a ser defendidos. Mas o peso da tradição, de uma parte, e mal entendido sentimento de autonomia regional, de outra, opuseram-se continuamente a instituição de órgãos com essa finalidade. O Pedagogium, nos primeiros meses do novo regime, foi episódio efêmero. Os Con-

selhos de ensino, por sua própria constituição, deveriam ser logo absorvidos por outros encargos. À falta de firme direção do governo despertou-se a iniciativa privada, e associações de educadores tentaram os mais patrióticos esforços no sentido de preencher a lacuna, por todos sentida, e mais particularmente revelada, depois da criação do Ministério da Educação, em fins de 1930. Vários anos se deveriam passar, no entanto, sem que esse ministério fosse dotado de um órgão de documentação e pesquisa, que sistematicamente reunisse aqueles indispensáveis elementos de estudo, e, com base neles, pudesse esclarecer fatos e situações, condições e fatores da vida educacional brasileira. Criado, por fim, em janeiro de 1937, e instalado em agosto do ano seguinte, com a denominação de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, esse órgão agora oferece os resultados de uma das mais interessantes e elucidativas experiências no terreno da organização educacional. Oportuno pareceu a esta REVISTA publicar, como o faz neste número, os antecedentes da idéia, e o relato dos trabalhos de instalação e de atividade de produção do I. N. E. P., nos seus sete anos de existência. Embora com a dupla finalidade de proceder a estudos pedagógicos e de executar tarefas de orientação e seleção profissional, pôde coligir documentação histórica e ocorrente relativamente a instituições, doutrinas e técnicas pedagógicas; desenvolveu atividades de intercâmbio; procedeu a pesquisas sobre questões de organização do ensino e, mais particularmente, sobre problemas de psicologia aplicada; divulgou, por todas as formas ao seu alcance, em publicações, palestras, cursos e conferências, modernos conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica; concorreu, enfim, quer por efeito geral de seus estudos, como pela elaboração de planos e projetos específicos, para maior coordenação das atividades educacionais do Ministério, a que serve como órgão técnico central. Aspecto dos mais importantes, têm sido, sem dúvida, as atividades de assistência e cooperação técnica prestada a serviços estaduais, municipais e particulares de educação, em todo o país. Os fatos e índices numéricos, que se publicam, hão de merecer, por certo, da parte de administradores, professores, e estudiosos do assunto, em geral, justificada atenção.

ENSINO E BIBLIOTECA (*)

LOURENÇO FILHO
Do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos

Na obra da cultura, ensino e biblioteca se completam. Com o primeiro, vive a tradição, que nos livros se acumula e por eles se expande. A ação do mestre proporciona comunicação mais intensa, mas, por sua própria natureza, de extensão limitada. A ação do livro, ao contrário, tudo pode abranger, é onímoda e universal. Faltam-lhe, porém, a flexibilidade e as qualidades de pronta adaptação a cada caso individual, que só a ação do mestre chega a proporcionar. Sem o ensino não haveria a comunicação de alma a alma; sem o livro, porém, a experiência humana seria muito escassa. Se hoje podemos viver e pensar, usufruindo a experiência de três ou quatro mil anos, observa LABOULAY, isso o fazemos graças ao que se contém nos livros.

Ensino e biblioteca são por tudo isso instrumentos complementares: na obra da cultura, o mestre e o livro têm de concorrer harmoniosamente. Dizia Emerson que o de que melhor podem fazer as escolas, simples classes primárias ou universidades, é *ensinar a ler*". Ensinar a ler, isto é, habilitar as crianças e os jovens a saber servir-se do patrimônio da experiência comum e milenária, que a tradição escrita pode oferecer. Carlyle, por sua vez, lembrava que uma boa coleção de livros representa uma universidade, — subentendido, é claro, que antes se tenha feito um bom curso secundário...

Pode-se afirmar, certamente, que o mestre será tanto mais capaz quanto mais rápida e completamente chegue a tornar-se inútil ao aluno, ou seja, tanto quanto possa levá-lo a trabalhar por si, com a própria

(*) Palestra realizada na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público.

experiência, e com a que encontre nos livros. Desse modo, terá feito do aluno o seu próprio guia, e se terá substituído, não por outro mestre, mas por todos os mestres, de todos os tempos, lugares e idiomas, pelos de todas as escolas, tendências e temperamentos. Ter-se-á multiplicado ao infinito, desde que haja inculcado os princípios e as técnicas da auto-educação, a prática da liberação pessoal pela cultura, de que a leitura é indispensável instrumento.

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se.. Uma escola, sem biblioteca, é aparelho imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. A compreensão destas idéias começa, felizmente, a vigorar entre nós. Certas bibliotecas escolares se modernizam, e passam a funcionar de forma menos ineficiente. Outras ensaiam orientar os leitores, sugerir-lhes trabalhos, proporcionar-lhes melhores recursos de organização.

Entre estas, a biblioteca do D.A.S.P. se tem destacado no esforço de transformar-se em instrumento ativo de cultura. E bastará que olheis suas instalações, seus catálogos, seu boletim periódico, para que vejais até que ponto já realizou o alto programa que tem em mira. Essa atuação agora se desdobra em nova feição, que é a destas palestras no próprio recinto dos livros. Não que se descreia da ação das folhas impressas, discretas por natureza. O que se deseja, pela exposição oral de certos problemas é a comunicação pessoal, de parte de algumas pessoas indiscretas, para que, pela sugestão do que digam, e da controvérsia que suscitem, novo interesse possa haver por alguns importantes pontos da cultura... e da leitura.

Chamado a iniciar estas palestras, lembrei-me de trazer-vos observações não propriamente de ordem técnica — pois isso está nos livros. e de forma muito mais clara e extensa do que eu o poderia aqui fazer — mas, de ordem pessoal. Uma espécie de exame de consciência, também uma espécie de depoimento despretensioso, como hão de ser todos os que desejarem despertar crédito.

LEDOR INCORRIGÍVEL

Ledor incorrigível tenho sido, e sou. Que haja procurado inclinar outros à leitura, e observar neles a influência dos textos, fácil é, também, de compreender. Oferece-se-me, assim, ensejo para exa-

minar convosco duas questões, talvez oportunas: *Que ensinamentos tenho eu recebido no trato dos livros?... Por outro lado, que tenho eu observado das relações entre biblioteca e ensino?...*

Estas indagações podem ser propostas a qualquer e, por qualquer, respondidas. Serão, naturalmente, variáveis as respostas, segundo a idade, a experiência e as oportunidades, o maior ou menor cabedal de leitura, e as maiores possibilidades da observação que tiverem tido.

De modo geral, porém, as respostas serão favoráveis à leitura, e, portanto, aos livros. Sem a escrita, não haveria o aproveitamento, a cada nova geração, da experiência das gerações passadas. E sem a imprensa, que permite, de forma econômica e elegante, a disseminação dessa experiência, a cultura média do povo seria por toda parte muito reduzida. Ponto pacífico, para que nele tenhamos de insistir.

O problema surge na observação das formas habituais do emprego do livro, para uso próprio e dos outros; no que a leitura tenha podido dar a, cada um de nós, e na influência que tenha tido, segundo nossa observação real, junto a crianças, jovens e adultos.

Comecei a lei na idade normal, aos sete anos. Acrescentarei, como informação absolutamente confidencial, que a minha experiência pessoal com a leitura data já de quarenta anos. Pois nesse prazo, bastante longo, vejamos o que teria acontecido.

Primeiramente examinemos o aspecto quantitativo. Houve fases de minha vida em que li por cinco e mais horas, em cada dia; noutras, menos. Revendo essas fases, posso concluir, modestamente, que tenha lido, em média, desde os oito anos, na escola ou fora dela, três horas por dia.

Criança, um pouco enfermiça, distraía-me lendo. Estudante, de poucos recursos, lia apressadamente, em livros de empréstimo, ou em livros que tomava a casas de livros usados, por poucos dias, para revendê-los, logo a seguir, com algum prejuízo, é certo, mas de forma a variar com pouco dinheiro o material de leitura. Professor, mais tarde, cabia-me ler, e fazer ler, por dever profissional. Leio em casa, a qualquer hora, mas sobretudo à noite. Leio no meu escritório, ouvindo rádio, ou deitado. Leio no bonde, não raro, andando na rua, o que às vezes, tenho observado, perturba um pouco a leitura e o tráfego. Mas, leio sempre.

Dado que a média tenha sido realmente dessas três horas diárias, ao cabo de quarenta anos tem-se mais ou menos 43 mil horas.

Talvez eu leia mal: mas leio depressa. A velocidade depende da matéria, da dificuldade dos trechos, dos objetivos que tenha, da circunstância de ser o livro em língua nacional, ou idioma estranho, e, ainda, de ler prosa ou verso. Os versos, por exemplo, sobretudo os dos autores modernos, eu os leio sempre muito de vagar. (Na verdade, tenho a impressão de que a poesia moderna é como música oriental: vale menos pelos sons que pelos intervalos...) Por isso, logo se vê, posso gastar numa página trinta segundos, um minuto ou uma hora. Certos textos, eu os leio "em diagonal". Certos livros, leio saltando parágrafos, numa espécie de caça às idéias, que alguns autores porfiam, por vezes, em esconder cautelosamente, sob considerações gerais ou mesmo especiais, de nenhum valor — tarefa em que, diga-se a verdade, são eles freqüentemente muito bem sucedidos.

Como quer que seja, posso chegar a uma estimativa razoável de velocidade, e que é a de vinte páginas por hora. Estimativa razoável, para quem lê depressa, e que dá, nos quatro decênios, cerca de 870 mil páginas. Tomada a média de 250 páginas por volume, chegamos a uma primeira e melancólica conclusão: o que pode ler um homem, mesmo leitor incorrigível, é muito pouco. Nesse todo grande esforço, não tenho conhecido senão 3.500 livros completos, ou matéria que a eles corresponda. Admitida a média de 300 páginas por volume, a estimativa baixaria a menos de três mil.

Numa ou noutra hipótese, teríamos cerca de 80 por ano, sete por mês, quase dois por semana, cálculo que deve andar muito próximo da verdade. Minha coleção pessoal não ultrapassa quatro mil volumes. Destes, cerca de mil, seguramente, nunca foram lidos de ponta a ponta. Muitos capítulos foram saltados. Mais de uma centena, seguramente também nunca tiveram as folhas abertas. Volumes há, que adquiri por causa de uma gravura, de um gráfico, de um prefácio. Outros, que não li, justamente, por causa do prefácio. Outros ainda dos quais me contentei em ler o índice, folhear e beliscar alguns períodos — para ter impressão definitiva sobre eles, e dar-lhes o destino certo: *limbo*, quer dizer, prateleira na garage.

Há também volumes que adquiri para utilização, em novos estudos cuja oportunidade nunca chegou. Outros, recebidos de amigos, que

me quiseram obsequiar atraídos pelo preço da encadernação, e desconhecedores cordiais de meus gostos e preferências de leitura. Ao contrário, há também os que li e li, atentamente, fichando cada capítulo, para devolvê-los, sempre que exigidos, aos seus legítimos donos.

Esta confissão leva-me a referir desde logo uma observação curiosa no trato dos livros: é a do prazer de sua *posse física*, quase sensual. Essa fase aparece, segundo tenho observado, na idade da adolescência, em que a posse física de um volume parece significar a posse mesma do conhecimento que ele traga nas páginas. Como é fácil compreender, isso pode coincidir, ou não. Não importa que coincida, que se tenha lido a obra, que se tenha meditado sobre ela, repensado o que nela esteja impresso... Desde que esteja ao alcance de nossa mão ou cie nossos olhos, ali na estante, isso será bastante. Nessa ilusão, muita gente boa se compraz, mesmo depois, muito depois da adolescência. Evidente sinal de mocidade de espírito, de invejar-se.

Alguns cedem de vez aos apelos da bibliomania. O livro pode ser uns ornamento da sala ou do escritório, como um bonito jarro ou estatueta de terra cota. "E, depois, diz-nos por vezes uma elegante dama, "dá à casa um ar tão intelectual... O sr. não acha?!"... Achamos sempre, pois que é das regras da boa educação e da prudência não discordar nunca nesses casos. No particular, é conhecida a história do homem (e aqui foi um homem) que levava no bolso um cordel para medir a espessura da lombada de volumes que ia comprar. "Mas, meu amigo, diz o livreiro, esses livros são todos exemplares iguais da mesma obra!" "E que tem isso? não faz mal. Dá certinho no buraco da estante da sala, e a encadernação é tão bonita!"

Esses casos mostram aberração no uso dos livros, e levam a examinar-lhe as verdadeiras funções. "Por que e para que você terá lido o que leu? ..." "Por que realmente terá lido?!...",

MOTIVAÇÃO DA LEITURA

A motivação para a leitura é de ordem muito pessoal, e, ainda na mesma pessoa, muito variável segundo as circunstâncias. Parece, no entanto, que lemos para três coisas fundamentais: 1.^a, para que nos informemos, como no caso da tabuleta do bonde, do catálogo do telefone, do Estatuto dos funcionários, e de certos livros técnicos; aí a lei-

tura interessa ao que tenhamos de fazer, de forma utilitária e premente: 2.º para que formemos certos hábitos mentais, para que e>perimentemos certas novas estruturas da inteligência, ou, para que por-nhamos à prova as que já possuímos; é a leitura em que buscamos não a feição informativa, mas a substância formadora do espírito. Cabe aí um pouco de tudo, segundo a idade e a formação mental do leitor, e tanto podem valer os Diálogos, de Platão, como o exemplar ainda úmido de um vespertino; 3.º lemos para nos distrair, para descansar o espírito das atribulações momentâneas, para nos evadirmos de nosso meio e de nós mesmos. Aqui aparecem os livros de ficção, em geral, as aventuras, as narrativas de viagem. Diga-se, porém, que, em certos casos, mesmo com as sugestões de um livro profundo, logramos sonhar.

Há idades em que nos preocupa, especialmente, a leitura informativa. Descobrimos que há um mundo a conhecer, uma história, uma filosofia. E somos atacados então de uma espécie de bulimia da leitura: ler, ler seja o que for, como for, para saber, para aumentar o cabedal de conhecimentos, pouco importando a desordem da leitura, a falta de conexão entre os assuntos, a nenhuma hierarquia dos autores... Espíritos mais preguiçosos contentam-se também, por aí, com manuaizinhos simples: o resumo, o esboço, o artigo da enciclopédia. F. formam logo juízo acabado sobre a matéria. E' dos pontos que a boa direção do ensino, na escola e nas bibliotecas, poderá corrigir.

Mas, é claro, será preciso não cair no extremo oposto, e o justo termo, devemos dizer, é sempre muito difícil. Casos há em que se pode chegar àqueles extremos de Paul Bourde, a que se refere Pierre Mille, num de seus formosos volumes. Bourde decidiu um dia, tinha ele 30 anos, conhecer a vida de Napoleão, para escrever uma obra. Por isso, durante dez anos, reuniu, leu e fichou tudo quanto pôde encontrar sobre a vida do guerreiro corso. Aos 40 anos, podia anunciar: "Agora, sim! estou de posse do assunto. Mas o caso é que, para compreendê-lo devidamente — acrescenciva — será preciso conhecer, também, a história da revolução francesa, de que Napoleão proveiu. E estou, assim, acumulando novo material"... Segunda biblioteca, e segundo aprofundado estudo. Outros dez anos, passados em intenso trabalho, e confessava agora Paul Bourde: "A revolução francesa, meus amigos, brotou de um grande movimento filosófico que tomou também a feição de movimento religioso; razão por que estou, neste

momento, a braços com a história da filosofia e a história das religiões..." Morreu o pobre aos sessenta e poucos anos, tendo deixado, da projetada obra, apenas uma dezena de páginas, publicadas afinal, com sentido necrológico, na revista "Le Mercure de France"...

Conta-se, coisa parecida, dum certo padre Pereira, de Portugal, que desejou, patrioticamente, escrever a história de seu país. De reflexão em reflexão, percebeu que deveria começar com a narrativa do DILÚVIO. Quando morreu, bem entrado em anos, ocupava-se em traçar o capítulo em que descrevia a batalha de Aljubarrota.

Eis, aí, dois perigos a evitar, nas leituras que digam respeito à informação. Se, por um lado, como já afirmavam os antigos, devemos fugir do homem de um só livro, não nos falte também o aviso do dístico: *Ars longa, vita brevis*. Por isso, dizia eu, há pouco, que á estimativa daqueles três mil volumes, em 40 anos era, e é, na verdade, bem melancólica conclusão, quanto ao poder humano de acumular conhecimentos. Não bastará ler muito, será necessário ler bem e o ensino e a biblioteca, aqui, como em tudo hão de andar juntos-

A BUSCA DE INFORMAÇÕES

Neste particular, pelo menos em minha experiência, posso confirmar alguns pontos importantes, já por outros notados. Até certa idade, lemos infatigavelmente, com o intuito de conhecer, de saber, de procurar a verdade. Verificamos logo que temos que restringir o quadro, isto é, que temos de optar por uma especialidade e de nela nos aprofundarmos. Ou, então, ficaremos espíritos superficiais, espécie de Tesouro da Juventude, muito útil em certa época da vida, como o título indica, mas insuficiente, depois, e com índice geral e remissivo que sempre funciona muito mal...

Temos que nos especializar, portanto, e aí aparece novo embaraço. O especialista propriamente dito é um ser monstruoso. Homem de tapa-olhos vê direito na estrada a fita de solo asfaltada, ou de chão pedregoso, ou de terra batida, mas deixa de ver a paisagem em derredor, as árvores floridas, os campos e as serras, os rios que passam, as colinas e os outros caminhos... Deixa de notar, enfim, os contornos e os encantos da paisagem, e que, só estes, dão verdadeiro significado à estrada...

E acresce o seguinte: até certa altura da vida, interessa-nos o conhecimento da ciência feita, daquilo que supomos conter a verdade. da construção mental lograda pelo homem sobre determinado assunto. Acumulamos material, empilhamos pedras e traves. Pouco a pouco, queiramos, ou não, aquilo vai tomando forma: faz-se um belo palácio, ou casa modesta, frágil, de poucas peças.

E, então, daí por diante o que passa a interessar, como especialistas, já não é o que sirva a construir, mas o que sirva a retocar e, por vezes, mesmo, a destruir. Nossos interesses de leitura vão oscilar, da obra da exposição geral, dos tratados, e das enciclopédias, para os estudos mono gráficos, os artigos das revistas, os anais de congressos e as notas prévias.

Até certa altura, perguntávamos o que seria a verdade, para conhecer dela tudo quanto pudessemos. Depois, passamos a perguntar, em face da construção que chegamos a levantar, o que não seja mais a verdade, o que não constitua mais a ciência do ano, do mês, da semana...

Na melhor das hipóteses, há uma conseqüência salutar: acabamos por chegar a uma grande humildade intelectual, à compreensão da relatividade das doutrinas, das escolas, da fragilidade do conhecimento humano, como instrumento, simples instrumento na pesquisa da verdade. Para muitos, nesta época, aparece um novo interesse: a dos clássicos na matéria, a dos antigos, a dos fundadores da disciplina. Já não nos atrai o que seja a verdade, em si, compreendida como alguma coisa de estático. O que interessa é o método da pesquisa, a compreensão de suas limitações, de sua relatividade. Nosso espírito ganha valor em sabedoria, e começa a sentir a frase de Da Vinci: "Felizes os que sabem ouvir a palavra dos mortos"...

No decorrer disso tudo — é a minha experiência pessoal pelo menos — nossos interesses passam da curiosidade *dos autores* para a curiosidade *dos assuntos*: depois, para a curiosidade *dos métodos*. Na juventude, o normal é citar os autores, estar preso a um sistema, a uma doutrina, à necessidade de sermos fiéis a um só... Isto é bom, salutar à vida social e à própria tranqüilidade individual, penso eu, nas práticas do amor. Não, porém, nas amizades, e o que de melhor devemos dedicar aos autores é amizade, não o amor, por sua natureza, absorvente e exclusivo.

Normalmente, os jovens sabem citar de memória, mesmo em conversa, o autor tal, às vezes com o luxo biblioteconômico do capítulo, da página, do editor, da data ... O homem maduro, cita o título da obra, quase sempre errado. O mais amadurecido ainda, afirma: "Bem, isto são idéias da escola tal na época tal... Mas, já em Aristóteles, (ou em São Tomás), (ou em Pascal) também isso se encontra..."

Há possibilidade, ainda aí, de aberrações curiosas. Uma primeira, a do especialista que construiu o seu palácio ou a sua vila, e que continua a garantir que aquilo é a melhor construção do mundo. "Coisas novas?! Ora deixe-se de tolices! A verdade integral está em tal autor. Tudo mais são histórias..."

Uma segunda, é de que, em matéria de conhecimentos só se deverá ler a última revista chegada. — "Pois, fique sabendo, meu amigo que o valor de vitaminas é uma ilusão. Li ainda agora numa revista argentina, o "Parati..." Para este, não haverá jamais, a casa feita; a porta, no seu lugar; a escada, o salão e os demais aposentos... O que há são tijolos, tijolinhos novos, lustrosos, ladrilhos rebrilhantes, e ornatos de fachada, não discriminados do material pesado e firme do embasamento. Nem medida, nem hierarquia.

A CONQUISTA DA CULTURA

Estas considerações levam-nos claramente, à segunda espécie de motivação da leitura, a de lermos para procurar *cultura*. Isto é, para dar arranjo a todo esse material, aos tijolos, à argamassa, às traves e ornatos.

Para usar de imagem de sabor atual, e já utilizada por alguém, poderíamos dizer que a leitura para obter simples conhecimentos, noções, idéias, é uma espécie de exame dos comunicados oficiais de guerra. "Nossa divisão tal avançou para tal posto. Tomamos tantos canhões, destruímos tantos tanques, e fizemos tantas centenas de prisioneiros"... Isto significa "resultados", tão somente resultados", e, ainda assim, daqueles que convirá difundir no momento. Tal é a ciência feita.

Was, só ao cabo de toda uma campanha, ou pelo menos, ao fim de uma fase completa da campanha, é que poderemos compreender o plano estratégico geral, e as próprias fases táticas essenciais. Então, passamos a ver que homens, máquinas, terreno, objetivos, hierarquia desses objetivos — tudo deveria ter funcionado, na cabeça de um estado

maior, como alguma coisa de perfeitamente articulado, condicionado a princípios, a razões de experiência, e a valores também: sacrificar ou não sacrificar material e homens, por exemplo, sacrificar mais material que homens, mais homens que material, mais terreno que homens....

A ciência feita são os comunicados de guerra, os apontamentos, com as quais se escreverá a simples história dos resultados das ciências, da evolução dos conhecimentos. *A cultura* é a estratégia. Só depois do exame de inúmeros comunicados, chegaremos a compreender o plano, a fazê-lo funcionar em nossa cabeça, a distribuí-lo nas fases essenciais, e a entender, então, a fraqueza ou a força do inimigo que, no caso, é a ignorância infinita do homem, em relação a coisas da vida e do mundo...

A um especialista de artilharia, bastará saber fazer funcionar as peças, na hora certa, no ângulo certo, com a carga certa. *Mutatis mutandis*, o mesmo aos especialistas das outras armas, e elas hoje são tantas... Mas ao quartel general não bastará ter uma especialidade, nem a visão parcelada de um só golpe tático. No caso, entram fatores de dimensão, de organização, de coordenação geral, de execução, de controle.

O mesmo se dá com o caso da cultura. Já alguém disse que ela é o que fica, depois que esquecemos tudo quanto tenhamos aprendido — tudo, quer dizer, os comunicados de guerra. O que fica, quer dizer a capacidade pronta de entender as situações complexas, avaliar o terreno, dispor as tropas, fixar a hora H, ter em conta o municciamento, o corpo de saúde, e até mesmo, os efeitos psicológicos da campanha. Essa capacidade é a cultura. Ela pode resolver uma situação, mesmo com escassos elementos; pode dar forma, integridade, coordenação, valor funcional ao que conhecemos da realidade, para atuar sobre essa realidade. *Ela representa, enfim, o poder criador do espírito, sobre aqueles retalhos da verdade, simples retalhos, que o espírito pode conhecer, ou reconhecer nas coisas.*

REFLEXÕES SOBRE A CULTURA

E, a leitura, por si só, poderá servir a isso?...

Grave e sério problema, sobre o qual teremos de refletir um pouco. E' claro que para o exame acabado dos problemas da cultura, muito teríamos que nos desviar da matéria deste simples depoimento.

Detenhamo-nos, porém, no conceito, até agora apenas entrevisto r uma imagem pitoresca. A questão da cultura oferece aspectos e divergência e de acesa discussão. Muitos autores há que, por isso, jutam sempre ao nome um adjetivo: cultura *geral*, cultura *clássica*, cultura *científica*, cultura *humanística*...

Empreguemos o conceito no sentido mais amplo, o de cultura geral, a capacidade, em cada indivíduo, de compreender os fatos ou noções que deles tenhamos; de classificá-los e, assim, de lhes darmos hierarquia; de relacioná-los, ou integrá-los, em conjuntos cada vez mais amplos; de confrontá-los, na sua aplicação, com ideais justos e humanos, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista da coletividade.

Direis que isso tudo é muito, no que estou de pleno acordo. Direis também que o conceito envolverá compreensão intelectual, artística e ainda moral, o que também não nego. A cultura será sempre um processo de elevação e de liberação das capacidades humanas no compreender, criar e julgar. Será a culminância do pensamento, da arte e da moral, o equilíbrio dos poderes mentais e estéticos — o sentido humano mais alto.

Tentemos uma fórmula, insuficiente talvez, mas clara: o homem culto será aquele que se saiba situar no tempo e no espaço, compreendendo a relatividade de sua posição. Daí, a necessidade da compreensão histórica, e das dimensões no universo. Daí a necessidade de sentir-se o homem culto dentro de um sistema, e ademais, de um sistema dinâmico, sempre, em movimento. Daí, sentir-se influído por esse sistema, mas, dentro dele sentir-se capaz com maior ou menor ilusão, do uso da liberdade... A cultura geral deve saber levar a estas duas coisas tão fáceis de dizer e tão difíceis de realizar; *julgar com sabedoria, e sentir-se livre e responsável*. Nesta concepção, o homem culto não é o simples erudito. Há homens cultos e eruditos; há homens eruditos mais ou menos cultos; há homens cultos mais ou menos eruditos: Mas existem eruditos incultos, e há especializados... que Deus nos perdoe!

De certo modo (estamos aqui à procura de fórmulas breves), podemos dizer também que a cultura geral se opõe ao que possa ser chamado de *espírito primário*. Este só vê as diferenças. A posse daquela ensina-nos a ver, sobretudo, as semelhanças. A percepção das

diferenças, como é natural, secciona o mundo em partes, continentes, países, regiões, distritos; vê as coisas e os homens separadamente: as partes das coisas, os aspectos da vida humana, e uns, postos contra os outros... A compreensão das semelhanças, ao contrário, leva-nos a unir. Ao mesmo tempo que analisamos, iniciamos o trabalho inverso, de recompor o mundo e a sociedade, em unidade cada vez maiores.

Tirai as conclusões: o homem inculto é particularista, individualista extremado, egoísta, dominador. O homem culto, tal como o supomos, é menos individualista, menos egoísta, tende para o universal, isto é, para uma atitude de franca cooperação. Daí o seu *humanismo*, a capacidade de compreender aos homens e a si mesmo.

Bem sentis, portanto, que a cultura não pode ser considerada como um *nível* a que se chegue, nem uma *posição*, ou remanso onde ancore o barco. E' ela uma aventura contínua, por toda a existência — uma aventura, em que uns serão mais bem sucedidos, outros menos... E' a cultura conquista permanente, uma porfiada renovação do ser. Exige a reconstrução incessante de novas experiências; o sacrifício de gostos e preferências, muitas vezes; a vigilância do humano, demasiadamente humano, em cada um de nós sempre presente.

Ora, por isso mesmo, não há cultura sem o exame, do pensamento dos outros, de muitos outros. O que quer dizer, *não há cultura sem leitura*. Não tem outro sentido o dito de João Bright. Como tivessem perguntado um dia ao grande político inglês, qual teria sido a aquisição mais preciosa de sua vida, respondeu ele, sem hesitação: O gosto pela leitura".

OS ELEMENTOS DA CULTURA

Tomemos de um estudo recente, e que não pode ser acoimado de inaplicável ao nosso tempo, pois que aparece num trabalho chamado "A cultura geral no após-guerra", publicado no Boletim da Associação dos Colégios Universitários Americanos, uma tentativa de análise dos elementos da cultura: "O que a cultura exige, no indivíduo, para prosseguimento, depois, em proveito de sua formação, é o seguinte:

- 1) falar e escrever com plena eficiência, a sua própria língua;
- 2) conhecer, pelo menos, um idioma estrangeiro;
- 3) entender, organizar e interpretar os fatos correntes do mundo físico e social;

- 4) compreender e ser capaz de julgar com critério, e plasticidade de imaginação, as grande obras de arte, os sistemas éticos e religiosos;
- 5) utilizar com propriedade e sentido de adequação, cada vez mais perfeitos, os principais elementos da arte e das ciências;
- 6) saber conviver e saber cooperar com os seus semelhantes, num espírito de simpatia humana, justiça e compreensão.

E o referido estudo acrescenta: Se o homem há de ser responsável como indivíduo e como cidadão, terá de ser capaz também de pensar e julgar com independência; e para manter ideais sadios, será indispensável refletir com espírito crítico e com conhecimento da verdade existente. Donde a importância do ensino dos processos objetivos e imparciais do método científico, e do cultivo da expressão clara e eficiente, tanto oral como escrita; só assim se definirão bem os ideais de cada um, e cada um contribuirá, da melhor maneira possível, para a vida social de hoje, cuja base é a compreensão mútua. Tão somente quando o homem chegue à convicção de que a auto-expressão, assim concebida, seja útil, e não só útil mas necessária, como fonte de verdadeiro prazer intelectual, é que descobrirá também o poder de comunicar o que sabe. E descobrirá, então, que criar e fruir a beleza, em todas as suas manifestações, são os meios pelos quais adquirirá a consciência de que é livre — livre não somente do ponto de vista político, mas também moral, mas também da vida espiritual em toda a sua plenitude. Esta consciência da liberdade espiritual será o mais poderoso fator da convicção democrática, resumida no pensamento de que a única forma digna de ser vivida é a vida na liberdade".

Examinemos agora o mesmo pensamento, embora de forma menos concisa, numa obra do Padre Francisco Charmot, diretor de estudos em Yzeur, em França. Nesse trabalho, sob o título "La teste bien faicte" (dístico que tomou, neste francês antigo, a Montaigne) proclama o ilustrado jesuíta a necessidade dos estudos científicos, de par com os estudos da história e o das línguas mortas. Diz ele: "O humanismo científico é o que expulsa de todos os processos do espírito esses terríveis defeitos que qualificamos de o vago, o impreciso, o caprichoso, o instintivo, o ilogista, o incoerente, o imaginativo, o próprio do dilettante, ou do amador, a prestigitação verbal, numa palavra, a sonoridade balofa, o brilho inútil, o ilusionismo dos vocábulos e das imagens.

O humanismo científico é uma lei de probidade, de franqueza, de liberdade, de verdade, de exata medida em todas as coisas. Um bom mestre de literatura, de arte ou de história, deve possuir os dons do humanismo científico e de fazê-los valer em seu magistério". E acrescenta pouco adiante: Não é a ciência que é rebelde ao humanismo; pode acontecer que o seja o cientista *que a ensine*".

Numa ou noutra dessas opiniões, de origem tão diversas, há um fundo comum: a de que a cultura não se poderá fazer sem o conhecimento dos fatos e de suas relações; mas, por outro lado, de que só os fatos, nomes e classificações, por si mesmos, chegam a formar, catálogos, não a representar expressão de cultura.

Igualmente, numa e noutra dessas descrições, verifica-se que a cultura deverá surgir de uma harmoniosa *interpretação* e *valorização* dos fatos, o que exigirá a compreensão histórica e o estudo das letras, sejam as antigas, como deseja o P. Charmot, sejam as modernas, como acentua a Associação dos Colégios Universitários Americanos.

As conseqüências na leitura aparecem agora muito claras: deverá ela cobrir um e outro campo, o dos *conceitos de realidade*, na ciência; e o os *conceitos de valor*, nas letras, nas obras de indagação social, histórica, política, moral, filosófica.

O plano será infinito. E, como já vimos, neste depoimento, que em quarenta anos, um homem, embora incorrigível leitor, lê pouco mais de três mil livros, haverá sempre necessidade de economizar a leitura, de planejá-la de modo adequado e de articulá-la para objetivos completos. Confesso que, na minha alongada experiência, não me pude beneficiar de rigoroso plano desse gênero. Li o que foi possível, e como tenha sido possível, o que justifica minhas lacunas de cultura.

LEITURAS OPORTUNAS

Mas, certo é também que, por acaso, por simples acaso, alguns livros me caíram nas mãos, em momento que, agora, vejo, foram dos mais oportunos. Posso citar-vos três ou quatro da mais diversa espécie. Na crise filosófica da adolescência, por exemplo, li o livro de Mach, *L'erreur et la verite*" (que cito na tradução francesa, porque nela é que o conheci); o livro de Jules Payot, *L'éducation de la volonté*", e mais tarde, *"Le travail intellectuel et la volonté"* o *"Tratado do Método"*, de Descartes. Em relação à formação pedagógica,

cito os pareceres de Rui Barbosa, lidos e relidos com especial carinho, aos vinte anos.

Penso que li muito prematuramente, quase toda a obra de Anatole France, bem como boa parte de nosso Machado de Assis-Devorei, com grande apetite, entre os 18 e os 25, boa massa de literatura portuguesa, francesa e italiana, de boa e de má qualidade.

Penso que devo fazer menção também à minha leitura predileta entre os 11 e o 13: a coleção de Conan Doyle, publicada então, em folhetos, por uma empresa, aqui do Rio ou de Portugal, não sei ao certo. Era a leitura de um chefe de trem residente na vila em que nasci, e que me cedia os folhetos, por aluguel, a dois centavos cada um. Dinheiro bem empregado!

Penso ter lido também, em ocasião azada, a "História do Brasil", de João Ribeiro, que me reconciliou, de muito, com os estudos históricos; a Gramática Filosófica", de Soares Barbosa, que me reconciliou com os estudos da língua; "O pensamento e as coisas", de Baldwin, que me mostrou existir uma lógica genética. .. Poderia citar outros, mas estes exemplos bastam.

Do ponto de vista de minha especialidade, li muita psicologia, de 1.º, de 2.º e 3.º ordem, desde os dezesseis anos. As vezes, mandava eu comprar um livro, por indicação do catálogo, com este título: "Os fenômenos psíquicos". Examinava os primeiros capítulos, e só então via que se tratava de espiritismo. Mas lia, assim mesmo, para não perder o que havia dispendido, e muitas vezes, aprendi coisas úteis, ou fui levada a refletir sobre elas.

Essa longa aventura, é a aventura, creio eu, da maioria dos moços da minha geração, em situações de vida idênticas, modestos auto-didatas. Não havia então, como hoje, maior facilidade na aquisição de livros. Os próprios compêndios eram poucos, e raramente bem adaptados ao ensino. As bibliotecas, muito menos numerosas. muitas vezes sem qualquer organização e sem pessoal devidamente preparado.

Um simples cotejo pode ilustrar esta afirmação. A capital de São Paulo, que dispõe hoje de modelar biblioteca, a Municipal, no ano de 1917, só possuía a antiga Biblioteca Pública, que frequentei muitas vezes, à noite. Para começar, não havia aí nenhuma espécie de catálogo à disposição dos leitores. Seria preciso conhecer o livro, pelo menos o nome do autor e da obra, para que se estabelecesse qual-

quer relação entre o pretendido leitor e a biblioteca. Muitas vezes os escrevi, para receber, depois de esperar por vinte ou trinta minutos, esta resposta desesperadora: "Não há na casa"... Para não perder a viagem, uma vez que lá estava, pedia, então, qualquer coisa que fosse do mesmo assunto. E vinha a resposta, sempre escrita a lápis, na própria tirinha de papel usada para as requisições: "Indique o autor e o título da obra".

Minha irritação subia de ponto, e escrevia então, um disparate qualquer. Por exemplo, *Camilo Castelo Branco — Contas de aljôfar*, obra que, ao que eu sabia, nunca teria ele escrito. Vinha a resposta: "Temos *A mulher fatal*, do mesmo autor". "Pois que venha *A mulher fatal*!" respondia eu. Era um desses pavorosos romances da primeira fase camiliana. Mas, para disfarçar a raiva, eu devorava o volume, e ficava de propósito até a hora de fechar, ou seja até ser enxotado pelo servente encarregado da sala de leitura.

A EVASÃO, PELA LEITURA

O episódio serve para lembrar a terceira função da leitura, a que não nos referimos ainda: a de distração, ocupação das horas de lazer, ou evasão. Lemos, muitas e muitas vezes, também para isso, para nos alhear de preocupações, para fazer divagar as idéias, para espairecer. A leitura exerce, então, uma função catártica, de liberação emocional, de distensão do espírito. São os romances, os livros de ficção em geral. O espírito é para eles impelido, por motivos muito diferentes dos que nos levam a ler para a busca de informações ou de cultura. Mas creio que servirão a esta também.

Foi essa forma de motivação que levou Jules Payot, certamente, a dizer, numa observação um tanto superficial, que "a leitura é a forma mais perigosa da preguiça; porque um preguiçoso que nada faça, pode sentir remorsos de sua inatividade; ao passo que, quando lê, pensa que trabalha e, assim, a sua preguiça se torna incorrigível..." A observação parece-me algo superficial porque generaliza demais. Bem se vê que ele foi arrastado a fazê-la pela sugestão de Rabelais, que cita, ao criticar Pantagruel: "trop mieux par livre dormait que par coeur..."

"A paixão pela leitura", acrescenta Payot, pode degenerar em mania. Os nervosos lêem como se roessem as unhas. Vede-os, em casa, o pensamento ausente, mal suportando a presença da família, abs-

traíndo-se na leitura"... Que haja leitores dessa ordem, sem maior proveito, senão o da própria fuga momentânea, não se contesta. E que leituras dispersas, desordenadas, inassimiladas, possam causar certa perturbação a alguns espíritos também parece certo. Há indicações precisas, na própria literatura. Para explicar a loucura de D. Quixote, Cervantes o faz ler, noites a fio, sem descanso; muitas meninas suburbanas, ou não, deixam-se levar, como Mme. Bovary, pela sugestão de entrecchos ou concepções de uma vida fora da realidade.

Mas o mal está na leitura ou, ao contrário, já preexiste no indivíduo?. .. Se não é o livro, será, em tal caso, o cinema, as novelas de rádio, ou ainda o simples devaneio, o sonho acordado... Quero crer que o mal será menos da leitura que do leitor.

OS PERIGOS DA "INFLAÇÃO"

Seja como for, tanto neste caso, como em outros, a julgar pelo exame de consciência, que vos dei, em tudo transparece uma conclusão muito séria: é preciso *ensinar* a ler, nas escolas, ensinar a ler seriamente, ordenadamente, construtivamente. Bem sei que, meu tempo para hoje, muito mudou, e que há estabelecimentos públicos e particulares, que se interessam devidamente pelo problema. Eu os felicito. Mas a verdade é que há ainda muito e muito por fazer, nas bibliotecas das escolas, onde elas existam, e nas bibliotecas públicas.

Nosso professorado, em geral, não tem compreendido ainda, como seria de desejar, as palavras de Emerson citadas de início: "a escola deve ensinar a ler". Sim, *ensinar a ler*: fazer retirar da leitura o que dela possa ser retirado, como instrumento da ciência e da cultura. Ensinar a ler, para ilustração, para formação do espírito e para boa ocupação das horas de lazer. Ensinar a ler de modo que os símbolos verbais não tomem o lugar das idéias, dos conceitos e dos pensamentos reais; para isso, motivar, a leitura, de forma oportuna, adequá-la à própria experiência dos alunos, aos seus interesses, à sua idade própria. E apresentar-lhes com' a devida oportunidade, adequado material.

Na questão do proveito real do uso dos livros cabe-me aqui fazer observação de alguma importância: de tal modo nossas escolas ainda desprezam este ponto, que os alunos, mais das vezes, contentam-se com as palavras, com as fórmulas feitas, com os nomes, classificações e definições. Podemos-lo notar, em nossos jovens, (e os concursos do

D.A.S.P. o provam) quando decidem dedicar-se a uma especialidade qualquer. *Ao invés da leitura servir-lhes para confrontar as realidades examinar os fatos a que se refira. serve-lhes, antes, para que se afastem dessas realidades, das coisas e das relações que convenha observar, compreender e assimilar devidamente.*

Nossos jovens adquirem, muito facilmente, um psitacismo, que é, na verdade, de entristecer. Tomando o lugar dos fatos reais e das idéias exatas, as palavras criam, assim, na mente dos mocos uma espécie de *inflação da cultura* — recordação do papel impresso, com pequeníssimo ou nenhum lastro... Em certos ramos do conhecimento, a ciência que derramam, na maioria dos casos, parece-me — perdoem-me a imagem — notas grandes, de mil. e de quinhentos cruzeiros. .. A expressão mecânica de leis, princípios e demonstrações, que mal chegam a compreender. E nomes, nomes muito difíceis, cujo uso dá a ilusão da posse do conhecimento. No entanto, por traz daquilo, está o vazio. Não há lastro. Pura inflação...

E então, o que acontece, quando desejem fazer valei aquele amontoado de palavras, não organizado, não assimilado, não confrontado com a experiência e a realidade, é que aos outros só caberá responder: "Não há troco!" Quer dizer, é impossível engajar qualquer comércio proveitoso, qualquer aplicação realmente útil dessa falsa teorização apressada, adquirido por mau uso do livro.

A leitura, quando bem exercida, deverá ao contrário levar-nos ao troco miúdo. Noçõezinhas claras, metal sonante, pratinhas de 20 centavos, 50, um cruzeiro, dois cruzeiros, com as quais se constitua então o capital para o giro conveniente das grandes cédulas... E' sabido que na vida de cada um de nós, é-nos muito fácil empregar o dinheiro cada mês recebido. Porque, no caso geral, o numerário não excede às necessidades, e, assim, tudo é passado para troco miúdo, o aluguel, o armazém, o colégio do filho, a farmácia, o transporte. A aplicação de dinheiro, em troco miúdo, é fácilima. Já não só será, porém, em grandes somas, em centenas de milhares de cruzeiros, ou em milhões deles... Só aqueles de maior experiência e tino financeiro acertam com o seu emprego.

Pois o mesmo se dá com o conhecimento ou com as fórmulas que levem a representar os conhecimentos. Se não ensinarmos às crianças, na escola primária, e os moços, depois, na escola secundária, a fazer o que William James dizia que se devia fazer — "a desfolhar as

idéias, como se desfolham as cebolas" — tal era a sua imagem — não lhe teremos ensinado a bem compreender, a bem assimilar e a bem aplicar as noções que acaso logrem reunir. Por outras palavras, e para voltar à nossa imagem, não terão elas "troco miúdo". E, então, quando desejem comprar um caderno, ou tomar um bonde, isto é, quando desejem realizar as coisas simples mas essenciais à vida, todo aquele seu conhecimento palavroso de nada servirá.

A questão exige a direção do ensino inicial da leitura, dos hábitos e das atitudes a inculcar pelo seu exercício, com plena participação da personalidade dos alunos. E isso escapa, por certo, ao nosso tema. Será, depois, o uso da biblioteca, a propiciação de leituras adequadas, a utilização da leitura em debates, em confrontos, no esforço de torná-la objeto real de aplicação das idéias ou dos conhecimentos, por ela mesma colhidos. Biblioteca e ensino.

As bibliotecas de nossas escolas, nem sempre providas de bom material, de pessoal capaz para dirigir e orientar, desconhecidas, às vezes, dos próprios professores do estabelecimento, não executam ainda a sua verdadeira tarefa. O compêndio, regra geral, é ainda mal utilizado; e a relação de seu conteúdo, com leituras complementares, na biblioteca do estabelecimento, prática quase nunca realizada.

Entretanto, não se pense que os nossos jovens sejam intensos à leitura, ou incapazes desse trabalho. Pelo contrário. A experiência, que fizemos no Liceu Rio Branco, em São Paulo, e depois no Instituto de Educação, aqui no Rio, com grupos de discussão, demonstra que não falta aos nossos jovens o desejo de ler, e de ler muito seriamente, retirando da leitura o nutrimento valioso que ela pode dar, para a construção científica e para a formação cultural.

Por outro lado torna-se necessário adequar os livros escolares, na sua feição didática e no próprio vocabulário que utilizam. Temos progredido, é certo; mas ainda há aí longo caminho a percorrer.

Os trabalhos do I. N. E. P., relativos ao estudo do vocabulário na criança, e no adulto de mediana cultura — e cujo primeiro volume está agora sendo distribuído, representarão talvez apreciável contribuição ao estudo do problema. Não me caberia apresentar-vos aqui nenhuma indicação a mais, sobre o assunto. Posso, porém, dizer-vos que Machado de Assis, escrevendo o "D. Casmurro", não empregou, em todo o seu conteúdo, senão 3.500 palavras diferentes. Pois bem, cartilhas — vede bem! — cartilhas existem, em nossas

escolas, que apresentam quatro e até cinco mil palavras diferentes! Não será isto habituar desde logo a criança no abuso e no desrespeito das palavras, e, por elas, das próprias idéias?... Não será isto, mais ainda que inflação, ensinar o uso de moeda falsa?...

NADA MAIS DISSE...

Eis aí o essencial do depoimento que entendi de trazer-vos. Para ser crido, o depoimento deve ser despretençioso, é, para ser ouvido, não há de ser demasiadamente longo. Pode-se concluir, agora, com a fórmula do ritual: "nada mais disse, nem lhe foi perguntado" se acaso, realmente, nada quizerdes perguntar.

De qualquer forma, a vós caberá dar-me a penitência ou absolvição. Os aplausos de vossa generosidade, esses, cabem à Biblioteca do D.A.S.P., pelas novas técnicas, que implanta, e pelos ideais de cultura, que propaga, no sentido de conjugar a obra do ensino e da biblioteca, complementos um do outro, quando se deseje o saber e a sabedoria.

A CONDUTA DA CRIANÇA NA ESCOLA E COMO OBSERVÁ-LA (*)

GERTRUDES DRISCOU.
Da Universidade de Columbia,
Nova York

SUGESTÕES DE ORDEM GERAL

O professor de escola primária tem excelentes oportunidades para estudar a conduta humana. A maneira por que seja capaz de aproveitar-se dessas oportunidades depende, em grande parte, do seu preparo, da sua experiência, e da sua intuição. O mestre, que se torne assim consciente da complexa natureza da conduta humana, vê em toda criança um indivíduo, e procura interpretar a conduta infantil à luz dos processos e das condições que contribuem para fazer do menino ou menina a espécie de pessoa que realmente representam. Desse modo, o seu contato diário com diversas ipersonalidades em formação não será mera rotina mas, experiência criadora cujos frutos hão de servir-lhe de base para formular um plano de desenvolvimento das potencialidades dos seus alunos.

No sentido de entender as distintas modalidades de personalidade em cada criança, ía2-se indispensável que estude a sua conduta em variadas situações. A aula, o recreio, as atividades extra-escolares, proporcionam ao mestre terreno propício para observar as características e os modos de conduta de cada criança, nas mais diversas situações.

Na aula, o menino ou menina tratam de conviver com os seus companheiros, de conservar individualidade, e adquirir os conhecimentos e as habilidades consideradas essenciais para o seu futuro. No campo de esporte, a agilidade e o esforço físicos desempenham papel impor-

(*) Resumo feito por Francisco S. Céspedes, do Departamento de Cooperação Intelectual da União Panamericana, e publicada por essa organização em sua série de folhetos sobre educação.

tante. As atividades extra-escolares, tais como os jogos, refletem bem as diferentes influências de ordem cultural que se exercem em cada criança.

O mestre estudioso completará a informação que obtiver destas fontes, com os dados adicionais subministrados pelo lar.

A observação e a análise são os métodos mais importantes de que nos podemos valer para o estudo de nossos alunos. Essa análise será válida apenas na medida em que seja exata a observação em que se baseie, e enquanto isenta de preconceitos. Se o mestre aprende a observar, com exatidão, o drama humano que se desenrola ante seus olhos, ninguém poderá superá-lo no que se refere ao valor das suas contribuições para a segura compreensão da conduta infantil.

Damos a seguir algumas indicações que poderão facilitar, em muito, esta observação sistemática-

No exame da conduta da criança, deve-se levar em conta que todo ato humano é reação natural a uma situação determinada, reação que constitui não somente a manifestação que se espera, como produz, também, o efeito de estímulo sobre a pessoa no momento de agir. Esse estímulo é, em inúmeros casos, verdadeiro obstáculo à ação que se deseja produzir. Além das reações da criança pouco atenta, ou daquela que se comporta, diante do mestre, de maneira estranha, torna-se necessário pesquisar os fatores divergentes que ocasionam tais formas de conduta. Se o mestre tiver em mente que todo modo de conduta possui a sua causa, conseguirá, por intermédio de observação inteligente, a mais clara percepção do que realmente ela seja. Antes de chegar, porém, a uma conclusão, convém que examine os seguintes pontos:

1. Quais as situações que, na aula, dão margem a que as crianças reajam de maneira desusada?
2. Como posso determinar se uma forma de conduta, é satisfatória ou apropriada?
3. Tenho em minha aula crianças que sempre reajam da maneira desejável? E' isso conveniente para o desenvolvimento de sua personalidade?
4. Tenho alunos que reajam freqüentemente de forma pouco satisfatória? A que atribuir esse fato?

A descrição destas observações deve ser precisa. Como a ficha em que são anotadas há de ser usada mais de uma vez quer pelo próprio mestre que as recolhe, quer por outras pessoas, é essencial que sejam descritas, de modo exato, tanto a reação da criança, como as circunstâncias em que se tenha dado. As análises feitas em termos vagos e gerais não poderão ser tão úteis como as descrições traçadas de acordo com essas normas. Por exemplo, a anotação seguinte, "Maria trabalhou bem hoje", poderá ser útil para o mestre que fez esta observação, significará muito pouco para outros mestres que tiverem outras idéias a respeito do trabalho escolar. "Manuel compareceu à classe, esta manhã, em um dos seus melancólicos estados de espirito. Ao entrar na sala dirigiu-se para o seu lugar sem tomar conhecimento de pessoa alguma, os olhos inexpressivos, o semblante pálido. Não sorriu, mas antes aguardou, passivamente, que se lhe desse ordem para iniciar o trabalho." Esta anotação retrata bem a conduta de Manuel em uma manhã determinada. Se tal modo de conduta se reproduz a méudo, o mestre tem boas razões para supor que Manuel se encontra intensamente preocupado com alguma coisa.

Nesse sentido as seguintes recomendações podem ser de grande utilidade:

1. Deve evitar-se o uso de termos que indiquem boa ou má conduta, tais como "dócil, disposto a cooperar", "negligente", "importuno", "agradável". Estes termos se referem a um juízo já formado.
2. Deve descrever-se exatamente a reação que levou o mestre à conclusão de que a criança é mal comportada, dócil, negligente, etc, ao invés de indicar simplesmente tal observação.
3. Convém especificar as reações que ocorrem mais frequentemente, e referir as diversas circunstâncias que as provocaram.
4. Deve observar-se uma situação particular, e verificar qual o número de reações diferentes que se processam entre as crianças de uma mesma classe.

As descrições isoladas, ainda que sempre interessantes, são de valor duvidoso, sobretudo quando se trata de chegar a uma conclusão a respeito das possíveis causas de determinadas formas de conduta. Os registos acumulados são mais úteis, visto que constituem documento da conduta infantil em diversas circunstâncias — em dias desfavoráveis e

em dias propícios, nas atividades dirigidas pelo mestre, e nas atividades espontâneas do educando. Além disso, facilitam o estudo da relação de causa e efeito em semelhantes reações. As que devem ser observadas com mais prudência são aquelas que, à primeira vista, não parecem corresponder à causa ou ao estímulo aplicados. Nestas reações poderá o mestre verificar qual a influência que os sentimentos, os interesses, e a vida emotiva da criança exercem mais claramente, e, por essa forma, qual a classe de oportunidades que cabe oferecer-lhe.

Nesse sentido, vêm a propósito as seguintes sugestões:

1. O mestre deve começar a anotar observações a respeito da conduta das crianças em grande variedade de situações. Deve estudar estas notas, a fim de melhor compreender as necessidades especiais de seus alunos.

2. Se o mestre, ao invés de dirigir a conduta dos educandos, dedicar, todos os dias, alguns minutos ao estudo de semelhantes dados, os resultados, no que diz respeito ao manejo eficiente da sua classe, serão os mais compensadores.

3. O mestre deve conceder atenção às manifestações de conduta que tendem a repetir-se demasiadamente. Estes clichês, digamos assim, podem ser indício seguro de que o aluno está adotando um tipo de reação que julga adequada, ainda que não se adapte à situação particular a que corresponda.

NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO

Nível de desenvolvimento é o ponto que cada criança atinge em determinado momento, sem levar em conta a sua idade cronológica. Uma criança de oito anos pode possuir equivalente desenvolvimento mental. Mas grande número de crianças avança ou atrasa com referência a um ou outro aspecto do seu desenvolvimento intelectual. Em cerca de cinquenta por cento da população infantil, o desenvolvimento mental corresponde, mais ou menos, à idade cronológica; nos restantes cinquenta por cento, é possível encontrar diferenças mais ou menos pronunciadas entre o nível intelectual e a idade. Este fenômeno se verifica, também, no caso do desenvolvimento físico, no caso do desenvolvimento do espírito de sociabilidade, e mesmo do desenvolvimento afetivo. Pode acontecer que uma criança, de sexo feminino, digamos

de nove anos, tenha atingido o nível mental de uma menina normal de quatorze anos, e demonstre, também, avanço no que diz respeito ao seu desenvolvimento emocional e social, se bem que o seu desenvolvimento físico não se distancie muito do que corresponde exatamente à sua idade cronológica. Por isso que o mestre não dispõe, comumente, de meios científicos para determinar o nível de desenvolvimento de seus alunos, indicaremos, a seguir, alguns indícios que poderá estudar, no sentido de chegar a uma idéia aproximada do ponto de desenvolvimento de cada um dos seus alunos.

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

Capacidade para cumprir ordens — Esta capacidade supõe a facilidade em compreender ordens, recordar suficiente número de detalhes, e relacionar as instruções recebidas com a tarefa específica que deve ser executada. A propósito, o mestre deve indagar:

1. Há em minha classe crianças que sentem dificuldade em atender minhas ordens? Deve-se isso a uma dada inabilidade para compreendê-las ou a certa falta de facilidade em recordá-las?

2. É possível relacionar a aptidão para cumprir certas ordens, com a capacidade intelectual ou com o nível de aproveitamento?

3. Sentem algumas crianças prazer em obedecer mecanicamente às minhas ordens? E' isso desejável?

Aproveitamento escolar — O aproveitamento escolar de uma criança, comparado com os requisitos do ano de estudo que cursa, é indicio importante do seu desenvolvimento intelectual. Contudo, isso não deve ser considerado como único critério, pois existem outros fatores que influem, também, de maneira decisiva no aproveitamento. Certa deficiência no desenvolvimento físico, por exemplo, pode incapacitar algumas crianças de coordenarem o sentido da vista, do tato, e a faculdade da atenção, nas atividades da leitura. Ao contrário, outras crianças que se beneficiam de melhor coordenação física e sensorial, podem aproveitar muito mais do que seria de esperar, tendo em vista a sua capacidade intelectual. Quer dizer que o seu conjunto intelectual, emocional e físico funciona, de maneira solidária, para um mesmo fim. Além disso, há a lembrar que, certos fatores emotivos, tais como atitude hostil ou antagonica em relação ao mestre ou ao tra-

balho escolar, retardam o aproveitamento mesmo de alunos de boa capacidade intelectual.

O mestre deve, então, perguntar-se a si mesmo:

1. Quais as crianças de minha classe que parecem inteligentes, e no entanto se mostram retardadas no que se refere ao aproveitamento? Existe disparidade entre o seu desenvolvimento afetivo, social e físico?

2. Quais as crianças que demonstram aproveitamento correspondente à sua capacidade intelectual?

O desenvolvimento de interesses — As crianças se diferenciam entre si pela intensidade com que buscam realizar seus propósitos. Em termos gerais, as crianças de inteligência superior são capazes de dedicar-se a maior número de atividades, em comparação com crianças de inteligência medíocre ou inferior. O mestre verificará, contudo, que não é raro o caso de crianças muito inteligentes com interesses esporádicos e superficiais. Este fenômeno provoca certa dispersão de atenção, causada talvez por alguma dificuldade pessoal, ligada comumente à vida afetiva da criança. Os interesses da criança conduzem-na a explorar o mundo que a rodeia, e por intermédio do estudo desses interesses poderá o mestre avaliar não só do progresso intelectual dos seus alunos, como também de outros aspectos importantes.

Deve o mestre, portanto, verificar em sua classe o seguinte:

1. Quais as crianças que possuem interesses mais complexos? Correspondem tais interesses às suas capacidades intelectuais e ao seu aproveitamento?

2. Quais as crianças que possuem número reduzido de interesses? Deve-se este fato à falta de estímulo, atenção dispersa, ou a precário desenvolvimento intelectual?

3. Qual o grau de iniciativa que demonstra cada criança na realização de seus interesses? Se por acaso existem diferenças no que se refere à iniciativa, que razão poderá explicar que isso aconteça?

Capacidade de pensar abstratamente — O desenvolvimento da capacidade de tratar com idéias abstratas, cada vez com maior exatidão, é índice positivo de progresso intelectual. Certo é que, até pouco, concedia-se demasiada importância à capacidade das crianças no que se refere à faculdade de pensar em termos abstratos; mas certo é tam-

bém que os alunos dos últimos anos do curso primário já deverão lidar com idéias abstratas, sem auxílio de objetivação. Neste nível, já a experiência concreta cede lugar à linguagem, para a compreensão de um grande número de conceitos.

Indague, pois, o professor:

1. Quais as crianças da minha classe que atingiram a etapa intelectual em que podem compreender, claramente, uma idéia, por intermédio da linguagem? Tenho investigado o grau de exatidão dos conceitos assim formados?

2. Quais as crianças que demonstram maior interesse, no que se refere às idéias, se por acaso lhes são apresentadas concretamente com o auxílio de objetos?

3. Quais as crianças que tratam de idéias abstratas, espontaneamente? Quais as idéias abstratas que lhes interessam? Deve-se este fato a que tenham atingido equilíbrio intelectual correspondente à sua idade, ou ao fato da sua convivência com adultos?

Capacidade de formular juízos — As crianças dos primeiros anos escolares tendem a formar opiniões definitivas sem que se detenham a examinar suficiente número de fatos. À medida que se desenvolvem, contudo, adverte-se nelas maior capacidade para considerar os fatos antes de formularem juízo sobre eles.

Indague o professor:

1. Tenho observado diferenças entre os alunos de minha classe no que se refere a este assunto? De que modo posso explicar essas dife-

2. Demonstram alguns alunos impaciência quando tento auxiliá-los, de modo a que vejam vários aspectos de um problema antes de que tenham de se pronunciar sobre ele?

3. São incapazes de formar juízo sobre um assunto, ainda que com informação suficiente? Posso explicar a causa de semelhante indecisão?

Atenção aos detalhes — Com a habilidade intelectual desenvolve-se, também, na criança, a capacidade de perceber detalhes nos objetos que a rodeiam, e nos fatos que se passam à sua vista. O desenvolvimento de semelhante capacidade fornece à criança melhor compreensão do-

valor do detalhe no que se refere ao conjunto. Damos, a propósito, as seguintes sugestões:

1. Que o professor faça com que os alunos de sua classe desenhem a figura de um homem, notando as diferenças no número de detalhes apresentados nos diferentes desenhos.
2. Que o professor verifique se algumas crianças perdem a visão do conjunto por se concentrarem demasiado nos pormenores. Como explicar esse fato?
3. Que o professor examine se alguns alunos deixam de notar a importância do conjunto por falta de atenção aos detalhes.

Expressão de idéias — A capacidade de exprimir idéias se relaciona intimamente com a facilidade de expressão em matéria de linguagem. Contudo, existem inúmeras crianças e adultos que falam muito, mas que exprimem, relativamente, número muito reduzido de idéias. A capacidade de expressar idéias pode ser melhorada mediante exercícios apropriados.

Que o mestre faça, pois, com referência a este ponto, as seguintes indagações:

1. Quais as crianças que exprimem facilmente suas idéias? Deve-se isto a alguma aptidão intelectual superior, ao estímulo do lar, riqueza de vocabulário, ou confiança que alimentam em si mesmas?
2. Possuem algumas crianças maior facilidade para escrever do que para discutir? Que explicará esse fato?
3. Demonstrem algumas crianças maior adiantamento na compreensão do que na habilidade em transmitir idéias aos demais? Qual a causa desta diferença?

A memória — Dois aspectos devem ser distinguidos com referência à memória: o método, ou seja, a maneira de recordar idéias e princípios abstratos, e o período que transcorre entre a experiência inicial e a sua lembrança, ou exata reprodução.

Quanto ao método, sabemos que as crianças passam gradualmente da memória sem compreensão, em que as imagens das experiências concretas são retidas em sua totalidade, à situação em que as experiências são analisadas em seus elementos, dos quais, há apenas que reter alguns

para o fim de reproduzir a experiência total. Não é de aconselhar, assim, depois dos oito ou nove anos de idade, o método de acordo com o qual a criança tem que reter a experiência total para reproduzi-la ou recordá-la.

Influem na exatidão e na duração da lembrança a exatidão da aprendizagem inicial e o desejo de conservar a experiência.

Pergunte a si mesmo o professor:

1. Existem em minha classe alguns alunos que dão pouca atenção à aprendizagem inicial, e que por isso aprendem de maneira inexata?
2. Tenho procurado fazer com que os meus alunos analisem os métodos de que usam ao lembrar com exatidão as suas experiências?
3. Tenho procurado fornecer aos meus alunos indicações concretas que lhes facilitem a lembrança?

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Intercâmbio social — No desenvolvimento do espírito de sociabilidade, a criança passa do puro e simples intercâmbio com objetos e coisas, da fase das palmadas e empurrões, à da comunicação por intermédio da linguagem. Deve esperar-se das crianças dos últimos anos do curso primário que sejam capazes, não somente, de exprimir as suas próprias idéias, mas ainda de participar de verdadeiras discussões, o que requer a capacidade para ouvir aos demais.

1. Quais as crianças da minha classe que são capazes de manter intercâmbio social, principalmente por intermédio da linguagem?
2. Tenho alunos que gostam mais de falar do que de ouvir? Qual o nível geral do seu desenvolvimento?
3. Têm alguns dos meus alunos que recorrer ao intercâmbio ou à dádiva de objetos a fim de poderem estabelecer contatos sociais satisfatórios?

Agrupamento por sexo — Durante o período pré-escolar e os primeiros anos da escola primária, meninos e meninas costumam brincar juntos, a menos que a escola os segregue para certos fins. Tal separação se verifica espontaneamente na idade de sete ou oito anos. Já nos últimos anos de estudo primário o código social que os meninos

começam a adotar excluindo as crianças do outro sexo dos brinquedos ou jogos coletivos. Precisamente antes da puberdade, os grupos de meninos e de meninas são abertamente antagônicos entre si.

1. Quais os alunos de minha classe que demonstram desenvolvimento normal no que se refere ao sexo a que pertencem os seus companheiros preferidos? Este desenvolvimento se relaciona com a sua evolução física e intelectual?

2. Tenho nos últimos anos do curso primário alunos ou alunas que ainda desejam brincar com pessoas do sexo oposto? São eles estimados pelos demais?

Participação em atividades coletivas — Ainda que as crianças variem no que diga respeito à atenção que lhes despertam as atividades coletivas, como desenvolvimento normal do espírito de sociabilidade aumenta também o seu interesse em outras pessoas. Primeiro vêm os contatos sociais estabelecidos sobre base puramente egocêntrica e, a seguir, os contatos motivados por algum interesse comum. Enquanto no período pré-escolar e nos primeiros anos de estudo primário, o interesse que impulsiona a criança, no que diz respeito à atividade coletiva, é unicamente o da própria satisfação individual, aos nove anos demonstra ela, já, um desejo bem manifesto de fazer parte de um grupo. O fato de ser excluída de algum, cria nela certo sentimento de isolamento e de inadaptação. A aceitação do dever de contribuir para o grupo é a parte mais importante da aprendizagem nos primeiros anos de estudo primário. Já nos últimos anos, as crianças que não puderam aprender de que modo contribuir para o grupo, ficam excluídas do seu seio. Neste nível do desenvolvimento da criança certas capacidades especiais, sobretudo as que se referem às atividades físicas, adquirem enorme valor. O menino (ou a menina) que aos nove ou aos dez anos conseguiu descobrir de que modo contribuir para o grupo e que é repellido por ele, perde a melhor oportunidade para a aquisição de atitudes e de hábitos de utilidade social. A timidez e o acanhamento, que algumas crianças manifestam em suas relações com os demais, costumam ser o resultado da frieza com que foram recebidas por seus companheiros, nessa idade. Normalmente, na idade de nove ou de dez anos, as crianças devem ter descoberto, à base de experiências, a contribuição que podem fazer para o grupo a que pertencem.

1. Tenho em minha classe crianças que somente participam de uma atividade coletiva quando podem entrosá-la nas suas inclinações pessoais?

2. Existem alguns alunos aos quais agrada sempre tomar parte ativa em jogos ou brinquedos coletivos? De que modo se conduzem estes; alunos em suas relações sociais?

3. Quais os que parecem estar sempre à margem de qualquer atividade? Têm eles algumas vezes a satisfação de serem incluídos, mesmo que por pouco tempo, nos brinquedos e nos jogos? De que modo reagem quando isto acontece?

4. Tenho em minha classe alunos que fogem às atividades dirigidas por outros alunos? De que modo se conduzem em tais circunstâncias?

INDICES DO DESENVOLVIMENTO EMOTIVO

Redução da reação emotiva — A conduta afetiva da criança em idade pré-escolar caracteriza-se pela falta de moderação. A alegria infantil é desmedida. Também o seu desagrado é expresso com violência. À medida, porém, que a criança se desenvolve, não somente as modificações súbitas de um estado de espírito para outro são menos freqüentes, como também a exteriorização das emoções é, em consequência, mais moderada. A capacidade de reduzir a intensidade da expressão emotiva é, com referência a esse ponto, sinal de desenvolvimento mental.

1. Existem em minha classe crianças que não podem controlar as suas emoções?

2. Tenho alunos que ainda que se dominem na escola, costumam se entregar a explosões de cólera, no lar?

3. Existem em minha classe crianças que não merecem a confiança dos seus companheiros, porque exprimem suas emoções de maneira violenta? Tenho encontrado meios normais de expressão para esta espécie de crianças?

4. Existem em minha classe crianças cujo estado de ânimo flutua durante o curso do dia?

Atitude diante de situações difíceis — Em face de uma situação difícil o ser humano adota alguma das atitudes seguintes:

1. Procura resolver logo o problema, que se lhe apresenta, mediante o processo de ensaio e erro; ou fica meditando previamente.
2. Trata de chegar a uma solução com o auxílio de outra pessoa de mais experiência.
3. Foge ao problema, pondo-se à margem da situação e ocupando-se de algo mais interessante. A solução nesse caso é parcial ou escolhida ao acaso.
4. Nega a existência do problema, adotando uma atitude de pretenso indiferença.

As crianças que, desde cedo, começam a adotar o método que se caracteriza pela consideração racional do problema, estão a caminho da maturidade emocional. As que fogem dele, ou negam a sua existência, precisam de auxílio do mestre, para chegarem a adquirir a confiança e a habilidade necessárias para enfrentá-la. Com referência a este assunto recomenda-se o seguinte:

1. Analise o professor quais as reações que se verificam em seus alunos, quando tenham de enfrentar um problema difícil. Qual das quatro atitudes é a que predomina?
2. Até que ponto os fatores de ordem emotiva e a fadiga determinam a maneira de fazer face a um problema?
3. Apresentam-se na classe situações que estimulam nos alunos a capacidade inventiva e o desejo de enfrentar problemas de maneira lógica?

Observe também o mestre:

1. Se alguns dos seus alunos, por se mostrarem demasiado dispostos a aceitar as provas de amizade dos demais, chegam a desconcertar os seus companheiros.
2. Se algumas crianças reagem com indiferença diante das expressões de carinho dos demais.
3. Se em sua classe existem crianças que provocam em outras crianças e adultos manifestações de carinho.

Por fim, indague o mestre: O que é que produz tal reação na personalidade dessas crianças?

A conduta egocêntrica — O egocentrismo, que atinge na criança a sua expressão máxima, diminui gradualmente à medida que se desenvolve nela a consciência do grupo.

Pergunte o professor:

1. Tenho em minha classe crianças que, sem chegarem a ser tímidas, demonstram, contudo, seja qual for a circunstância, tendência invencível para se concentrarem em si mesmas?
2. Quais as crianças que alcançaram certo equilíbrio no que se refere ao respeito pelo grupo e à expressão do seu próprio eu?
3. Existem em minha classe crianças que, em seu afã por com-
prazer ao grupo, deixam? de satisfazer os seus próprios gostos pessoais?

RELAÇÕES PESSOAIS

As relações que o indivíduo mantém com seus semelhantes condicionam as suas atividades através de toda a sua vida. Por esse motivo, o desenvolvimento adequado do espírito de sociabilidade deverá ser a finalidade precípua do processo educativo. De modo fundamental a relação de um indivíduo para com a sociedade a que pertence reflete bem a atitude que ele guarda para consigo mesmo. Em termos gerais, esta atitude pode ser:

a) a do indivíduo que, ao se sentir inseguro de si mesmo, e ao descobrir a necessidade de esconder as suas próprias deficiências, toma uma atitude de fanfarrão que ordinariamente choca aos demais;

b) a do indivíduo que, tendo certa confiança em si mesmo, se bem **que** conheça suas deficiências, é geralmente capaz de exprimir, com naturalidade, a sua consideração para com os demais;

c) a do indivíduo que concede demasiada importância às suas incapacidades, ou que manifestamente carece de confiança em si mesmo e demonstra essa sua desconfiança.

A atitude adotada pela criança influi, de maneira considerável, na satisfação que pode derivar das suas relações sociais. Convém,

por conseguinte, identificar as crianças que, nas classes, se mostram seguras de si mesmas. Torna-se útil verificar se existem crianças que os seus companheiros repelem, em virtude da atitude de violentas que assumem em seus contatos sociais, e, se por outro lado, existem' outras que não são levadas em conta, porque mostram falta de coragem.

Amizades — As amizades íntimas entre os alunos dos últimos anos de estudo da escola primária indicam que a criança passou normalmente das preocupações egocêntricas da infância à atenção de interesses mais amplos. A criança que, ao chegar aos últimos anos de estudo primário, não possui amigos, merece, da parte do mestre, maior cuidado do que aquelas que cultivam alguma amizade íntima. Neste sentido indague o professor:

1. Quais as crianças da minha classe que tendem a cultivar uma amizade que exclui outras? Qual parece ser o interesse que motiva as amizades íntimas?
2. Agem os amigos íntimos em cooperação com outros?
3. Estas amizades íntimas dão lugar a falta de cordialidade ou rompimento de relações com as demais crianças?
4. Quais as crianças que parecem carecer da capacidade de se fazerem amigas de outras crianças, e que sempre são excluídas dos grupos?

A conduta agressiva — As crianças agressivas e rebeldes são as que geralmente exigem do mestre maior atenção e cuidado, em virtude da indisciplina que costumam provocar. Estas crianças sempre desejam ocupar o centro do cenário; entregues à sua própria iniciativa são incapazes, porém, de concentrar a atenção em uma determinada tarefa.

A agressividade excessiva nas crianças costuma ser consequência de exagerada ou de insuficiente atenção por parte de seus pais. No primeiro caso, é muito possível que os pais, por temerem inibições daninhas ou por admirarem o comportamento dinâmico e agressivo, deixem de impor limites sensatos às exigências de seus filhos. No caso contrário, o que se verifica com mais frequência, é que, a falta de atenção por parte dos pais, é devida, talvez, à excessiva preocupação destes no que se refere aos seus próprios problemas pessoais; outras vezes ao fato de que a criança não tem a boa aparência de seus irmãos,

ou à circunstância de que o casal, em virtude de desordem emotiva, não favorece à criança o carinho que esta tem o direito de esperar.

O mestre estará em melhores condições para corrigir a agressividade exagerada de algumas crianças, se por acaso conhece a causa dessa agressividade. Em todo caso, a criança agressiva deve ser levada a compreender que o mestre reconhece e aplaude as suas boas qualidades. As crianças para as quais não existem freios no lar aprenderão, mediante as restrições impostas pelos companheiros e pelo mestre, o que se exige delas na classe.

A agressividade de crianças que se viram privadas, no lar, da atenção que mereciam, é mais difícil de corrigir. Nestes casos, o mestre deve aprovar discretamente o trabalho bem realizado. Qualquer meio sadio de expressão, tais como as representações dramáticas, a oportunidade de agir como líder, ou tarefas especiais confiadas à capacidade do aluno, poderão auxiliá-lo, de muito, a exercer mais efetivo controle sobre a sua conduta, quando isto se faça necessário.

A conduta esquivada — As crianças que tendem a afastar-se das atividades da aula merecem, da parte do professor, maior consideração do que as crianças agressivas. São elas os meninos e meninas tímidos e dóceis, cujas presenças se não fazem sentir, os meninos e meninas a que costumamos chamar simplesmente de "bonzinhos". Geralmente esta classe de crianças costuma guardar para si os seus próprios sentimentos e idéias. Uma poderosa imaginação e a falta de intercâmbio com os demais companheiros complica, neste caso, ainda mais, o problema.

Ao descobrirem os meninos e meninas que os sentimentos que exprimem espontaneamente são em geral ridiculizados pelos maiores, cobrem-se, desde cedo, de uma máscara, e adotam uma expressão de esfinge que os protege contra aqueles que os não compreendem. Por detrás dessa expressão aparentemente cândida, agita-se um torvelinho de emoções e de sentimentos reprimidos, emoções e sentimentos que, às vezes, transbordam em manifestações de cólera, de riso ou de pranto, diante do estímulo mais insignificante.

Estas crianças necessitam, nesse sentido, do cuidado mais discreto por parte do mestre, e da satisfação do êxito no trabalho escolar. A aprovação e o estímulo, de que necessitam, devem referir-se, antes, ao produto do seu trabalho, do que às qualidades pessoais que possuem. e estas crianças, quando adquirem confiança em si próprias, pro-

curam concentrar-se somente em certo ramo de atividade, compete ao mestre animá-las a fazer o mesmo com referência a outros ramos.

A *zombaria* é uma forma reveladora da conduta, tanto da parte do que a faz como da parte do que a recebe. As crianças sentem a necessidade de exercer alguma autoridade, ou de gozar de influência junto ao grupo a que pertencem, e não existe maneira mais fácil de experimentar esta sensação do que recorrendo à zombaria e ao motejo. Por isso que as crianças que reagem diante das demais de maneira emocional intuitiva conseguem observar fraquezas que o adulto deixa passar em branco. A criança que consegue a satisfação dos seus desejos por intermédio da zombaria atinge geralmente o ponto mais vulnerável do seu companheiro. Semelhante forma de conduta é pernicioso, porque pode favorecer o isolamento do zombador.

As crianças que sofrem em consequência das zombarias de outras são geralmente as que carecem de confiança em si mesmas. Os pontos vulneráveis se afiguram, a meu ver, insignificantes aos olhos dos adultos. No entanto, se o mestre as observar mais de perto poderá descobrir quais os aspectos de sua personalidade que motivam a insegurança. Pode ser que seja o tamanho, o vestuário, a capacidade mental, a família, os hábitos pessoais, ou qualquer outra projeção da personalidade. As fraquezas que servem de alvo à zombaria dos demais são sempre características que distinguem a criança do resto do grupo.

A propósito, indague o professor :

1. Tenho em minha classe crianças que se valem da zombaria como meio de conseguir prestígio junto aos seus companheiros? Posso encontrar maneira mais construtiva de fazer com que tais alunos logrem esse resultado de prestígio?
2. Tenho estudantes que são alvo fácil à zombaria dos demais?
3. Quais os métodos usados pelos motejadores, e quais os meios de defesa de suas vítimas?

Intervenção de terceiros — A meu ver, a criança vê as suas atividades e desejos frustrados por contrariedades de ordem material, pela intervenção do mestre ou de seus companheiros. A atitude que ela assume ao tropeçar com tais contrariedades, como, por exemplo, quando se quebra a ponta do seu lápis, ou quando entorna um pouco de tinta, favorece ao mestre o ensejo de examinar a maneira por que reage diante de semelhantes casos.

Quando o malogro é causado pela excessiva intervenção do mestre, um novo elemento entra a figurar na situação. E' possível que a criança se submeta, sem objeção mais séria, à autoridade do professor, no que diz respeito ao seu trabalho escolar. Contudo, há um bom número de casos em que a autoridade adulta costuma encontrar resistência. Acatando a intervenção do mestre a criança segue um dos métodos seguintes: 1) aceitação da medida com ressentimento; 2) protesto violento ou desobediência; 3) aceitação unicamente sob a vigilância do mestre; 4) obediência indiferente as ordens do professor.

Ao atingirem os últimos anos da escola primária, as crianças geralmente já conseguiram táticas destinadas a vencer a intervenção de seus companheiros.

Pergunte o professor a si mesmo:

1. Quais os alunos de minha classe que dispõem de maiores recursos para resistir às instruções de outras crianças? De que método fazem uso? Tais métodos são socialmente aceitáveis?
2. São algumas crianças tão solícitas com as demais, que, com isso, desperdiçam o tempo que deviam dar ao seu próprio trabalho?
3. Aproveitam-se alguns alunos das interrupções no trabalho para desatender às suas tarefas escolares?

O PAPEL DO MESTRE

O mestre como amigo e como mentor — E' o mestre que situa a criança em um campo de atividades que, pelo valor que se lhe atribui tanto no lar como na comunidade, é de capital importância. Segue-se daí a influência que a ação do mestre pode exercer na vida da criança, nos primeiros anos da sua carreira escolar.

Nos últimos anos do curso primário, os meninos e meninas necessitam que o mestre lhes seja verdadeiro amigo e mentor, ainda que, muitas vezes, não queiram manifestá-lo. O mestre que seja capaz de estabelecer base satisfatória de colaboração com os seus alunos exercerá sobre eles poderosa influência, que não deve medir-se unicamente pelo aproveitamento no curso.

Indague, a este respeito, o professor:

1. Quais os alunos da minha classe com quem posso trabalhar em perfeita harmonia?

2. Ocorre-me, às vezes, a sensação de que estou agindo contra os desejos da classe?

3. Experimento, outras vezes, a sensação de que a classe trabalha em uníssono comigo, de que os alunos aceitam-me não só como mentor, mas ainda como amigo que os auxilia na realização dos fins que têm em vista?

Relações dos alunos com o mestre — À medida que as crianças progredem em sua carreira escolar, modificam-se as suas atitudes para com o mestre. De um espécie de pai substituto, passa ele a ser considerado como um adulto particular, de quem não há que depender emotivamente. O desejo de agradar ao mestre, que experimentam as crianças nos primeiros anos de estudo, transforma-se nos últimos anos, em um espírito de solidariedade entre os próprios alunos, graças ao qual a criança se sente mais à liberdade para decidir quando deva cooperar com ele.

A propósito, indague o professor:

1. Alguns alunos modificam sua maneira de agir, no sentido de obter a minha aprovação?

2. Exigem alguns alunos a minha atenção e aprovação até o ponto de ensaiarem diversos métodos para consegui-las?

3. Verifico algum plano, por parte das crianças, no sentido de me conduzirem à discussão de algum tema favorito, que nos agrada mutuamente?

4. Tenho alunos que me confiam certos segredos, após passarem comigo momentos agradáveis?

O mestre como um símbolo de autoridade — As crianças adquirem normas de conduta, com referência aos adultos, antes de ingressarem na escola. No lar, aprendem a considerar o adulto quer como pessoa amiga, quer como pessoa desagradável. Esta segunda atitude acarreta, invariavelmente, dificuldades ao aluno durante o curso da sua carreira escolar, e compete ao mestre fazer todo o possível para modificá-la desde os primeiros anos de ensino.

Cabem aqui estas perguntas:

1. Quais as crianças de minha classe que conversam comigo espontaneamente? Qual a natureza das suas conversações e confidências?

2. Tenho alunos que só me observam de soslaio, e jamais se atrevem a falar comigo frente a frente?

3. Tenho *em* minha classe alunos que tratam de evitar a minha presença, e que se conduzem de maneira provocante sempre que volto as costas?

4. Tenho alunos que se mostram temerosos, sempre que procuro falar-lhes diretamente?

Relação entre a aprovação do mestre e a rivalidade — Duas razões explicam a rivalidade entre as crianças, no trabalho escolar. A primeira é o desejo de obterem a aprovação do mestre; a segunda é a necessidade de compararem o trabalho individual com o trabalho dos companheiros, a fim de conseguirem uma idéia das suas capacidades.

As crianças tratam de descobrir as suas próprias aptidões desde os primeiros anos de estudo; a aprovação do mestre e os resultados do seu trabalho, em relação com o trabalho dos demais companheiros, lhes servem de medida. A comparação do próprio esforço com o dos seus discípulos favorece à criança a medida de seu próprio valor. A criança que receia que o seu aproveitamento seja inferior ao das demais, costuma demonstrar uma total indiferença no que diz respeito ao trabalho dos seus companheiros, atitude que se pode muito bem considerar como uma espécie de mecanismo de defesa.

E' sadia a atitude da criança que, ao tomar consciência de aptidões, impõe-se uma certa meta e se esforça por alcançá-la.

Indague o professor:

1. Quais as crianças da minha classe que sentem a necessidade de superar os seus companheiros?

2. De que meios se valem para obter boas classificações?

3. Quais as crianças que parecem não ter em conta o aproveitamento dos outros membros do grupo?

4. Existem, em minha classe, crianças que trabalham conscienciosamente sem jamais chegarem a conseguir a admiração do grupo?

Eis algumas das inúmeras perguntas que o mestre, senhor do seu papel, deve fazer no sentido de verificar até que ponto conhece seus alunos.

ALFABETIZAÇÃO E INSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL (*)

GIORGIO MORTARA

Do Serviço Nacional do Recenseamento

I. A ALFABETIZAÇÃO

Em comparação com as demais unidades, *o Distrito Federal ocupa uma posição de destaque, no que diz respeito à alfabetização*. Com efeito, na sua população de 6 anos e mais, segundo os dados do censo de 1940 — a cota dos que sabem ler e escrever ascende a 79%.

a) Grupos de idade e sexo

A discriminação por grupos de idade, segundo o sexo, da população alfabetizada do Distrito Federal, e a cota dos alfabetizados sobre o número total dos presentes em cada grupo, constam da tabela I (1).

No conjunto das idades de 6 anos e mais a cota de alfabetização masculina excede 83%, enquanto a feminina não alcança 75%.

No grupo inicial de idade, de 6 a 9 anos, a cota de alfabetização masculina é um pouco inferior à feminina; no grupo seguinte, de 10 a 14 anos, e-lhe apenas levemente superior; mas com o ulterior aumento da idade acentua-se cada vez mais a superioridade da cota de alfabetização masculina.

(*) O presente estudo compreende uma das notas de análise de resultados do Censo Demográfico de 1940, na série organizada sobre a situação da instrução.

(1) As tabelas incluídas na parte geral deste estudo foram elaboradas por Ewald Mourão.

Esta marcha comparativa das cotas referentes aos dois sexos atesta que a inferioridade da alfabetização da mulher, característica das velhas gerações, tende a desaparecer nas gerações moças. Esta tendência, aliás fora encontrada e salientada nas demais populações anteriormente estudadas.

TABELA I - DISTRITO FEDERAL

Distribuição dos que sabem ler e escrever, de 6 anos e mais (*), por sexo e grupos de idade, e sua proporção sobre 100 presentes em cada grupo de sexo e idade

IDADE ANOS COMPLETOS	CIFRAS ABSOLUTAS			PROPORÇÃO POR 10 PRESENTES EM CADA GRUPO		
	Homens (b)	Mulheres (c)	Total (d)	Homens (e)	Mulheres (f)	Total (g)
0 a 0	33 575	34 338	67 943	47,89	49,35	48,62
10 a 14	74 583	77 474	152 062	85,55	84,94	85,24
15 a 19	74 650	78 036	152 686	89,92	85,46	87,58
20 a 29	163 522	144 763	315 233	83,34	81,26	85,32
30 a 39	132 156	104 844	237 000	83,09	77,02	82,78
40 a 44	80 763	63 573	153 333	85,16	70,25	77,97
50 a 59	48 739	40 070	88 809	81,45	65,82	73,57
63 a 69	19 331	29 758	49 059	78,58	62,88	69,58
70 a 79	5 676	8 291	13 967	74,63	59,34	64,87
83 e mais	1 115	2 378	3 493	62,46	46,41	50,56
6 e mais (.)	637 082	577 558	1 214 610	83,19	74,61	78,87

A cota de alfabetização cresce, a partir dos 6 anos, com o aumentar da idade, até alcançar um máximo, de quase 90% para os homens e mais de 85% para as mulheres, no grupo de 15 a 19 anos; depois diminui, mais lentamente para os homens, que ainda nas idades de 60 a 69 anos tem uma cota de quase 79% de alfabetizados, do que para as mulheres, cuja cota de alfabetização nas mesmas idades já desce para 63%.

b) Comparação com os censos precedentes

Para a comparação com os censos precedentes torna-se conveniente considerar a população de 7 anos e mais, conforme o agrupamento de 1920, a que podem ser reduzidos os dados dos demais censos.

Obtém-se os resultados expostos na tabela II.

(*) — Exclusive os de idade ignorada.

TABELA II — DISTRITO FEDERAL

Número e proporção dos alfabetizados, segundo o sexo, na população de 7 anos e mais, através dos 5 censos, de 1872 a 1940

ANO DO CENSO	POPULAÇÃO EM IDADE 7 ANOS E MAIS (.)		SABEM LER E ESCREVER (..)				
	H	M	Cifra absoluta (...)		Porcentagem da população presente		
			H	M	H	M	H e M
1872	141 640	100 320	65 384	40 101	46,16	39,97	43,60
1890	256 419	192 700	169 960	100 370	66,28	52,09	60,19
1906	396 272	290 435	259 220	158 605	65,41	54,61	60,84
1920	503 980	469 770	395 407	309 376	78,46	65,86	72,38
1940	747 886	756 440	633 605	573 943	84,72	75,87	80,27

As pequenas divergências dos critérios de apuração nos diversos censos, assinaladas nas notas à tabela II, não deveriam influir sensivelmente sobre os resultados da comparação.

A cota de alfabetização, na população de 7 anos e mais, aumenta de 43,60% em 1872 para 80,27% em 1940. E' possível que os resultados do censo de 1890 sejam otimistas, visto que a cota de alfabetização então verificada excede fortemente à do censo precedente, quase atingindo a que foi depois encontrada no censo seguinte (2). Não é verossímil que a 18 anos de rápido progresso de alfabetização se sigam 16 anos de estagnação, como constaria dos censos. De outro lado, não

(*) Exclusive as pessoas de idade ignorada, em 1940; inclusive essas pessoas, nos demais censos.

(•*) Em 1906 o quesito foi posto na forma "sabe ler *ou* escrever", mas não parece que esta diferença de formulação do quesito tenha influído sensivelmente sobre as respostas.

(***) Inclusive os que sabem ler e escrever, de idade inferior a 7 anos, nos primeiros 3 censos; exclusive essas pessoas, nos 2 últimos censos.

(2) No comentário oficial aos resultados do *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906* (págs. 109 e 110), para mostrar um progresso da alfabetização entre 1890 e 1906, recorreu-se a um expediente singular, ou seja, comparou-se a cota de alfabetização na população de 6 anos e mais em 1906 (59,8%) com a cota na população de todas as idades em 1890 (51,7%). Embora isto pareça inverossímil, está certo que esta comparação errada não foi feita de propósito, e sim em consequência de um engano involuntário. O lapso foi retificado no comentário oficial do *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920* (Vol. II, 1.^a parte, pág. CV), do qual se pode deduzir que a proporção de 51,7% acima deve ser substituída pela de 58,5%, referente à população de 6 anos e mais em 1890.

razão para supor fortemente errada por defeito a cota de alfabetização de 1906, embora não se possa excluir um? pequeno erro neste sentido.

Em todo caso, essa questão tem 'interesse puramente histórico. O fato certo e dominante é o *grande progresso da alfabetização na Capital Federal*.

Em comparação com 1920 o progresso é menor do que se podia desejar e esperar, mas sensível e prometedor de novos avanços na luta contra a ignorância, desde já assegurados pela maior alfabetização das gerações moças, como se vê na tabela III, que indica a composição proporcional comparativa por idade da população adulta alfabetizada e da não alfabetizada.

Tende a diminuir, através do tempo, a diferença relativa entre as cotas de alfabetização dos dois sexos. A cota feminina era inferior à masculina de 13,4% em 1872, **mas** apenas de **10,4%** em **1940**.

TABELA III — DISTRITO FEDERAL

Distribuição percentual comparada por grupos de idade das pessoas de 20 anos e mais, que sabem ler e escrever, e das que não sabem, segundo o sexo

IDADE ANOS COMPLETOS	PROPORÇÃO DE CADA GRUPO DE IDADE SOBRE 100 HOMENS DE 20 ANOS E MAIS		PROPORÇÃO DE CADA GRUPO DE IDADE SOBRE 100 MU- LHERES DE 20 ANOS E MAIS	
	que sabem ler e escrever	que não sabem ler e escrever	que sabem ler e escrever	que não sabem ler escrever
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
20 a 29	35,33	27,47	37,35	25,40
30 a 39	29,09	25,86	27,04	23,80
40 a 49	19,10	20,66	17,17	20,78
60 a 59	10,73	15,37	10,34	15,24
60 a 69	4,25	7,30	5,35	9,03
70 a 79	1,25	2,67	2,14	4,16
80 e mais	0,25	0,67	0,61	1,49
20 e mais (*)	100,00	100,00	100,00	100,00

A *comparação entre os censos de 1940 e 1920* pode ser realizada separadamente para os grupos de idade de 7 a 14 anos (idade escolar) e de 15 anos e mais.

(*) Exclusive as pessoas de idade ignorada.

A discriminação é interessante porque mostra que o progresso da cota de alfabetização nas idades da educação primária foi relativamente maior do que nas seguintes, tendo atingido 20,0%, em comparação com 8,9%.

Desapareceu nessas idades a inferioridade feminina, ficando a cota feminina um pouco maior do que a masculina.

Diminuiu a diferença relativa entre a cota de alfabetização do grupo de 7 a 14 anos e a das idades seguintes; era de 15,9% para menos em 1920 e ficou de 7,4% para menos em 1940.

Nas idades de 15 anos e mais, atenuou-se a inferioridade relativa da cota feminina, passando de 18,6% para 12,6%.

TABELA IV DISTRITO FEDERAL

Comparação das cifras absolutas e relativas dos que sabem ler e escrever em 1920 e 1940, por sexo e grandes grupos de idade

IDADE ANOS COMPLETOS (a)	1930			1940		
	Homens (b)	Mulheres (c)	Total (d)	Homens (e)	Mulheres (f)	Total (g)
	a) Cifras absolutas					
7 a 14	60 563 334 844	60 353 249 023	120 916 583 867	104 686 528 919	108 227 465 716	212 913 994 635
7 e mais (.)	395 407	309 376	704 783	633 605	573 943	1 207 548
	b) Proporções dos alfabetizados por 100 presentes em cada grupo					
7 a 14	63,22 82,03	62,42 66,75	62,82 74,73	75,12 86,92	75,60 75,94	75,37 81,41
	78,46	65,86	72,38	84,72	75,87	80,27

(*) Inclusive em 1920 e exclusive em 1940, as pessoas de idade ignorada,

c) *Discriminação segundo a cor*

Pelos resultados do censo de 1940, torna-se possível e interessante a análise da alfabetização em relação à cor, na população, do Distrito Federal. Na tabela V o cálculo das cotas de alfabetização está realizado separadamente para os diversos grupos de cor, com discriminação do sexo e por grupos de idade. As 5 seções da tabela referem-se respectivamente aos brancos, aos pretos, aos pardos, aos amarelos e à população total.

Considerando em conjunto a população de 10 anos e mais, resumem-se nos seguintes dados, sem discriminação de sexo, as cifras da tabela V.

GRUPOS DE COR	PRESENTES NA IDADE DE 10 ANOS E MAIS (.)		COTA DE
	em total	que sabem ler e escrever	ALFABETIZAÇÃO
	1 009 561	886 814	87,84 %
	159 106	85 346	53,64 %
	1 254	918	75,60 %
	236 555	177 573	75,07 %
	1 406 476	1 150 711	81,81 %

(*) Inclusive os de idade ignorada.

A alfabetização dos *brancos* é bastante elevada. A seção a) da tabela V mostra que nas idades de 10 a 29 anos a cota dos alfabetizados excede 90 %, tanto para os homens como para as mulheres. Ainda entre 50 e 60 anos, essa cota excede 80% para os homens e .70% para as mulheres; diminui um ponto nas idades mais avançadas.

Entre os brancos, a inferioridade da alfabetização feminina não subsiste mais nas idades até 19 anos e é moderada nas de 20 a 39, acentuando-se sensivelmente nas sucessivas. No conjunto das idades de 10 anos e mais, a cota de alfabetização é de 90,63% para os homens e 84,90% para as mulheres.

Os *pretos* estão no degrau mais baixo da escala da alfabetização. As cotas mais elevadas, que se encontram no sexo masculino, nas idades de 10 a 39 anos, oscilam em torno de 66%; o máximo feminino, nas idades de 10 a 19 anos, não atinge 60%. Nas idades de 60 a 69 anos a cota de alfabetização é nitidamente inferior a 50% entre os homens e atinge apenas 25 % entre as mulheres. Nas idades mais avançadas cai ainda mais.

É muito marcada a inferioridade da alfabetização feminina, já sensível nas idades de 10 a 19 anos, e cada vez mais acentuada com o crescer da idade. No conjunto das idades de 10 anos e mais, a cota de alfabetização é de 63,88% para os homens e de 45,92% para as mulheres.

O terceiro dos maiores grupos de cor é o dos "*outros*", que compreende as gradações intermédias entre o branco e o preto. A sua alfabetização é, também, intermédia às desses dois grupos.

Nos homens, a cota de alfabetização atinge o máximo de 85% nas idades de 20 a 29 anos, descendo depois; entretanto, está ainda próxima de 73% nas idades de 60 a 69 anos. Nas mulheres, o máximo, que corresponde às idades de 10 a 19 anos, é menor, não atingindo 80%; e a descida consecutiva é muito mais rápida: já nas idades de 60 a 69 anos a cota de alfabetização é inferior a 50%. No conjunto das idades de 10 anos e mais, a cota de alfabetização masculina (tos "outros", é de 82.36% e a feminina de 68.64% (3).

No conjunto da população de 10 anos e mais, a cota de *alfabetização masculina* é de 86,69% e a *feminina* de 77,01%, ficando a se-

TABELA V — DISTRITO FEDERAL

Discriminação, segundo a cor, por sexo e grupos de idade, dos que sabem ler e escrever, e sua proporção sobre 100 presentes em cada grupo de cor, sexo e idade

IDADE ANOS COMPLETOS	HOMENS			MULHERES		
	Total dos presentes	SABEM LER E ESCREVER		Total das presentes	SABEM LER E ESCREVER	
		Cifra absoluta	% do total		Cifra absoluta	% do total

a) BRANCOS

5 a 9	61 002	27 277	44,71	59 910	27 848	46,48
10 a 19	120 996	111 983	92,55	122 207	112 665	92,19
20 a 29	127 081	119 477	94,02	118 332	106 932	90,34
30 a 39	112 197	102 848	91,67	95 658	81 831	85,61
40 a 49	79 230	70 132	88,52	68 496	53 837	78,67
50 a 59	48 947	41 165	84,10	45 309	33 097	72,90
60 a 69	20 658	16 854	81,50	25 150	17 714	70,43
70 a 79	6 331	5 046	79,70	19 563	7 337	69,18
80 e mais	1 258	963	76,55	2 197	2 022	63,25
Ignorada	1 864	1 495	80,20	1 997	1 336	69,90
5 e mais	579 564	497 240	85,80	553 900	444 729	80,73

b) PRETOS

5 a 9	9 623	2 228	23,15	9 726	2 311	23,75
10 a 19	18 124	11 844	65,35	24 474	14 575	59,55
20 a 29	20 277	13 565	66,90	25 120	12 492	49,73
30 a 39	14 268	9 396	65,85	16 034	7 335	43,32
40 a 49	8 870	5 429	61,21	11 303	3 867	34,21
50 a 59	4 105	2 332	56,81	6 262	1 961	31,32
60 a 69	1 505	703	46,71	3 206	824	25,00
70 a 79	555	177	31,89	1 528	250	16,36
80 e mais	24	59	18,21	1 100	113	10,27
Ignorada	74	190	50,80	687	234	34,06
5 e mais	78 025	45 923	58,86	100 430	43 961	43,77

(3) — O grupo dos *amarelos* é tão pequeno que não merece comentário especial. No conjunto das idades de 10 anos e mais, a quota de alfabetização é de 80,03% para os homens e de 69,41% para as mulheres.

TABELA V (Cont.) — DISTRITO FEDERAL

IDADE ANOS COMPLETOS	presentes	HOMENS		Total dos presentes	MULHERES	
		SABEM LER E ESCREVER			SABEM LER E ESCREVER	
		Cifra absoluta	% do total		Cifra absoluta	% do total

C) AMARELO

	73	31	42,47	62	27	43,55
10 a 19	127	100	78,74	142	110	77,46
20 a 29	164	145	88,41	149	115	77,18
30 a 39	202	170	84,16	110	71	64,55
40 a 49	133	102	76,69	62	30	48,39
	61	39	63,93	29	22	75,86
60 a 69	28	18	64,29	16	10	
70 a 79	9	7	77,78	7	1	
	4	1	25,00	3	1	33,33
	3	3	103,03	5	3	60,03
	834	616	76,62	585	393	66,67

d) OUTROS

	17 064	5 433	31,84	17 358	5 633	
10 a 19	33 959	25 311	81,76	35 703	28 163	
20 a 29	32 148	27 335	85,03	31 541	25 257	73,12
30 a 39	23 508	19 742	83,98	23 130	15 547	66,33
	13 644	11 097	81,33	14 937	8 783	58,96
50 a 59	6 723	5 203	77,39	9 192	4 933	54,29
60 a 69	2 370	1 726	72,83	4 543	2 213	48,59
70 a 79	711	446	62,73	1 827	733	
	199	92	46,23	824	242	29,37
	542	306	56,46	789	387	
	127 868	96 691	75,62	143 109	91 945	64,25

e) POPULAÇÃO TOTAL

5 a 9	87 702	34 969	39,85	87 050	35 815	41,14
10 a 19	170 206	149 238	87,68	182 520	155 513	85,21
20 a 29	179 670	160 523	89,34	173 142	144 766	
30 a 39	150 175	132 156	88,00	136 122	104 844	
40 a 49	101 877	86 760	85,16	94 763	66 573	
50 a 59	59 836	48 739	81,45	60 882	40 070	65,82
60 a 69	24 501	19 301	78,58	33 010	20 758	62,88
70 a 79	7 630	5 676	74,63	13 925	8 231	59,54
	1 785	1 115	62,46	5 121	2 378	46,41
	2 783	1 994	71,85	3 478	2 020	58,03
	786 261	640 470	31,46	7 15 033	531 025	73,03

guiada inferior de 11 % à primeira. Entre os brancos a inferioridade da cota feminina, conforme os dados já referidos, reduz-se a 10%; entre os pretos sobe liara 28%; entre os "outros" atinge 17%. Mais uma vez encontramos associada a menor inferioridade relativa de alfabetização feminina à maior difusão da cultura primária

A alfabetização dos pretos é relativamente baixa. Entretanto quem queira estudar as causas desta situação — totalmente dependente de circunstâncias de caráter social — não deve esquecer que uma notável fração dos analfabetos é constituída por pessoas não naturais do Distrito Federal (e, em particular, por empregadas domésticas), que não puderam aproveitar a boa organização da educação primária na capital.

Outra circunstância que se deve ter presente é o estado de absoluta ignorância em que eram mantidos os escravos. O censo de 1872 fornece, acerca deste assunto, dados dignos de meditação. Dos 45 040 escravos então recenseados no Município Neutro, apenas 329, ou seja 0,73 % (menos de 1%!) sabiam ler e escrever. De certo são bem poucos os sobreviventes em 1940 dessa massa de analfabetos, mas a falta de instrução dos pais e dos avós tornou mais laboriosa a propagação do alfabeto entre os filhos e os netos.

A grande pobreza da maioria dos pretos, com as conseqüentes condições de habitação e necessidade de prematuro trabalho das crianças, afasta muitas destas da escola primária.

d) A alfabetização nas várias partes do Distrito Federal

Em vista das notáveis diferenças verificadas na alfabetização dos diversos grupos de cor, pareceu interessante estender a respectiva pesquisa às *diferentes partes do Distrito Federal*.

Para esse fim foi adotada a divisão em regiões e setores (4). Os resultados do resumo e das elaborações dos dados apurados estão expostos nas tabelas VI A (cifras absolutas) e VI B (cifras relativas).

(4) — A apuração, sendo feita por circunscrições, poderá permitir qualquer agrupamento diverso do que foi aqui preferido. O agrupamento adotado é o seguinte:

- I. REGIAO ORIENTAL com os setores:
 - Nordeste (com as circunscrições de Inhaúma, Irajá, Penha)
 - Noroeste (Anchieta, Madureira, Pavuna, Piedade).
 - Centro Este (Ajuda, Candelária, Espírito Santo, Gamboa, Sacramento, Santana, Santa Rita, Santo Antônio, São Domingos, São José).
 - Centro Oeste (Engenho Velho, São Cristóvão).
 - Oeste (Andaraí, Engenho Novo, Méier).
 - Sul este (Copacabana, Glória, Lagoa, Rio Comprido, Santa Teresa).
 - Sudoeste (Gávea, Tijuca).
 - II. REGIÃO OCIDENTAL setor único, com as circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo, Santa Cruz).
 - III. ILHAS
 - IV. NAVIOS, BARCOS E TRENS.
- (Ficam ainda, indiscriminados, na presente aplicação, os grupos III e IV, de que está em curso a apuração separada.

TABELA VI A — DISTRITO FEDERAL
Pessoas que sabem ler e escrever e população total de 10 anos e mais, discriminadas
por sexo e cor, segundo as regiões e os setores

REGIÕES E SETORES	ESPECIFICAÇÃO	BRANCOS		PRETOS		AMARELOS		DE OUTRA COR, E COR IGNORADA				TOTAL	
		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
REGIÃO ORIENTAL	Alfabetizados.....	417 114	376 659	36 089	37 116	401	297	71 033	71 833	524 697	488 903		
	Total.....	454 398	437 687	54 979	78 960	575	395	84 126	102 246	594 078	619 289		
	Alfabetizados.....	62 879	5 468	5 468	4 548	52	68	13 593	13 256	81 902	78 166		
	Total.....	68 907	67 703	7 892	8 973	62	87	15 677	17 812	92 638	94 575		
Nordeste	Alfabetizados.....	58 977	51 768	9 377	7 481	81	72	20 910	19 461	89 845	78 782		
	Total.....	66 464	63 756	13 476	14 803	102	95	24 757	27 131	104 799	105 785		
	Alfabetizados.....	70 515	41 648	8 723	2 449	126	19	10 025	6 518	84 389	50 634		
	Total.....	77 916	51 227	5 212	5 206	164	26	11 867	8 987	94 659	65 446		
Centro Oeste	Alfabetizados.....	33 253	30 025	1 913	2 053	32	15	5 127	5 067	40 325	37 160		
	Total.....	36 074	34 338	2 997	4 157	37	33	6 012	7 116	44 820	46 644		
	Alfabetizados.....	68 368	69 227	6 504	6 427	24	22	7 716	8 852	82 612	84 528		
	Total.....	72 612	77 414	10 588	15 588	25	26	8 845	12 417	92 070	105 445		
Oeste	Alfabetizados.....	93 638	94 773	5 832	9 881	137	80	9 851	13 618	109 448	118 355		
	Total.....	100 073	106 748	8 998	19 920	132	99	12 112	20 500	121 315	147 267		
	Alfabetizados.....	29 484	31 922	3 272	4 277	49	21	3 871	5 061	36 676	41 281		
	Total.....	32 352	36 501	6 116	10 313	53	30	5 356	8 283	43 877	55 127		
Sudeste	Alfabetizados.....	45 155	36 029	6 798	4 307	83	65	16 978	13 357	69 014	53 788		
	Total.....	55 105	47 963	12 220	11 053	144	124	22 742	21 711	90 211	80 831		
	Alfabetizados.....	7 694	4 163	808	228	11	1	3 277	1 095	11 790	5 517		
	Total.....	9 059	5 349	1 203	691	11	3	3 956	1 794	14 210	7 837		
REGIÃO OCIDENTAL	Alfabetizados.....	469 963	416 881	43 695	41 651	585	363	91 238	86 315	605 501	545 210		
	Total.....	518 562	490 999	68 402	90 704	731	523	110 894	125 751	698 499	707 977		
	Alfabetizados.....	7 694	4 163	808	228	11	1	3 277	1 095	11 790	5 517		
	Total.....	9 059	5 349	1 203	691	11	3	3 956	1 794	14 210	7 837		
REGIÃO INSULAR (.)	Alfabetizados.....	469 963	416 881	43 695	41 651	585	363	91 238	86 315	605 501	545 210		
	Total.....	518 562	490 999	68 402	90 704	731	523	110 894	125 751	698 499	707 977		
	Alfabetizados.....	7 694	4 163	808	228	11	1	3 277	1 095	11 790	5 517		
	Total.....	9 059	5 349	1 203	691	11	3	3 956	1 794	14 210	7 837		

(*) Inclusive a população presente em navios, barcos e trens.

TABELA VI B — DISTRITO FEDERAL

Porcentagem dos que sabem ler e escrever, por sexo, na população de 10 anos e mais, segundo as regiões e os setores

REGIÕES E SETORES	BRANCOS		PRETOS		AMARELOS		DE OUTRA COR E COR IGNORADA		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
REGIÃO ORIENTAL.....	91,79	86,06	65,64	47,01	85,39	75,00	84,40	76,26	88,32	78,46
Nordeste.....	91,25	84,62	69,29	50,69	83,87	78,16	86,13	74,42	88,51	79,48
Noroeste.....	88,74	81,20	69,58	50,54	79,41	75,79	84,46	71,73	85,25	74,47
Centro Este.....	90,50	81,30	71,43	47,04	76,83	73,08	88,19	72,53	89,15	77,37
Centro Oeste.....	92,18	87,44	70,93	49,39	86,49	45,45	85,28	71,21	89,97	81,41
Oeste.....	94,16	89,42	61,43	41,23	96,00	84,62	87,24	71,29	89,73	80,16
Suleste.....	63,57	88,78	64,81	49,60	96,21	80,81	81,33	66,43	90,22	80,37
Sudoeste.....	91,14	87,46	53,50	41,47	92,45	70,09	72,27	61,10	83,59	74,88
REGIÃO OCIDENTAL.....	81,94	75,12	55,63	38,97	57,64	52,42	74,65	61,66	76,50	66,53
REGIÃO INSULAR (*).....	84,93	78,39	67,17	33,00	91,67	33,33	83,26	61,04	82,97	70,40
TOTAL.....	90,03	84,90	63,88	45,92	80,03	69,41	82,36	68,64	86,69	77,01

(*) Inclusive população presente em navios, barcos e trans.

A alfabetização na *Região Ocidental*, com predominante caráter suburbano e rural, é nitidamente inferior à da *Região Oriental*. Na população de 10 anos e mais, a proporção dos que sabem ler e escrever é de 76,50% entre os homens e 66,53% entre as mulheres na primeira região; de 88,32% entre uns e 74,46% entre outras, na segunda.

Entre os diferentes setores da Região Oriental verificam-se diferenças sensíveis, mas não grandes, das cotas gerais de alfabetização. A cota masculina varia entre um mínimo de 83,59% no Sudoeste e um máximo de 90,22% no Sudeste; a feminina, entre um mínimo de 74,47% no Noroeste e um máximo de 81,41% no Centro Oeste.

Na *Região Insular* a alfabetização é menor do que na Oriental, porém, maior do que na Ocidental.

Em todos os setores a alfabetização feminina é inferior à masculina, no conjunto de população de 10 anos e mais.

Considerando separadamente os *diversos grupos de cor*, encontra-se em todos uma diferença no mesmo sentido entre a alfabetização verificada na Região Oriental e na Região Ocidental, de que foi acima salientado o caráter suburbano e rural.

A diferença de alfabetização entre os dois sexos varia notavelmente nos diversos grupos de cor, atingindo o seu máximo entre os pretos e o seu mínimo entre os brancos, como já foi observado atrás.

Na comparação entre os diferentes grupos de cor torna-se, portanto, conveniente discriminar os dois sexos.

Na *população masculina*, a cota da alfabetização dos brancos de 10 anos e mais varia entre um mínimo de 81,94% na Região Ocidental e um máximo de 94,16% no setor do Oeste da Oriental.

A cota de alfabetização «dos outros, isto é, do numeroso grupo dos mestiços (sempre no sexo masculino), varia entre o mínimo de 74,65% na Região Ocidental e o máximo de 88,19% no setor do Centro Este da Oriental. Em cinco dos sete setores da Região Oriental a alfabetização dos "outros" é mais elevada do que a dos brancos na Região Ocidental.

Os amarelos constituem um grupo muito pequeno, de modo que não se podem considerar representativas as respectivas cotas de alfabetização por setores, calculadas sobre cifras exíguas. Fica, entretanto, evidente a grande diferença de alfabetização entre os amarelos da

Região Oriental (85,89 % de alfabetizados, no sexo masculino) e os da Ocidental (57,64%). A alfabetização dos homens amarelos da Região Ocidental é inferior à dos pretos da Oriental.

Entre os *pretos* de sexo masculino, a cota de alfabetização varia entre um mínimo de 55,63% na Região Ocidental e um máximo de 71,43 % no setor, do Centro Este da Oriental.

Na *população feminina*, a cota de alfabetização das *brancas* de 10 anos e mais é mínima na Região Ocidental, com 75,12% e máxima no setor do Oeste da Oriental, com 89,42%.

A das *"outras"*, varia entre 61,04% na Região Insular e 74,42% no setor do Nordeste da Oriental.

A das *amarelas* é de 52,42% na Região Ocidental (5), e de 75,00 na Oriental.

Entre as *pretas*, a cota de alfabetização mais baixa, 33,00%, encontra-se na Região Insular; a mais elevada, 50,69% no setor do Nordeste da Oriental.

O sentido das *diferenças de alfabetização entre os diversos grupos de cor* é o mesmo em todas as partes do Distrito Federal, apenas variando a intensidade dessas diferenças. A prevalência dos fatores sociais na determinação destas é evidenciada pela capacidade que mostram os grupos não brancos de atingir níveis de alfabetização elevados, apenas aliás já verificada na precedente análise da alfabetização em relação à idade.

II. A INSTRUÇÃO

() levantamento dos que *estão recebendo instrução* foi estendido, no censo de 1940, às idades de 6 a 39 anos.

O número total apurado dos que estão recebendo instrução é de 318.774, correspondendo a cerca de 18% da população total presente no Distrito Federal. Acrescentando-se as crianças menores de 6 anos que estão recebendo instrução pré-primária e os adultos de 40 e mais, a cota deve aproximar-se de 20%.

Mais do que esta cota geral, tão interessantes as *proporções dos que estão recebendo instrução nas diferentes idades*, exposta na tabela VII. O resultado ideal da frequência de 100 % está ainda longe de ser alcançado, embora os 68 anos decorridos entre o 1.º e o 5.º censo do Brasil tenham marcado um progresso decisivo

(S) Despreza-se a percentagem, ainda menor, de 33,33% da Região Insular, porque calculada sobre apenas 3 casos.

Em 1872, sobre 49.637 crianças de 6 a 15 anos, apenas 10.046, que sejam postos em condições relativamente favoráveis, capacidade ou seja, 20,24% do número total, frequentavam as escolas. Das restantes 39.591 crianças, que não estavam recebendo instrução, 31.468 eram livres e 8.123 escravas.

Em 1940, sobre 352.359 crianças de 6 a 15 anos, 237.370, ou seja 67,33 % do número total, estão recebendo instrução.

TABELA VII - DISTRITO FEDERAL

Distribuição dos que estão recebendo instrução, por sexo e idade, e sua proporção sobre 100 presentes em cada grupo de sexo e idade

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			PROPORÇÕES POR 100 PRESENTES EM CADA GRUPO		
	Homens (b)	Mulheres (c)	Total (d)	Homens (e)	Mulheres (f)	Total
6	8 715	6 732	13 447	37,44	38,03	37,73
7	10 070	10 789	21 459	61,05	62,28	61,66
8	12 871	13 060	25 931	74,73	76,30	75,51
9	14 155	23 275	28 130	81,03	81,57	81,30
6 a 9	41 111	44 850	89 207	03,35	64,41	03,88
10	15 403	15 054	31 117	82,38	82,83	82,69
11	14 389	14 755	29 144	82,09	82,15	82,42
12	14 022	14 201	28 223	79,53	77,28	78,38
13	12 320	12 001	24 321	73,61	66,56	69,95
14	10 308	9 620	19 988	02,29	53,61	57,78
15	8 041	7 269	15 310	40,29	40,21	44,51
16	0 835	5 699	12 534	41,42	30,08	35,73
17	0 402	4 402	10 150	34,55	24,20	29,08
18	5 094	3 299	8 393	29,79	17,87	23,60
19	4 414	2 408	0 882	20,52	13,90	20,01
10 a 19	96 634	89 128	186 062	56,77	48,99	52,75
20	4 136	2 019	0 155	22,72	10,46	16,41
21	3 477	1 338	4 815	20,83	7,93	14,35
22	3 985	1 129	5 114	20,47	0,10	13,40
23	2 835	1 014	3 849	15,55	5,04	10,63
24	2 402	894	3 290	13,40	4,93	9,13
25	2 101	837	2 938	11,01	4,50	8,00
26	1 713	656	2 399	9,56	3,64	6,62
27	1 445	618	2 063	8,04	3,57	5,85
28	1 308	592	1 900	7,33	3,41	5,40
29	1 034	474	1 508	6,09	2,96	4,57
20 a 29	24 400	9 571	34 037	13,62	5,37	9,51
30	981	500	1 487	5,49	2,86	4,18
31	846	331	1 177	5,48	2,49	4,09
32	710	380	1 090	4,47	2,63	3,59
33	680	310	990	4,50	2,32	3,48
34	048	319	967	4,26	2,40	3,39
35	569	304	873	3,71	2,21	3,00
36	588	257	845	4,07	1,99	3,09
37	472	233	705	3,47	1,96	2,77
38	410	210	620	3,01	1,66	2,36
39	435	219	654	3,18	1,72	2,48
30 a 39	0 339	3 069	9 408	4,22	2,25	3,29
	171 850	146 924	318 774	30,14	25,94	28,05

Restringindo o período de idade considerado, vê-se aumentar a cota das crianças que estão recebendo instrução:

ANOS COMPLETOS	CRIANÇAS NAS IDADES INDICADAS		PERCENTAGEM DOS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO
	No total	estão recebendo instrução	
0 a 15	352 539	237 370 (.)	67,33 %
7 a 14	282 509	208 613	73,84 %
8 a 13	213 116	167 166	78,44 %
9 a 12	144 009	116 914	81,19 %
10 e 11	73 032	69, 261.	82,51 %

(.) Segundo a estatística escolar de 1940 a matrícula geral no ensino primário geral foi de 234 261. Este número parece elevado em comparação com o dado censitário, que inclui também alunos de cursos secundários e crianças que estão recebendo instrução no lar.

Mesmo nas idades de 10 e 11 anos, em que a cota dos que estão recebendo instrução alcança o seu máximo, a evasão escolar atinge, senão excede, 15%.

A proporção dos que estão recebendo instrução, depois de ter subido rapidamente para o referido máximo de 82-83% nas idades de 10 e 11 anos, diminui com notável velocidade. Já na idade de 15 anos a cota dos que estão recebendo instrução fica inferior a 45% ; na de 20 anos apenas excede 16% ; na de 25 anos reduz-se a 8% ; e o declínio continua com o aumento da idade.

A marcha, em função da idade, das *proporções dos que estão recebendo instrução* é a mesma nos dois sexos; somente, na população feminina, a queda, além do máximo correspondente às idades de 10 e 11 anos, é mais rápida do que na masculina.

Nas idades de 6 a 12 anos a proporção dos que estão recebendo instrução é quase a mesma para os dois sexos: 71,25 para os meninos, 71,64% para as meninas. A leve superioridade feminina nestas idades é fenômeno já observado em estudos referentes a outras populações brasileiras.

Mas nas idades sucessivas se manifesta uma nítida inferioridade das cotas femininas, acentuando-se rapidamente com o crescer da idade. Já na idade de 20 anos a cota masculina de quase 23% é mais que dupla da feminina, que excede de pouco 10%. A tabela VII compara as cotas para os dois sexos em cada ano de idade, de 6 a 39 anos, resumindo também o cálculo por grupos decenais de 10 a 39 anos.

*Comparando as proporções dos que estão recebendo instrução, sobre o total da população, nas idades de 7 a 15 anos, calculadas para o Distrito Federal, com as calculadas anteriormente para outras Unidades da Federação, conforme o censo de 1940, nota-se que até nas mais adiantadas destas unidades, o resultado é sempre inferior. Não se deve esquecer, porém, que essas taxas não representam *optimum* ideal, e sim apenas o nível efetivamente alcançado, e que poderá ser sensivelmente excedido nos próximos anos.*

Uma pesquisa complementar da precedente está resumida na tabela VIII, *que combina a apuração referente à instrução com a da alfabetização*.

TABELA VIII DISTRITO FEDERAL

Percentagem dos que sabem ler e escrever entre os que estão recebendo e entre os que não estão recebendo instrução, segundo a idade, por sexo

IDADE ANOS COMPLETOS (a)	SABEM LER E ESCREVER, SOBRE 100			
	QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO		QUE NÃO ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO	
	Homens (b)	Mulheres (c)	Homens (d)	Mulheres (e)
6	42,99	46,17	5,22	4,61
7	61,52	64,26	9,62	7,59
8	73,77	75,77	18,34	14,27
9	83,19	85,11	23,94	23,55
6 a 9	69,18	71,36	11,01	9,43
10	89,41	90,10	34,60	33,12
11	92,28	93,09	45,10	44,86
12	94,52	94,28	54,23	57,70
13	96,07	95,28	69,57	70,28
14	96,68	95,33	77,53	77,95
10 a 14	93,47	93,36	60,13	62,66
15	95,47	95,50	81,08	89,50
16	97,04	95,10	84,70	82,70
17	97,47	93,32	87,03	83,41
18	97,96	92,27	87,31	82,97
	98,28	91,03	88,29	82,88
15 a 19	97,04	94,03	86,01	82,61
20 a 29	96,92	88,75	88,46	81,95
30 a 39	96,17	88,73	87,94	70,93
	88,44	86,36	81,49	74,63

Entre os que estão recebendo instrução, a proporção dos alfabetizados cresce, a partir das primeiras idades infantis, até alcançar níveis

de 95-98 % nas idades de 13 a 39 anos, para os homens, e níveis de 95-96 % nas idades de 13 a 16 anos, com sucessiva redução a cerca de 89 % entre 20 e 39, para as mulheres. E' evidentemente, maior, entre estas, a cota das que estão recebendo instrução independente da alfabetização (profissional, doméstica, etc).

Entre os que não estão recebendo instrução, a proporção dos alfabetizados, muito baixa nas idades iniciais, vai aumentando, pelo afluir nesse grupo dos que já receberam instrução. Entretanto, ainda nas idades de 15 a 19 anos os alfabetizados são apenas 86 % entre os homens e menos de 83% entre as mulheres. Estas proporções denunciam' a presença de um núcleo não desprezível de pessoas que não somente "não estão recebendo", mas "nunca receberam" instrução. Nas idades de 20 a 39 anos melhora um pouco a alfabetização dos homens, em parte por efeito da instrução recebida durante o serviço militar, ao passo que a alfabetização das mulheres apresenta progressiva redução.

Pareceu interessante indagar as diferenças entre as diversas partes do Distrito Federal na proporção das crianças em idade escolar' que estão recebendo instrução.

Os resultados da apuração foram resumidos nas tabelas IX e X (6).

(6) Tabelas elaboradas por Pedro de Salles Georges.

TABELA IX — DISTRITO FEDERAL

Pessoas que estão recebendo instrução e população total nas idades de 7 a 15 anos,
segundo as regiões e os setores

REGIÕES E SETORES	ESPECIFICAÇÃO	IDADE: ANOS COMPLETOS									
		7	8	9	10	11	12	13	14	15	7 a 15
REGIÃO ORIENTAL	Rec. inst.....	18 121	21 797	23 951	26 212	24 704	24 052	20 977	17 338	13 416	190 868
	Total.....	28 394	28 135	28 820	31 121	29 475	30 147	29 431	29 287	29 127	203 907
		3 574	4 401	4 760	5 291	4 835	4 589	3 877	3 090	1 974	36 271
Nordeste	Rec. inst.....	5 714	5 655	5 671	6 097	5 694	5 652	5 392	5 334	4 998	50 175
	Total.....	4 140	5 122	5 585	6 042	5 541	5 177	4 383	3 130	2 082	41 182
		7 484	7 232	7 171	7 614	6 953	6 828	6 480	6 097	5 878	61 707
Centro Este	Rec. inst.....	1 654	1 952	2 112	2 327	2 208	2 152	1 891	1 594	1 267	17 137
	Total.....	2 395	2 372	2 452	2 663	2 607	2 707	2 760	2 781	2 825	23 992
		1 253	1 590	1 605	1 857	1 797	1 842	1 581	1 273	1 162	13 960
Centro Oeste	Rec. inst.....	1 813	1 936	1 882	2 131	2 075	2 244	2 166	2 119	2 185	18 551
	Total.....	2 936	3 606	4 004	4 312	4 116	4 084	3 645	3 175	2 545	32 423
		4 459	4 615	4 745	5 113	4 953	5 105	5 055	5 103	4 965	44 123
Oeste	Rec. inst.....	3 222	3 576	4 163	4 535	4 361	4 242	3 856	3 502	3 056	34 513
	Total.....	4 432	4 296	4 746	5 158	5 021	5 130	5 213	5 380	5 679	45 055
		1 362	1 550	1 782	1 908	1 846	1 966	1 744	1 574	1 350	15 082
Sudoeste	Rec. inst.....	2 097	2 031	2 153	2 315	2 192	2 481	2 365	2 503	2 497	20 634
	Total.....	3 033	3 756	4 048	4 461	4 023	3 782	3 045	2 398	1 695	30 241
		5 894	5 671	5 590	5 983	5 370	5 349	4 991	4 858	4 823	48 406
REGIÃO OCIDENTAL	Rec. inst.....	305	378	431	444	417	389	299	252	199	3 114
Total.....	574	534	559	566	517	512	435	451	446	4 591	
REGIÃO INSULAR (.)	Rec. inst.....	21 459	25 931	28 430	31 117	29 144	28 223	24 331	19 988	15 310	223 923
Total.....	34 802	34 340	34 969	37 670	35 362	36 008	34 767	34 595	34 363	319 937	

(.) — Inclusive a população presente em navios, barcos e trens.

TABELA X — DISTRITO FEDERAL

Percentagem das pessoas que estão recebendo instrução, sobre o total dos presentes em cada idade de 7 a 15 anos, segundo as regiões e os setores

REGIÕES E SETORES	IDADE: ANOS COMPLETOS									
	7	8	9	10	11	12	13	14	15	7 a 15
REGIÃO ORIENTAL.....	63,80	77,47	83,11	84,23	83,81	79,78	71,28	59,20	46,06	72,21
Nordeste.....	62,75	77,85	82,87	85,80	85,36	81,19	71,90	57,53	39,50	72,20
Noroeste.....	55,32	70,82	77,88	79,35	79,69	75,82	67,64	51,59	35,08	66,74
Centro Este.....	68,23	82,29	86,13	86,41	84,70	79,50	68,51	57,32	43,32	72,33
Centro Oeste.....	69,11	82,13	85,28	87,14	86,60	82,09	72,69	60,08	53,18	75,25
Oeste.....	65,84	78,14	84,38	84,33	82,93	80,00	72,11	62,22	51,26	73,48
Sul este.....	72,70	83,24	87,72	87,92	86,86	82,69	73,97	65,09	53,81	76,60
Sudoeste.....	65,89	76,32	82,77	82,42	84,22	79,24	73,74	62,88	54,07	73,19
REGIÃO OCIDENTAL.....	51,72	60,23	72,42	74,56	74,92	70,71	62,13	49,36	35,17	62,47
REGIÃO INSULAR.....	53,14	70,79	77,10	78,45	80,66	75,98	68,74	55,88	44,62	67,78
TOTAL.....	61,66	75,51	81,30	82,60	82,42	78,38	69,95	57,78	44,52	70,66

No conjunto das idades de 7 a 15 anos, a proporção dos que estão recebendo instrução é de 70,66%.

Na *Região Oriental* essa proporção atinge 72,21%, enquanto na *Ocidental* desce para 62,47%; na *Região Insular* a proporção é inter mediária.

Entre os diversos setores da Região Oriental observam-se diferenças sensíveis, variando a proporção desde o mínimo de 66,74 % no Noroeste até o máximo de 76,60% no Suleste.

As proporções mais elevadas dos que estão recebendo instrução, em relação à população da mesma idade, encontram-se nas idades de 9, 10 e 11 anos. No conjunto destas idades as referidas proporções atingem o nível de 83,73% na Região Oriental, em comparação com 73,97% na Ocidental. Nos setores da Região Oriental, a proporção mais elevada é a de 87,50% do Suleste; a mais baixa, a de 78,98%, do Noroeste.

Essas proporções, embora elevadas, não são completamente satisfatórias, porque mostram que *até nas zonas adiantadas se manifesta sensível evasão escolar.*

Nas zonas mais adiantadas *a escola começa a ser frequentada pelas crianças mais cedo* do que nas mais atrasadas; por exemplo, no Suleste já na idade de 7 anos a proporção dos que estão recebendo instrução é de 72,70%, ao passo que na Região Ocidental é apenas de 51,72%. Na idade de 11 anos a diferença é menor, sendo a proporção dos que estão recebendo instrução de 86,86% no Suleste e de 74,92% na Região Ocidental. Acentua-se de novo a divergência nas idades seguintes, uma fração maior das crianças completando o curso primário e passando para o secundário nas zonas mais adiantadas: na idade de 15 nos a proporção dos que estão recebendo instrução é de 53,81% no Suleste e de 35,17% na Região Ocidental.

III. A POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

A freqüência e a gravidade dos erros nas declarações de idade são muito menores na população do Distrito Federal, quase totalmente urbana e suburbana, do que nas das demais Unidades da Federação. Entretanto o *exame da distribuição por idade revela irregularidades* — como a concentração das declarações nas idades múltiplas de 10 —,

qu,e é conveniente afastar para obter uma distribuição por anos de idade mais próxima da real.

Na tabela XI, ao lado dos números apurados de presentes de cada sexo, em cada idade de 6 a 15 anos, está indicado o número ajustado (7). A comparação das séries apuradas com as ajustadas põe em evidência a sensível atração exercida pela cifra redonda (presentes de 10 anos: apurados 37.670, ajustados 35.728; o erro por excesso do número apurado parece ser de 5%), a que corresponde repulsão para outras cifras (presentes de 13 anos: apurados 34.767, ajustados 35.348).

TABELA XI — DISTRITO FEDERAL

População em idade escolar, segundo o sexo, por grupos anuais de idade (Apuração <• ajustamento)

IDADE ANOS COMPLETOS	HOMENS		MULHERES	
	Nº. apurado	N.º ajustado	Nº. apurado	Nº. ajustado
6.....	17 937	17 779	17 700	17 642
7.....	17 478	17 847	17 342	17 738
8.....	17 224	17 865	17 116	17 826
9.....	17 468	17 832	17 501	17 900
10.....	18 770	17 749	18 900	17 079
11.....	17 401	17 016	17 901	18 043
12.....	17 632	17 433	18 376	18 100
13.....	16 737	17 200	18 030	18 148
14.....	10 846	16 916	17 945	18 189
15.....	16 314	10 582	18 079	18 222
	173 037	174 819	178 932	179 793

Em conjunto a população em idade de 6 a 15 anos ascende a 352.000 — 355.000 (segundo a apuração, 352-539; segundo o ajustamento, 354.612).

A população de 7 a 12 anos, que em nossa estimativa de previsão efetuada em 1941 fora calculada em 224.298, resulta um pouco inferior a essa cifra, sendo de 213.000 — 214.000 (segundo a apuração, 213.151; segundo o ajustamento, 213.934).

(7) O ajustamento foi efetuado da maneira seguinte: os dados dos presentes, apurados por anos de idade, foram agrupados por quinquênios, de 3 a 7, de 8 a 12 e de 13 a 17 anos, e depois cindidos de novo em grupos anuais mediante interpolação parabólica. Do trabalho incumbiu-se Jorge Djalma Soares.

O cálculo da população em idade escolar fornece dados de referência para o estudo da *estatística escolar*.

Por exemplo, comparando o número das aprovações verificadas em 1940 nas primeiras três séries do ensino fundamental comum, 82.959, com o número dos presentes nas idades de 8 a 10 anos, 107.157 obtém-se a proporção de 77,42%, indicando que o número dos aprovados fica inferior de cerca de um quinto ao que se teria se todas as crianças freqüentassem com êxito as primeiras três séries do curso primário. A proporção, no entanto, é relativamente satisfatória.

A PREPARAÇÃO DO FATOR HUMANO PARA A INDÚSTRIA (*)

ROBERTO MANGE

Do Departamento Regional do SENAI,
em São Paulo

A utilização do fator humano na indústria, considerada de um modo genérico, apresenta uma gama de atividades que, de operações simples, de natureza puramente anatômica, evolui até funções essencialmente mentais, de caráter imaginativo.

Nessa evolução de requisitos profissionais que, teoricamente, apresenta gradação contínua, são normalmente estabelecidos patamares que definem situações iguais quanto a esses requisitos em função da natureza idêntica ou semelhante das atividades exercidas.

A cada patamar de requisitos corresponde, conseqüentemente, determinado nível de conhecimentos a serem adquiridos e certa capacidade de execução. Daí decorre não só o tipo de preparo a ser fornecido aos elementos que deverão atuar na indústria, em cada um dos patamares, como também as qualidades e aptidões a serem pesquisadas através de processo seletivo judicioso.

Classificando o conjunto das atividades do fator humano na indústria em traços mais largos, podemos distinguir 3 categorias fundamentais:

1.^a) a da chamada mão de obra que corresponde ao elemento executor — o operário — e cuja cúpola é o mestre;

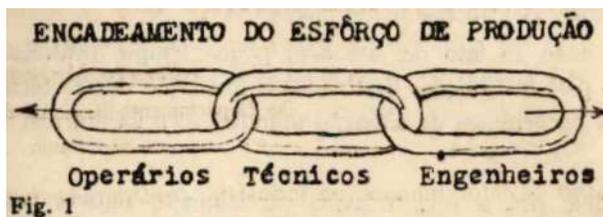
2.^a) a dos técnicos que exercem funções de controle e comando na produção e que cooperam nos estudos de organização e de planejamento ;

3.^a) do pessoal técnico superior de direção e administração — engenheiros ou outros graduados — que planejam, organizam e administram .

(*) Comunicado ao I Congresso Brasileiro de Indústria.

Cada uma dessas categorias constitui um dos três elos que formam a corrente através da qual se exerce o esforço da produção (Fig. 1).

Qualquer enfraquecimento de um desses elos reduzirá o esforço aquele que esse elo for capaz de suportar, deixando improdutiva parte da capacidade maior dos outros — isso caso o elo mais fraco não rompa, trazendo profundo desequilíbrio no processo da produção.



Há necessidade, portanto, de se cuidar de desenvolver os três elos, isto é, as três categorias acima definidas, de um modo homogêneo, reforçando-os de maneira uniforme e contínua. Só assim é que se poderá ampliar o esforço na produção industrial.

A visão de conjunto é, pois, indispensável e é requisito fundamental para se poder justificar a ampliação de um ou outro dos elos, considerado fraco ou mal constituído para resistir ao esforço da produção.

Atualmente, o problema se apresenta na indústria do Brasil sob um aspecto bastante precário, pois, tanto em quantidade como em qualidade, são fracos os três elos para atender ao crescente desenvolvimento do parque industrial.

A primeira categoria, a da mão de obra propriamente dita, existe, mas em condições de predominante improvisação, pois as Escolas Profissionais são apenas suficientes para atender a uma pequena percentagem das necessidades, e que não ultrapassa, por exemplo, no Estado de São Paulo, 8% do número total de jovens artífices que, anualmente, deveriam ser incorporados à indústria.

Em boa hora foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que chamou a si a tarefa de preparar mão de obra em larga escala, mas em nível algo inferior ao das Escolas Profissionais.

Ao SENAI cabe cerca de 75% da preparação dos operários qualificados (artífices), e dentro de poucos anos poderá esse Serviço atingir seu objetivo.

Mesmo assim, deverão ser fortemente ampliadas as Escolas Profissionais, visando sempre a formação de operários altamente qualificados. Assim, no Estado de São Paulo a previsão deve ser no sentido de triplicar o número de egressos dessas Escolas, para atingir a cota de cerca de 25% de artífices de formação integral, requeridos pela indústria.

Quanto ao elo intermediário que corresponde à categoria dos técnicos, é constituído por um contingente extremamente diminuto e insuficiente de elementos principalmente alienígenas.

Isso se deve ao fato de, até bem pouco tempo, praticamente não existirem no país instituições destinadas à formação desses técnicos, e as contingências decorrentes da situação mundial acentuaram mais ainda tal deficiência.

Essa falha virá a ser, todavia, parcialmente sanada pela recente organização de algumas Escolas Técnicas federais, estaduais e particulares já em funcionamento,

Mas é, atualmente, a, insuficiência absoluta de técnicos, de condutores de trabalho, que suscita verdadeira crise na indústria, e a imprevisão, principalmente neste setor, é das mais prejudiciais à melhoria quantitativa e qualitativa da produção.

Encontramos operários, sem o devido preparo, assumindo funções superiores à sua capacidade e, às vezes, engenheiros realizando tarefas que são da alçada do técnico.

O técnico deve ser o braço direito do engenheiro, seu ajudante e auxiliar imediato. Pensa e fala como ele, bem que sua cultura técnica seja menos elevada.

, A formação do técnico se assemelha muito mais à do engenheiro do que à do operário altamente qualificado e ele não pode, de forma alguma, ser considerado, como é ainda bastante comum entre nós, como um mestre de melhor qualidade.

Não será exagero pedir-se que, para cada engenheiro que se forme, sejam preparados, também, três técnicos que o auxiliem.

Finalmente a categoria do pessoal técnico superior, em que o engenheiro pode ser considerado como elemento representativo, não deixa de apresentar também suas deficiências, quanto ao número, à especialização, às oportunidades de aperfeiçoamento posgraduado, à flexibilidade das instituições de ensino técnico superior e mesmo quanto ao indispensável nível real a ser exigido na concessão de diplomas.

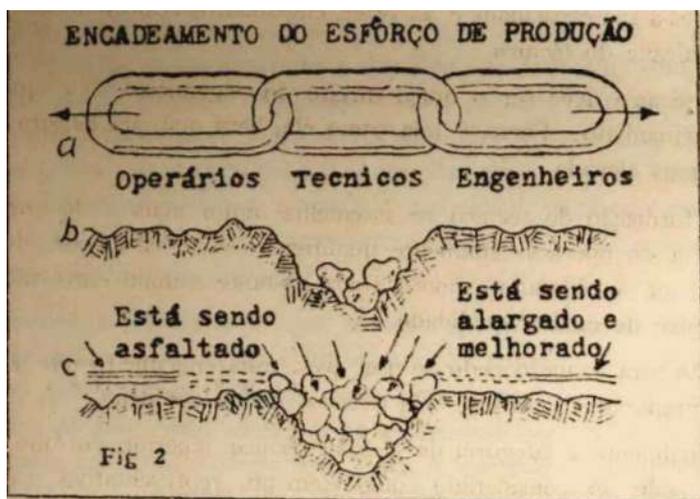
Principalmente no que diz respeito ao número, intensa é a atividade que vem sendo desenvolvida. Porém, se o aparelhamento material e os recursos didáticos não acompanharem de perto essa evolução quantitativa, poderá, facilmente, haver prejuízo na qualidade dos futuros engenheiros.

Feita abstração das condições de emergência criadas pela guerra, é recomendável uma evolução mais paulatina, bem que planejada em largos traços para o futuro.

Valorizar o engenheiro, proporcionando-lhe preparo técnico de qualidade eficiente, valorizá-lo ainda, dando-lhe auxiliares técnicos que multipliquem sua capacidade de execução, é o problema que cabe resolver, para que o elo superior cumpra realmente sua função na corrente da produção.

Feita a análise sucinta do estado atual das três categorias de elementos que, num contínuo encadeamento de funções, atuam tecnicamente na produção industrial, apresenta-se, como requisito de maior urgência, a *preparação de técnicos* em quantidade e em qualidade requeridas pelo parque industrial do país.

A situação atual assemelha-se à representação abaixo, (fig. 2) em **que** o primeiro elo da corrente corresponde a uma estrada em que se transita com dificuldade.



Com o segundo elo coincide um atoleiro que, embora não impedindo completamente a passagem, desequilibra profundamente o trânsito.

Na terceira etapa também surgem diversos impecihos.

A esse estado de coisas vem-se remediando:

- asfaltando o primeiro trecho — é o trabalho das Escolas Profissionais e do SENAI;
- alargando e melhorando o leito do terceiro trecho — com a formação de novos engenheiros.

Mas o trecho intermediário é que pede providências urgentes, para que onde existia um atoleiro se possa ter passagem franca.

Só assim é que os melhoramentos feitos nas outras partes serão realmente eficientes para o conjunto.

Em resumo, na preparação do fator humano para a indústria, deve ser desenvolvida com a máxima intensidade a formação de técnicos — intermediários entre mão de obra e o pessoal técnico superior — para garantir a eficiência da produção.

A ALIMENTAÇÃO NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO

NICANOR MIRANDA

Do Departamento de Cultura de
São Paulo

Quando os Parques Infantis foram criados, em janeiro de 1935, o seu programa inicial era limitado. Tratava-se de um serviço urbano instituído pela primeira vez no Brasil e não era possível logo de começo estabelecer um largo plano de trabalho. Como todo e qualquer organismo, era mister principiar do princípio e ir ampliando gradativamente o seu âmbito de ação, com apóio na observação e na experiência.

Embora a lei previsse uma assistência completa à criança proletária, não foi ela instituída de chofre. Mas quando começou a ser ministrada, determinou-se que a sua forma fosse tríplice: assistência médica, prestada pelos facultativos dos Parques Infantis, pelas clínicas especializadas do Hospital Municipal e pelos serviços públicos do Estado (Serviço de Tracoma, de Higiene Escolar, do Departamento de Profilaxia da Lepra...) e particulares (Liga Paulista contra a Tuberculose, Instituto Clemente Ferreira e outros); assistência dentária, pela Clínica Odontológica da Prefeitura, e assistência alimentar, prestada diretamente pelo Departamento de Cultura.

A primeira e a última — sem diminuir a importância da segunda — apresentavam-se como as mais urgentes. As crianças que vinham inscrever-se nos Parques Infantis eram portadoras, em geral, não de uma, mas de duas, três, quatro e até cinco moléstias, ao mesmo tempo. Pediculose, escabiose, avitaminose, lues e parasitas intestinais, todas juntas, foram constatadas não poucas vezes em uma só criança.

E' óbvio que o mais avançado método de educação física e todas as técnicas possíveis e imagináveis do jogo e da recreação nada pode-

riam fazer para crianças em tais condições. Era preciso, em primeiro lugar, curá-las. E daí um dos princípios doutrinários criados pelo serviço. Primeiro curar!

Mas acontecia, o que é fácil imaginar, que muitas moléstias, a maioria talvez, não podiam ser curadas só com remédio. A criança, além de doente, estava desnutrida ou subnutrida, vivia faminta, sofria fome sem saber. Era mister dar-lhe medicamentos e oferecer-lhe ainda outra ajuda, o alimento.

Surgiu então a primeira iniciativa, o copo de leite, de um serviço que depois se ampliou consideravelmente, passando a suscitar admiração e encômios de quantos médicos, higienistas, educadores e sociólogos a conheciam: a merenda do Parque Infantil, constituída de leite, pão, banana, doces de massa tipo goiabada, queijo, manteiga, carne de vaca, acrescentando-se, ainda, nos meses de inverno, mel.

O que a alimentação conseguiu fazer pelas crianças proletárias dos Parques Infantis é alguma coisa de tão extraordinário que aqueles **que** não acompanham ou vivem com essas crianças nem sequer podem imaginar apesar de ser um fato que entra pelos olhos de qualquer que, de uma criança faminta para uma alimentada, vai uma espantosa diferença.

Aqueles que apenas visitam os Parques Infantis não podem avaliar os benefícios da assistência alimentar. Porque os visitantes vêem as crianças em ótimo estado de saúde, robustas, coradas, alegres, bem dispostas, felizes, queimadas de sol, ágeis e dexas nos jogos motores, aptas e capazes em atividades de outros tipos mas dificilmente vêem uma criança quando ela entra no Parque. Desnutrida, sempre precisada de cuidados médicos, trazendo em seu corpo doenças geralmente comuns à infância e muitas vezes, outras que as estatísticas não apontam como freqüente ou quase inevitável.

Assim mesmo, apesar de uma assistência médica contínua e ininterrupta, a saúde da criança proletária não se apresenta como seria de desejar. Em 1942, houve 1.815 afastamentos por motivo de enfermidade em todos os sete Parques Infantis de São Paulo, localizados nos bairros da Moóca, Ipiranga, Lapa, Sto. Amaro, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana. Forneceram-se gratuitamente 64.903 medicamentos, aplicaram-se 48.575 injeções, foram feitos 17.324 curativos e pequenas intervenções. Houve 1.500 tratamentos de verminoses, e um total de 2.364 exames de sanidade.

Em 1943, houve 5.180 afastamentos tendo por causa enfermidades, forneceram-se gratuitamente 66.574 medicamentos, aplicaram-se 63.622 injeções, foram feitos 20.754 curativos e pequenas intervenções. Realizaram-se 1.127 tratamentos de verminoses e um total de 1.587 exames de sanidade.

Estes poucos números informativos aqui vão, de passagem apenas, para mostrar a extensão do trabalho e seu valor social. Uma documentação riquíssima de dados poderia ser aqui citada, e proveniente dos relatórios anuais para corroborar quanta afirmação fosse emitida a favor das idéias expendidas nestas linhas.

Quanto ao valor social do serviço de alimentação e os admiráveis e humanitários benefícios que ele presta à criança, apontemos para ilustração o seguinte fato. Toda a gente sabe que a criança proletária não pode receber, no lar, uma ração de alimentos que seja de valor qualitativo e lhe baste quantitativamente. Os salários da grande maioria dos operários são baixos. Em virtude do atual padrão de vida no país, os alimentos de maior valor para a criança pré-escolar e escolar, leite, queijo, manteiga, frutas, legumes, verduras, carne, ovos, mel, doces são justamente os de maior custo. Pois bem, para se ter uma idéia do valor social do serviço de alimentação dos Parques Infantis trago à baila alguns dados, colhidos no Parque da Lapa e do Ipiranga, e que podem ser acrescidos de inúmeros outros.

No primeiro, verificou-se, em 1942, que em 216 crianças observadas cuidadosamente, 192 (89%) aumentaram de um a cinco quilos de peso; 21 (10%) estacionaram e 3 (1%) diminuiram. No segundo, em 247 crianças, 234 (95%) aumentaram de um a cinco quilos de peso; 3 (1%) estacionaram; 10 (4%) diminuiram-

Ora, é sabido que uma parada ou retarde no aumento de peso da criança é início de uma perturbação profunda na nutrição. Esta pode ser de causa patogênica, quando a criança tem o que comer. Mas quando não tem, o que é muito mais freqüente do que imaginam aqueles que comem quatro ou cinco vezes por dia, a causa é a fome!

E quando o mal é a fome, motivada pela deficiência de recursos econômicos dos pais, não adianta ensinar a comer. Porque, na verdade, que vale dizer à criança ou aos pais, coma ovos, tome leite, coma frutas, coma carne, coma doces, quando se ouve a seguinte resposta: — "Mas onde está o dinheiro para comprar tudo isso?"

Creio que o pioneiro das merendas para escolares e pré-escolares, em nossa terra, é o meu ilustre mestre e amigo professor A. de Almeida Júnior. Pois pelo que até hoje pude verificar nas investigações e pesquisas a que procedi, ninguém antes dele cuidou com tanto carinho e competência de um assunto de tal magnitude e importância.

Em 1923, há vinte anos portanto, Almeida Júnior já era propugrador da educação alimentar e labutava por todos os meios ao seu alcance para que se difundissem as idéias que, embora não totalmente compreendidas naquele tempo, não deixaram de produzir opimos frutos nos meios interessados em higiene escolar e entre administradores de serviços educacionais.

Verdade é que um pouco antes dele, Almir Madeira, um dos nomes nacionais no pioneirismo da proteção e assistência à infância, instituiu em 1917, na cidade de Niterói, o copo de leite, e parece que essa foi a primeira vez nestes Brasis que se organizou coisa desse gênero.

Além do copo de leite, o Dispensado Moncorvo Filho, do qual era diretor Almir Madeira, fornecia gratuitamente pão às crianças pobres de um grupo escolar de Niterói, que ficava fronteiro ao Dispensário e se chamava grupo escolar Euzébio de Queiroz. Este foi o primeiro serviço organizado oficialmente entre nós, do qual tenho conhecimento.

Mas o pioneirismo de Almeida Júnior provém do fato de ser ele um batalhador incansável em prol da assistência mais completa à criança, e em particular no campo da assistência social, por meio da alimentação fornecida graciosamente pelo Estado.

Em 1933, batia-se o ilustre professor por um conhecimento seguro das clínicas de nutrição e ampliação constante dos serviços de merendas escolares. Observa que à família falecem habitualmente, ora a orientação prática, ora os impulsos afetivos, ora os recursos econômicos, quando não os três fatores ao mesmo tempo, e que portanto à escola compete preencher essas lacunas e suprir a família. E sem isso, dizia ele, a obra da escola é vã; é tentar construir sobre a fragilidade de alicerces carcomidos.

Mostrou ainda que em cuidadosos exames de clínicas de classes diversas realizados por médicos e educadoras sanitárias do Serviço de Higiene e Educação Sanitária de São Paulo, hoje Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, fora assinalada a frequência de 32% de débeis físicos ou desnutridos, verificando-se neles, concomitantemente, várias perturbações, v. g., sífilis hereditária, tuberculose, alcoolismo paterno,

adenoidismo e outras. Apontou também este fato impressionante: que, das 18.414 crianças que entravam na escola às 11 horas (e que nela tinham que permanecer até as 14 horas), 9.624, portanto mais da metade, iam sem almoço!

Ora, ninguém ignora — e já foi constatado cientificamente por cientistas alemães e norte-americanos — que não são poucos os malefícios que a desnutrição acarreta ao escolar. Atenção irregular, memória fraca, irrequietismo, energia física e nervosa deficientes, medo, irritabilidade fácil e outras semelhantes perturbações são encontradas frequentemente na criança desnutrida, listos transtornos não se verificam somente na escola. Podem ser verificados também na vida ao ar livre, nos recantos de jogos dos clubes ou no Parque infantil.

Ainda possuo as notas colhidas durante uma pesquisa sobre jogos motores que realizei nos Parques Infantis e com a qual compus um livro intitulado *200 jogos infantis*.

Ao primeiro capítulo dessa obra chamei *Técnica do jogo infantil organizado*, porque nele se ensinam os preparativos do jogo, local, área e material; o critério da escolha do número de jogadores, como se classificam os mesmos, e a formação para o jogo: as fases e elementos do jogo, os jogos individuais, coletivos e de massa, coeducativos, jogos para festas e demonstrações, jogos de água, de revezamento, para aula de ginástica, e finalmente a execução; como se escolhe um jogo, como se ensina, como se conduz o psiquismo infantil nos jogos motores; o comportamento da criança, como observá-lo, e como tornar o jogo um verdadeiro fator educacional.

Baseado em Decroly, elaborei uma ficha, espécie de balanço psicológico do comportamento infantil no jogo motor. E, aplicando-a, verifiquei, entre outros muitos fatos, a relação íntima entre a alimentação e a conduta da criança no jogo.

Acontece que levei quase dois anos realizando esse estudo e durante esse tempo a merenda dos Parques Infantis foi enriquecida com mais alguns alimentos, que o serviço médico aconselhava incluir. Ora, também no jogo motor se podem observar as diferenças entre crianças nutridas e desnutridas. Estas revelam, por exemplo, mais frequentemente tendências defensivas passivas (ex. : medo) e aquelas, tendências defensivas ativas (ex. : combatividade).

As primeiras têm vontade e disposição para jogar e vencer, as últimas apresentam frequentemente sinais precoces de fadiga, cansaço

fácil, irritabilidade, que se manifestam por meio de gestos, palavras e atitudes.

As crianças desnutridas distraem-se durante o jogo, desviam a atenção para outros objetos ou pessoas que não estão em jogo, são abstratas, devaneiam e entretêm-se com objetos alheios à atividade lúdica.

As crianças bem alimentadas não esquecem os nomes e as regras dos jogos, e são capazes muitas vezes de repetir a explicação de um jogo novo que acaba de ser feita pela professora. Esforçam-se por ganhar, lutam com prazer e manifestam esfusante alegria na ocasião de jogar.

As crianças desnutridas não são abúlicas somente no jogo motor. Nas outras atividades parqueanas, manuais, dramáticas ou musicais, revelam-se indecisas, indiferentes, moles e preguiçosas.

Para a criança parqueana uma farta merenda é absolutamente indispensável. Não se podem conceber, hoje em dia, serviços relacionados com a educação física que não cuidem séria e carinhosamente da alimentação dos educandos. Em primeiro lugar a saúde e para a saúde em primeiro lugar o alimento. A criação de merendas em Parques Infantis não é, pois, como infelizmente muita gente julga, um malemprêgo dos dinheiros públicos ou uma sobejidão. É uma necessidade da criança e um dever do Estado.

Os Parques Infantis estão localizados em bairros operários. A maioria das crianças mora em habitações coletivas, vilas, cortiços e porões. Que aí reina o desconforto, a falta de espaço, a ausência total de higiene, não parece necessário ressaltar. Mas o que, talvez, nem todos saibam é que outros problemas aí existem, mais graves que as precárias condições de moradia e circunstâncias ambientais meramente físicas. Que são a miséria, a desnutrição, a tuberculose, o desemprego, o abandono do lar, a ilegitimidade, a delinquência, a embriaguez, a insanidade mental e outros do mesmo teor.

Ora, acontece, em muitos casos, que um desses males, mais de um ou vários, provêm de uma causa única: a fome!

Diante desse fato, o Departamento de Cultura empreendeu, logo no início de sua vida, um serviço de alimentação para as crianças dos Parques Infantis. E, para principiar, foi instituído o copo de leite. Julgo dever de justiça e gratidão lembrar o nome do cidadão paulista que foi um dos padrinhos desse serviço. Refiro-me ao coronel Francisco Vieira que, na qualidade de Diretor da Cooperativa Central de Laticínios,

dou durante alguns anos 60 litros, diários, de leite às crianças parqueanas.

O copo de leite já era um princípio, mas sem dúvida minguido. As crianças começaram a trazer outros alimentos de casa para comer com o leite, pão, salame. . Mas os alimentos trazidos vinham quase invariavelmente embrulhados em papel de jornal ou outros já usados para fins não sabidos. E' claro que as condições higiênicas de um tal lanche não poderiam ser aprovadas pelas educadoras sanitárias. E muitos outros problemas surgiam com o porte do lanche. Houve, entre outros, um caso singular. Um menino, registrado em um dos Parques Infantis, não encontrando açúcar na própria casa, era useiro e vezeiro em furtá-lo dos vizinhos, dos empórios e mercearias, cujos donos tomados de descuido ou absolutamente crentes na total inocência ou na pureza infantil não se apercebiam da feia atividade do garoto.

Ora, aconteceu que, tantas vezes vai o pote à fonte que um dia se quebra, e o pequeno espertalhão foi apanhado com a boca na botija. E como não era a primeira vez que as vítimas davam pela falta do precioso alimento, foi apresentada queixa, não à policia ou ao Juízo de Menores, mas ao Parque Infantil.

Para este, e outros mais complicados casos, é que existem funcionários especializados. Não se conseguindo dentro de breve tempo descobrir as causas do furto, e o que fazia ele com o açúcar, a educadora sanitária Glete de Alcântara — atualmente detentora de uma bolsa de estudos no Canadá e uma das mais brilhantes professoras de sua geração — propôs ao diretor da repartição o encaminhamento do menor ao Serviço de Higiene Mental, do qual é chefe o provector clínico e ilustre psiquiatra Durval Marcondes.

Não tardou muito e uma das visitadoras desse serviço descobriu a causa do furto. O guri confessou que no Parque Infantil davam leite, mas sem açúcar. E como ele gostava muito de leite com açúcar, e não o tinha em casa para levar ao Parque, surripiava-o.

Este, a propósito, era uma exceção, pois a grande maioria das crianças prefere leite sem açúcar. Uma experiência feita nos Parques Infantis demonstrou essa verdade. Mas é evidente que, necessitando o organismo infantil de açúcares, principalmente crianças que praticam atividades físicas, não poderia a superintendência do serviço esquecê-lo. E, de fato, eles sempre constituíram parte integrante da merenda parqueana, na forma de goiabada, marmelada, pessegada, bananada e mel.

Instituído o copo de leite, e considerando-se seus bons mas não totalmente satisfatórios resultados, determinou-se incluir nos lanches dos Parques Infantis outros alimentos. Mas quais?

Era mister, antes de tudo, estudar o problema em todos os seus aspectos, dietético, econômico, administrativo, prático e estabelecer os princípios fundamentais do serviço de alimentação e as suas finalidades mais importantes.

De acordo com as possibilidades financeiras e administrativas fixaram-se as seguintes normas: a alimentação nos Parques Infantis visa: *a)* diminuir tanto quanto possível o *deficit* nutritivo apresentado pela criança proletária; *b)* fornecer aos parqueanos alimentos com princípios indispensáveis ao seu desenvolvimento, os quais são parcos ou inexistentes em sua alimentação habitual; *c)* responder à maior necessidade de alimentação, determinada pelos exercícios físicos e processos recreacionais adotados nos Parques Infantis, impedindo assim que as causas da desnutrição sejam agravadas; *d)* favorecer a educação higiênica, econômica e social da criança proletária.

O primeiro alimento fornecido às crianças dos Parques Infantis foi o copo de leite. E, a seguir, frutas nacionais e estrangeiras. Esta afirmação pode causar estranheza, pois sabendo-se que as crianças parqueanas são, na sua quase totalidade, operárias, porque se lhes havia de dar frutas estrangeiras quando as nacionais são tão boas e mesmo, segundo muitos, de maior valor nutritivo do que as oriundas de outras plagas?

E' fácil de explicar.

Lá por volta de 1935 e 1936, havia na cidade de São Paulo uma epidemia de vendedores ambulantes que procuravam por todos os meios lesar o fisco, não pagando o devido imposto a que a lei os obrigava. Nessas condições, a seção fiscalizadora procedia à apreensão das frutas e as entregava à Divisão de Abastecimento. Esta, por sua vez, de acordo com determinação do prefeito Fábio Prado, entregava-as aos Parques Infantis. Algumas vezes, as crianças receberam também presentes de frutas nacionais em larga escala. Sendo secretário da Agricultura, o major Levi Sobrinho ofereceu às crianças parqueanas, na época da colheita, vários lotes de milhares de laranjas, que foram saboreadas com inimaginável prazer pelos petizes para os quais a laranja é, talvez, a melhor fruta do mundo.

Logo depois da instituição do copo de leite, outros alimentos foram adicionados à merenda. Pão, doces de massas, goiabada, marmelada.

pessegada e bananada, para suprir os hidratos de carbono; manteiga, para suprir de elementos energéticos e as vitaminas; salsicha, para suprir de albuminóides; leite, para as necessidades vitais da criança, especialmente o cálcio e as vitaminas; queijo, para albuminóides, cálcio, vitaminas, energia calórica...

Diariamente as crianças recebiam leite, pão e um dos outros alimentos mencionados. Em vista das dificuldades de conservação em recintos apropriados, especialmente nos dias de calor, a salsicha foi suprimida.

Em 1943, os alimentos distribuídos nos Parques Infantis eram os mesmos de 1938, a saber: leite, pão, manteiga, banana, carne de vaca, queijo e goiabada. A preferência pela goiabada foi tal, em relação aos outros doces de massas, v. g. marmelada, pessegada, bananada, que estes foram abolidos e a goiabada passou a reinar sozinha.

A distribuição foi organizada da seguinte maneira: leite e pão, diariamente. Manteiga, às segundas-feiras- Bifes e bananas, às terças e sextas-feiras. Queijo, às quartas e sábados. Goiabada, às quintas-feiras.

As quantidades distribuídas nos seis dias úteis da semana — aos domingos os Parques Infantis se conservam fechados — são as seguintes: 900 g de leite, 600 g de pão, 10 g de manteiga, 100 g de banana (2), 200 g de carne de vaca, 160 g de queijo e 50 g de goiabada. Nos meses de inverno, 40 g de mel de abelha.

Acompanhando a assistência alimentar, o Departamento de Cultura desenvolve um programa educativo sob vários aspectos, a saber: cursos de robustez; confecção de cartazes com a cooperação das crianças; palestras proferidas durante a merenda sobre valor dos alimentos, suas relações com a saúde, higiene alimentar e feitura dos alimentos, sendo esta última atividade dedicada especialmente às meninas; convêcotes e pequenas festas, após as quais se distribuem, além dos alimentos habituais, outros, chocolate, cacau com aveia, sopa, balas, etc, e até jogos, que as classificações científicas dos mestres ainda não incluíram, e aos quais se poderia chamar de "jogos alimentares".

A título de exemplo pode-se citar o jogo do ovo que foi introduzido nos Parques Infantis pela educadora-sanitária Angélica Franco.

Cozidos os ovos, e coloridas as cascas com urucu colocado na água, escondem-se os mesmos em vários recantos do Parque Infantil. Após

o que, as crianças saem paira procurá-los. E todo aquele que achar um ovo fica com o direito de comê-lo.

Se nos jogos em que os vencedores recebem prêmios, em brinquedo? ou outros objetos, p. ex. livros, o interesse infantil é acentuado, a observação nos mostra que nos jogos alimentares esse interesse é ainda maior. O que prova que, se a atração psicológica do jogo motor, sensorial ou mental existe na criança proletária como aliás em qualquer outra, — essa atração é maior quando co-existe um pretexto para comer. O que não destrói de forma alguma a definição de que o jogo é a satisfação do instinto de jogar, mas lembra que há um instinto ainda mais forte e mais solicitado, uma necessidade extremamente enérgica, que é o instinto de nutrição. E que a fome permanente é um fato inegável na criança proletária!

A primeira instituição extra-escolar que organizou um serviço de alimentação inteiramente gratuita e com bases científicas foram os Parques Infantis de São Paulo, em 1936. O lanche dos Parques Infantis, distribuído duas vezes por dia, pela manhã e à tarde, é constituído, consoante vimos, de pão, leite, queijo, banana, mel (nos meses de inverno), doces de massa, tipo goiaba e carne de vaca.

Em 1937 a Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos, do Distrito Federal, instituiu a merenda dos Centros de Recreio. As crianças remediadas contribuíam com duzentos réis e as desprovidas de recursos recebiam-na gratuitamente.

Essa merenda era composta dos seguintes alimentos: creme de arroz, doce, mingau de maizena com açúcar queimado, cangica com leite de coco e de vaca, chocolate, pão torrado, manteiga, mingau de tapioca, mingau de fubá, banana em calda queimada, banana crua, melado, creme de abacate, frutas geladas com açúcar (mamão, abacaxi, laranja), refresco de frutas, broinhas, biscoitos, sanduíche, salada de frutas, sorvete de frutas, biscoitos de mel, mate, pão, manteiga, bolo de milho e sonho.

Parece desnecessário dizer que esses alimentos não eram fornecidos de uma só vez. Agrupados dois a dois ou três a três, a distribuição era feita diariamente.

A organização do lanche nos Parques Infantis de São Paulo e nos Centros de Recreio do Distrito Federal foram soluções isoladas, aplicadas a casos particulares. Nenhum trabalho ainda havia sido feito em amplitude, de forma que a merenda pudesse ser instituída em estabelecimentos escolares ou extra-escolares, em qualquer ponto do país.

Deve-se a Dante Costa, o primeiro estudo sobre tipos de merenda aconselháveis às várias regiões do país, com a utilização dos alimentos peculiares às zonas ou Estados.

Elaborou o citado clínico vinte e cinco sugestões de merendas para as crianças escolares brasileiras, levando sempre em consideração o valor nutritivo da merenda, os alimentos necessários ao seu preparo, as respectivas quantidades e o número de calorias produzido. Assim, p.ex., para o Nordeste e Sul, sanduíche de carne, um copo de leite, um pedaço de rapadura. Para as regiões onde não há pão: duas bananas amassadas com farinha de mandioca, um copo de leite, um pedaço de bolo de milho. Para o Norte, sanduíche de ovo, alface e tomate, um beiju de tapioca com açúcar, laranja ou tangerina.

O beiju me faz lembrar um caso sucedido, quando estive no Norte do Brasil, pela primeira vez. Não sabendo o que era beiju, perguntei ao escritor José Lins do Rego, que estava sentado ao meu lado, em um banquete realizado em Maceió, e ele, por sinal muito versado na culinária do Brasil setentrional, me ensinou que era bolo de mandioca ou tapioca. E que havia muitos tipos: biroró, cica, curubá, guaçu, membeca, muqueca, puqueca, sarapó e teica.

Também para o Nordeste há uma receita especial: sanduíche de requeijão fresco, dois cajus maduros, um pedaço de rapadura.

Dante Costa observa que o caju é uma das melhores fontes brasileiras de vitamina C.

Para a Amazônia: sanduíche de ovo, podendo ser de tartaruga ou tracajá, bolo de milho, um copo de chibé ou guaraná. Ou então: sanduíche de ovo, um copo de assai, um pedaço de rapadura.

Até hoje, que me conste, não foi feito um estudo sobre o teor vitamínico do assai. É uma bebida extremamente apreciada pelos amazenses e paraenses, que dela se orgulham.

Dante Costa elaborou também cardápios para as regiões ribeirinhas ou lacustres da Amazônia: sanduíche de peixe e agrião, um ovo de tartaruga ou tracajá, um copo de sumo de laranja.

Para o Norte: um ovo, beijus de farinha, um abacate. Para o Mato Grosso e regiões centrais: sanduíche de carne, manga, mate ou guaraná.

Se há um trabalho digno dos mais francos elogios é esse. Além da parte científica, existe um capítulo sobre a orientação prática para o preparo das merendas merecedor da mais atenciosa leitura pelo seu feitio extremamente prático, escrito em linguagem simples, sem requintes, absolutamente *comme il faut* para que possa ser divulgado até nos mais longínquos recantos do país.

Na mais afastada escola rural, no mais distante município, ou comarca, a professora primária poderá, com a ajuda do opúsculo do Dr. Dante Costa, (*Merendas escolares*, Imprensa Nacional, 1943) organizar para as suas classes um lanche escolar, que contribuirá para diminuir um pouco a fome permanente em que vive a grande maioria das crianças brasileiras.

Pensar que distribuir lanches e merendas a crianças proletárias acarreta sonegação de almoço e jantar de parte dos pais, pensar que o baixo salário do operário lhe permite adquirir alimentos que estão pela hora da morte, pensar que fornecer comida aos pequenos que habitam as zonas industriais da cidade é propaganda política ou reclame de governo, pensar que aos operários da Nação quanto mais se lhes dá mais querem receber, pensar que instituir serviços públicos de alimentação é malbarato dos dinheiros públicos, são atitudes que revelam sentimentos de anti-patriotismo e de injustiça social.

Milhares e milhares de fichas das crianças dos Parques Infantis de São Paulo, todos localizados em bairros fabris, provam que os pais ganham míseros salários, insuficientes para custear as despesas de moradia, alimentação e vestuário.

E para diversões e entretenimentos, imprescindíveis à saúde física e mental? Talvez lhes sobre, se sobrar, meia dúzia de cruzeiros para assistir a um jogo de futebol no Estádio. Quantos não assistem a ele do morro? Mais morro houvesse e mais espectadores haveria.

A organização do serviço alimentar nos Parques Infantis foi baseada nos seguintes fundamentos: os salários dos pais das crianças são muito baixos; a alimentação que a criança recebe no lar é parca e errada; ministrar aulas de educação física, sessões de jogos, atividades motoras, a crianças desnutridas é ir contra todos os princípios, — não é preciso dizer científicos, — mas de simples bom senso; ensinar a comer e dar de comer faz parte da educação moderna em todos os países que atingiram um elevado grau de civilização; é mil vezes preferível prevenir do que curar, o que vale dizer é preferível robustecer crianças sãs ou atacadas de moléstias secundárias do que cuidar de

futuros héticos, o que é mais difícil e mais dispendioso; os Parques Infantis, além de outras finalidades, devem ser centros de prevenção da tuberculose; as condições econômicas, higiênicas e morais, que circundam a criança proletária, obrigam todo e qualquer serviço de educação pública a atacar todos os problemas, sem medir esforços ou sacrifícios, enfrentando-os corajosamente, sem rodeios ou preâmbulos. A educação é incompatível com a dissimulação, a falsidade e a mentira. A verdade é a estaca que sustenta a educação.

Mas as condições econômicas da criança proletária são realmente desoladoras?

Vejamos apenas três casos, entre milhares, colhidos absolutamente ao acaso, digo e repito, colhidos ao acaso.

Veja-se se por estes não se pode ajuizar dos restantes milhares, tão fáceis de coligir.

Uma família inteira se alimenta exclusivamente de feijão e massas, sendo que nessa casa nem sequer entra pão. Comem enquanto existe verba que não alcança os primeiros dias da segunda quinzena de cada mês. Depois... o lanche fornecido pelo Parque Infantil passa a ser o único alimento das crianças. São cinco bocas famintas de crianças para as quais o mais severo tratamento médico não produz o mínimo resultado. Moram em um quarto de cortiço, a pediculose lhes é uma moléstia crônica, a verminose as procura como presa fácil. Ventre proeminente, parasitas intestinais. A assistência médica de quase nada lhes vale. Prevenir infecções, ministrar conselhos higiênicos, que vale tudo isso para quem vive na miséria, na promiscuidade, na fome permanente? Como poderá o cabeça do casal sustentar a mulher e cinco filhos, com os seus Cr\$ 365,00 de ordenado?

As crianças passam o dia no Parque Infantil. Quando regressam ao lar, a mãe ordena-lhes que vão para a cama, para não ouvir queixumes e lamentações por falta de comida. Nos últimos dias do mês, quando elas vêm depois do almoço para o Parque e a educadora lhes pergunta:

—Vocês escovaram os dentes?

Respondem invariavelmente:

—Não foi preciso. Nós não comemos nada!

Outro caso é o de uma viúva, com três filhos, o maior de 9, o menor de 2 anos. Ganha Cr\$ 80,00, como empregada de uma família que dá jantar aos filhos, para compensar o baixo salário que paga. O aluguel do quarto lhe custa Cr\$ 60,00. Como pode ela com ___ Cr\$ 20,00, dar almoço aos filhos, durante os trinta dias do mês?

Uma viúva tem uma filhinha matriculada em um dos Parques Infantis. A irmã de 13 anos ganha Cr\$ 30,00 por mês. O irmão anemiado e portador de bronquite crônica recebe, quando trabalha, Cr\$ 8,00 por dia. Não há tratamento médico que possa debelar o mal do garoto pois ele sofre de outro mal, que médicos não curam: a fome!

Ora, é de uma tal evidência a precariedade econômica em que vive a criança proletária, que parece irrisório insistir. Mas infelizmente ainda há muita gente que diz: para que melhor vida que a do operário, nos tempos que correm? Ele tem todas as regalias.

E' muito fácil dizer isso, principalmente quando se tem tudo, quando a elevação do custo de vida multiplicado por quatro ou cinco ainda dá para sobrar para aumento de um capital avantajado. E quando se tem tudo... não diz lá um provérbio árabe, o farto não compreende o sofrimento do esfomeado?

Verificada, de maneira absolutamente irrefutável, a necessidade de proporcionar uma alimentação, pelo menos supletiva, às crianças proletárias que freqüentam os Parques Infantis, cuidou-se logo de início de estabelecer as suas bases científicas.

A principal carência alimentar da criança operária são as albuminas de origem animal. Estão entre os primeiros alimentos classificados como ótimos pela variedade de amino-ácidos que entram em sua composição: o leite, o queijo e a carne de vaca.

Sigamos a lição de Talino Botelho sobre a composição desses alimentos, no seu livro *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*.

Leite: contém protídios valiosos, pois são de origem animal e possuem triptoiânico e Usina. São de fácil digestão e prontamente absorvidos. Contém gordura finamente emulsionada em gotículas, o que o torna facilmente utilizável. Contém boa quantidade de glicídio, sob a forma de um açúcar chamado lactose. Contém boa quantidade de sais minerais: fósforo e cálcio. Vitaminas A, B, C, D, sendo riquíssimo nas duas primeiras. Em cada 100 gramas de leite há 4% de protídios (albumina-caseína), 4% de lipídios (gordura que forma a nata), 5% de glicídios (lactose) e uma grama de sais minerais, sendo a metade sob a forma de fosfato tricálcio.

Queijo: a caseína do leite, coagulada pelos fermentos e de mistura com as gorduras, produz o queijo.

Carne de vaca: tem alta porcentagem de proteínas completas, isto é. cerca de 20%. Contém os quatro ácidos indispensáveis ao crescimento orgânico e ao equilíbrio do peso. A quantidade de gordura é

aproximadamente de 10 %. Contém.' ainda sais minerais e em particular fosfatos, além de matérias chamadas extrativas porque são solúveis na água (creatina, xantina, etc), que dão sabor e aroma à carne. '

A análise do leite, do queijo e da carne de vaca, nos mostra que eles são os alimentos mais completos pela sua riqueza nos diferentes princípios nutritivos, donde a sua denominação de alimentos protetores.

Depois da carência em albuminas animais,' sobressai pela sua extensão e profundidade a carência em sais minerais, principalmente cálcio. Em geral as crianças dos Parques Infantis têm frágil constituição óssea e péssimos dentes. Muitos casos de fraturas dos membros superiores e inferiores se registram anualmente devido à descalcificação infantil. Quanto aos dentes, a situação é desoladora. E' justamente nos alimentos anteriormente citados, o leite, o queijo e a carne que se encontram as fontes mais indicadas para o suprimento dos sais minerais mais deficientes na alimentação.

Classificam-se, em terceiro lugar, as deficiências em vitaminas que determinam as avitaminoses, largamente difundidas. Para combater as avitaminoses A e D, além do leite e queijo, ricos dessas vitaminas, distribui-se um outro alimento, a manteiga. As vitaminas A e D são solúveis na gordura, daí a riqueza da manteiga que é formada pela gordura do leite, aglutina da por batimento ou centrifugação. Em cem gramas de manteiga 85 são de gordura. Os glóbulos de gordura se fazem acompanhar de pequenas porções de albuminas.

As avitaminoses B e C são combatidas nos Parques Infantis pela distribuição da banana, fruta nacional que é considerada popular, mas que passou de Cr\$ 0.20 para Cr\$ 1,20 a dúzia.

Em cem gramas de banana há vinte de hidratos de carbono, quatro de gorduras e uma e meia grama de proteína e vitaminas.

Diz-se comumente que o brasileiro abusa dos hidratos de carbono com o prejuízo dos outros princípios nutritivos. Em outras épocas poder-se-ia alegar o desconhecimento dos princípios elementares sobre a nutrição. Mas hoje, o agravamento desta falha em nossa alimentação é motivada não só pela ignorância que ainda persiste, porque muito pouco temos caiminhado nesse setor — mas também pelo espantoso em carecimento da vida. mormente dos gêneros alimentícios. O pobre não pode variar sua alimentação, por mais que se lhe ensine. E dai escolher os hidratos de carbono.

Apesar disso não se excluíram os hidratos de carbono da merenda fornecida nos Parques Infantis. São inúmeros os casos de parqueanos sofrendo de fome crônica, com deficiências até de hidratos de carbono. Incluindo-os na merenda, procurou-se balancear a dieta fornecendo todos os tipos e princípios nutritivos indispensáveis às funções orgânicas.

Diariamente é distribuído nos Parques Infantis o pão feito de farinha de trigo, que contém em cem gramas 7% de proteínas vegetais e 50 de hidratos de carbono.

Às quintas-feiras é distribuído doce de frutas em massa, tipo goiabada. A riqueza desses alimentos em hidratos de carbono supre o organismo infantil com o material energético mais intensamente consumido pelo exercício físico..

Além dos alimentos distribuídos diariamente, de acordo com plano estabelecido, procura-se ainda introduzir alguma variedade na alimentação, preparando-se merendas especiais nos dias de festas.

E' digno de nota que um dos maiores atrativos das festas é a merenda, sendo habitual as crianças desejarem conhecê-las com antecedência para irem saboreando-a de véspera. Pastéis, cangica, arroz doce, frutas da época (laranja, abacaxi), salada de frutas, chocolate, leite com aveia, pães de mel e bolos, constituem sonhados regalos de convites ansiosamente esperados.

E, incapazes de compreender como aquilo tudo lhes vem à boca por meio da complicada estrutura e funcionamento do Estado, as crianças dos Parques Infantis agradecem ao Diretor, julgando na sua mentalidade infantil que ele é "o dono do Parque" e por isso lhes pode dar o que lhes representa tanto. Mas que, do ponto de vista nacional, é tão pouco.

Pois, e as outras milhares e milhares de crianças que não têm Parque ?

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO EM 1944

MURILO MENDES »
Da Reitoria da Universidade de
São Paulo

I—ORGANIZAÇÃO GERAL E FINALIDADES

A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto estadual n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934, formando-se pela reunião de algumas escolas pré-existentes e pela criação de outras, ou sejam:

Faculdade de Direito: criada pela lei de 11 de agosto de 1827, transferida pelo Governo da República ao Estado de São Paulo, nos termos e condições do Decreto Federal n.º 24.102, de 10 de abril de 1934, e incorporada à Universidade pelo Decreto n.º 6.429 de 9 de maio de 1934;

Faculdade de Medicina: criada pela Lei n.º 19, de 24 de novembro de 1891, instalada pela Lei n.º 1.357, de 19 de dezembro de 1912, reconhecida oficialmente pela Lei Federal n.º 4.615, de 7 de dezembro de 1922 e integrada na Universidade de São Paulo pelo Decreto número 6.283, de 25 de janeiro de 1934;

Escola Politécnica: criada pela Lei n.º 26, de 11 de maio de 1892 e cujo regulamento foi aprovado pela Lei 191, de 24 de agosto de 1893;

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz": criada pela Lei n.º 26 de 11 de maio de 1892;

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: criada com a Universidade, a 25 de janeiro de 1934;

Faculdade de Farmácia e Odontologia: criada com a Universidade, com o aproveitamento de alguns elementos da antiga Escola de Farmácia e Odontologia, entidade particular;

Faculdade de Medicina Veterinária: criada com à Universidade, com o aproveitamento de elementos da antiga Escola de Medicina Veterinária, entidade particular.

Fez parte da Universidade, na sua fase inicial, o Instituto de Educação, com ela criado, e extinto pelo Decreto-lei n.º 9.268-A por aneação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Dois institutos foram criados com a Universidade e não se instalaram: a Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes.

São, por lei, instituições anexas à Universidade:

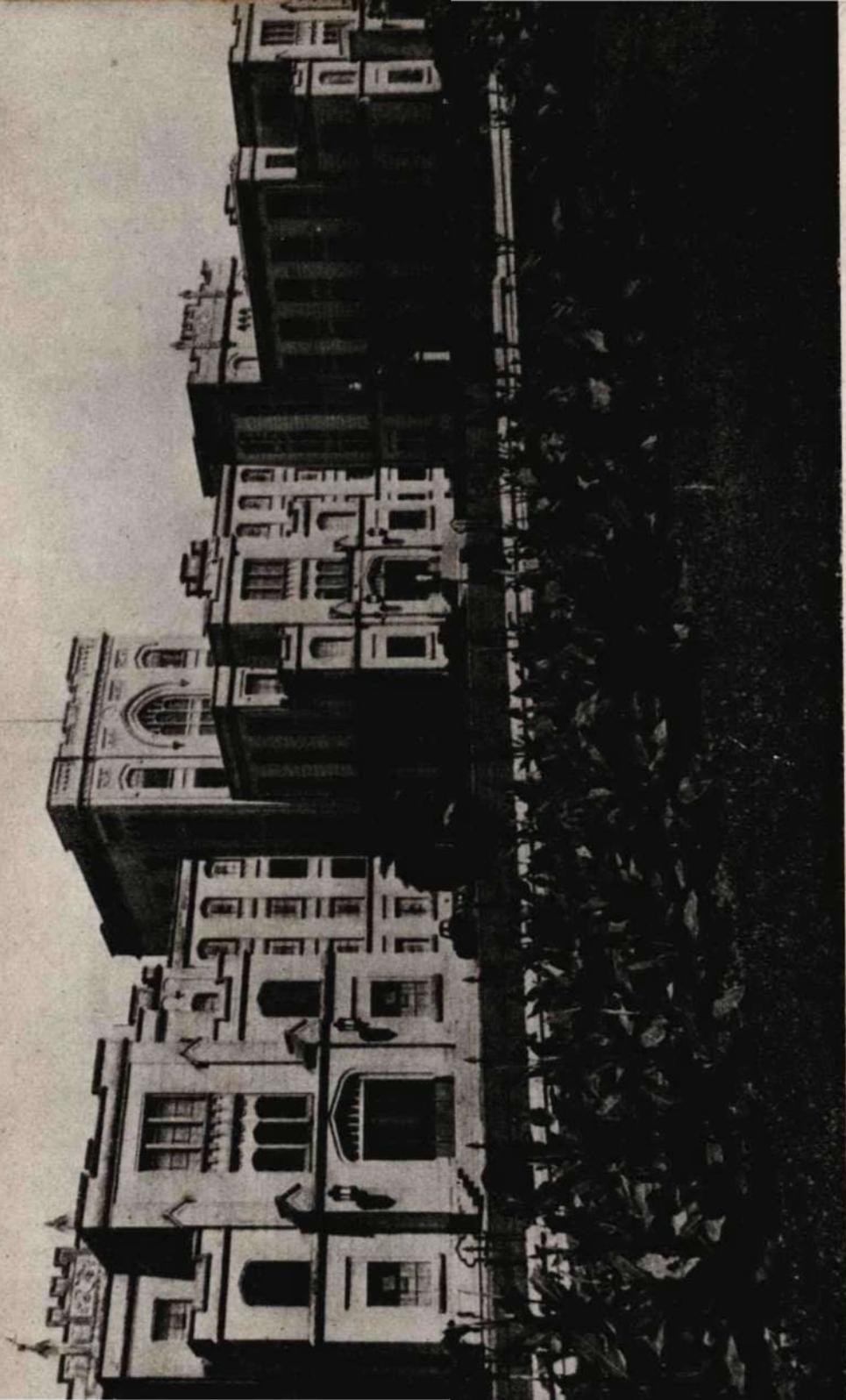
- o Instituto de Pesquisas Tecnológicas;
- o Instituto de Eletrotécnica;
- o Instituto de Higiene;
- o Instituto de Medicina Legal (Instituto "Oscar Freire.");

São, por lei, instituições complementares da Universidade, embora sem nexos administrativo com a mesma:

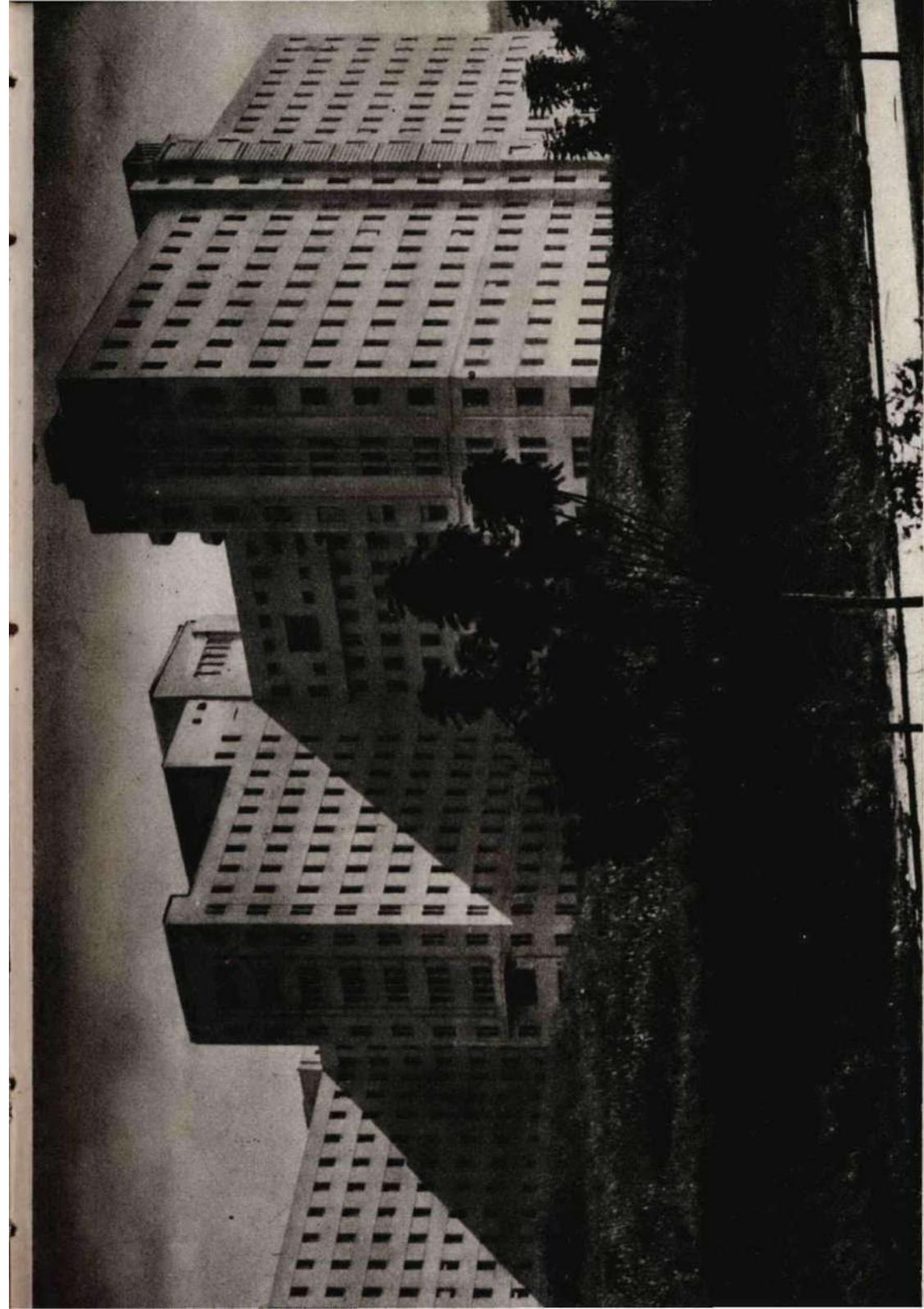
- o Instituto Biológico;
- o Instituto Butantã;
- o Instituto Agrônomo de Campinas;
- o Instituto Astronômico e Geofísico;
- o Instituto de Radium "Arnaldo Vieira de Carvalho";
- a Diretoria de Assistência a Psicopatas;
- o Museu Paulista;
- o Serviço Florestal;
- a Escola Livre de Sociologia e Política;
- o Instituto de Criminologia de São Paulo;
- o Departamento de Zoologia do Estado e
- a Escola de Belas Artes.

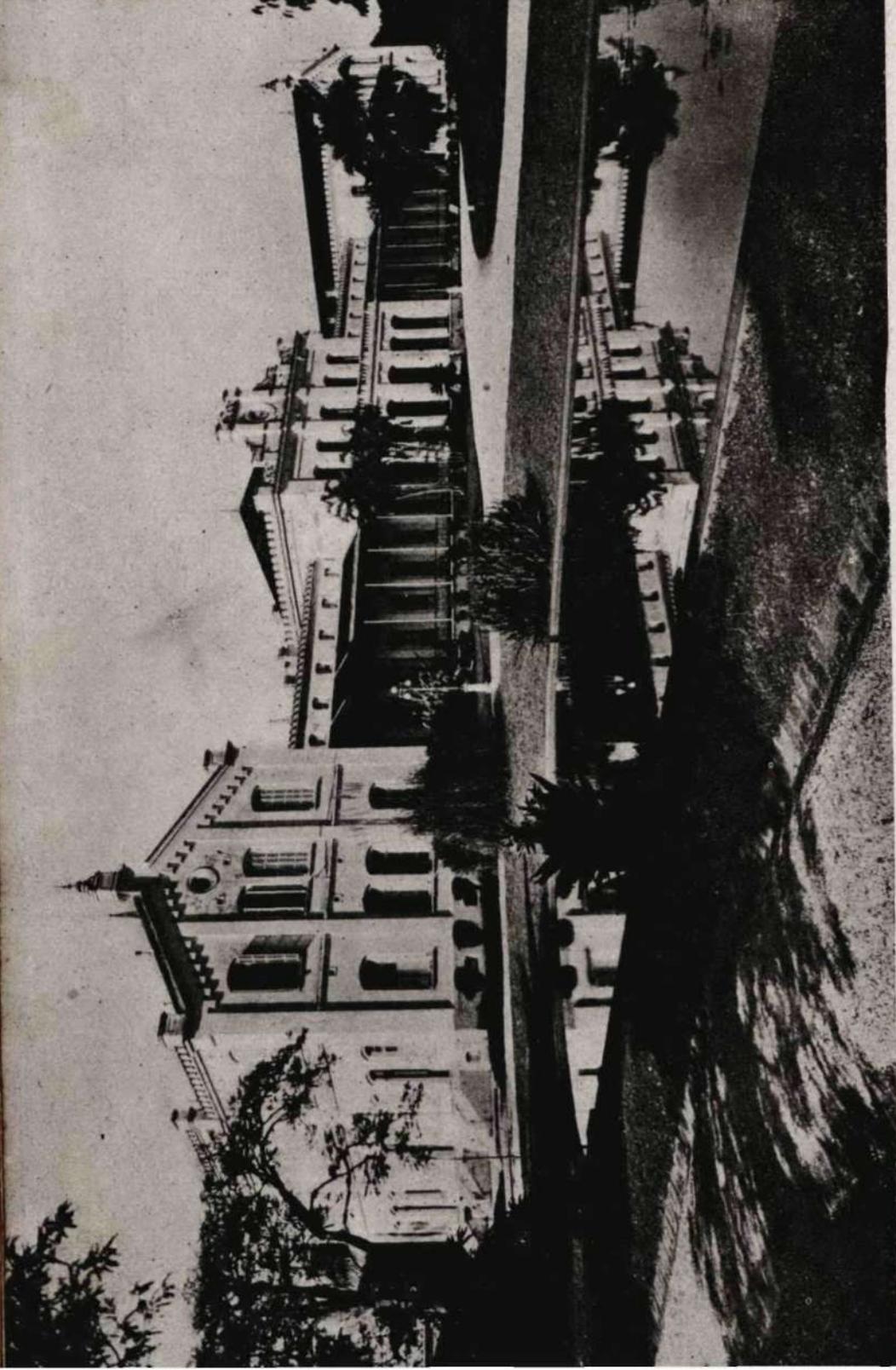
Constituem ainda serviços anexos ou subordinados à Universidade, o Hospital das Clínicas (Decreto n.º 13.192, de 19 de janeiro de 1943) os diversos hospitais ou clínicas anexas (Ortopédico, Psiquiátrico, Obstétrico), e a Escola de Enfermagem.



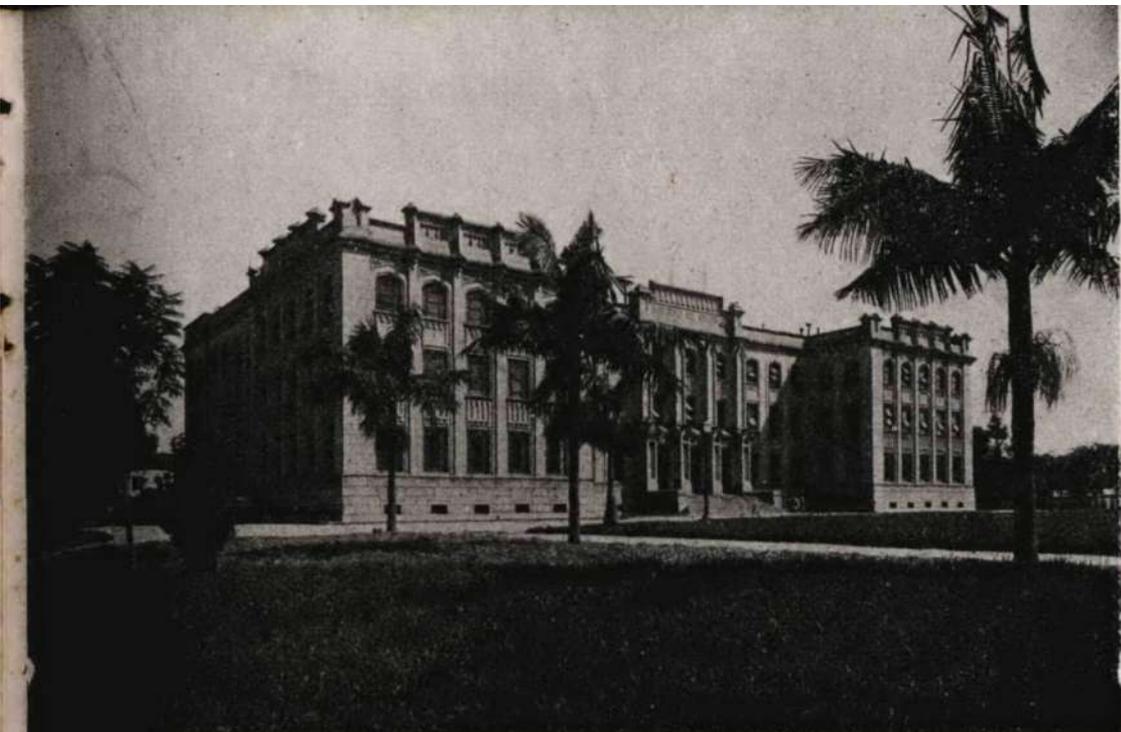


Universidade de São Paulo — Faculdade de Medicina, prédio central.



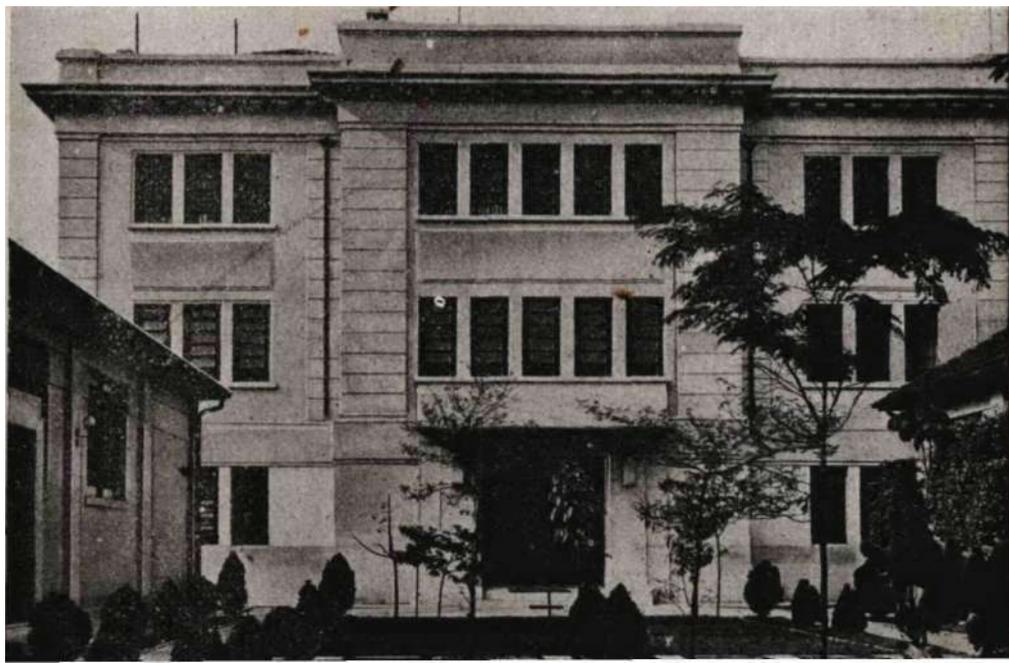


Universidade de São Paulo — Escola Superior de Agricultura "Luz de Queiroz".



Universidade de São Paulo — Instituto de Higiene, onde agora funciona a Faculdade de Saúde Pública

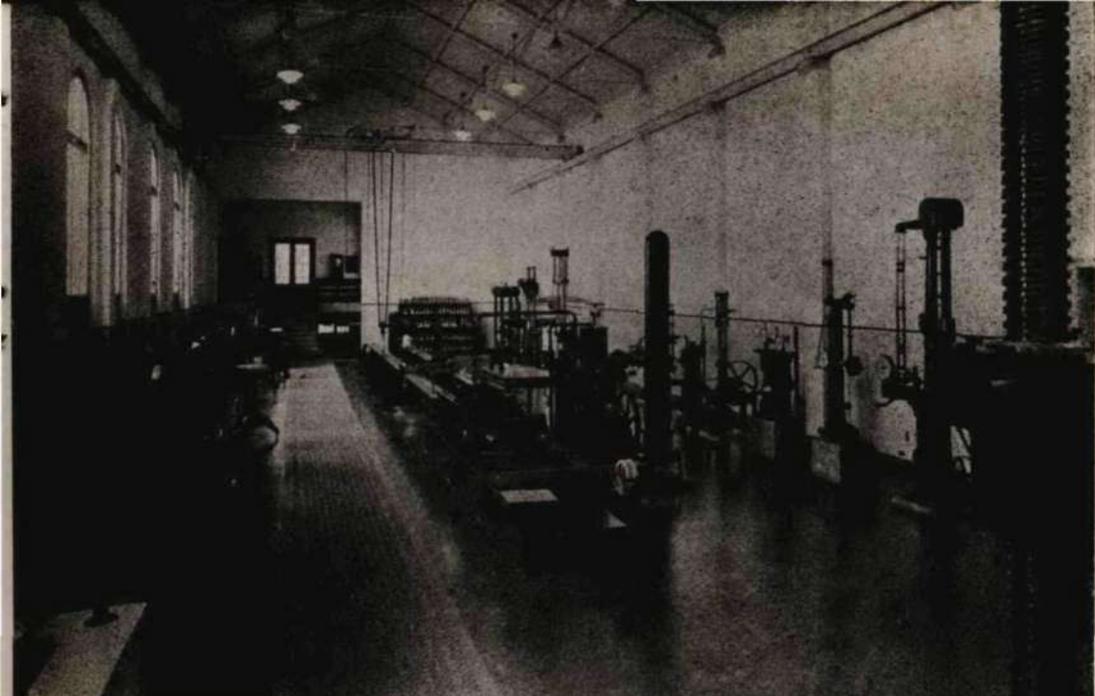
Universidade de São Paulo — Instituto de Pesquisas Tecnológicas, junto à Escola Politécnica



Universidade de São Paulo — Um dos laboratórios da Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"

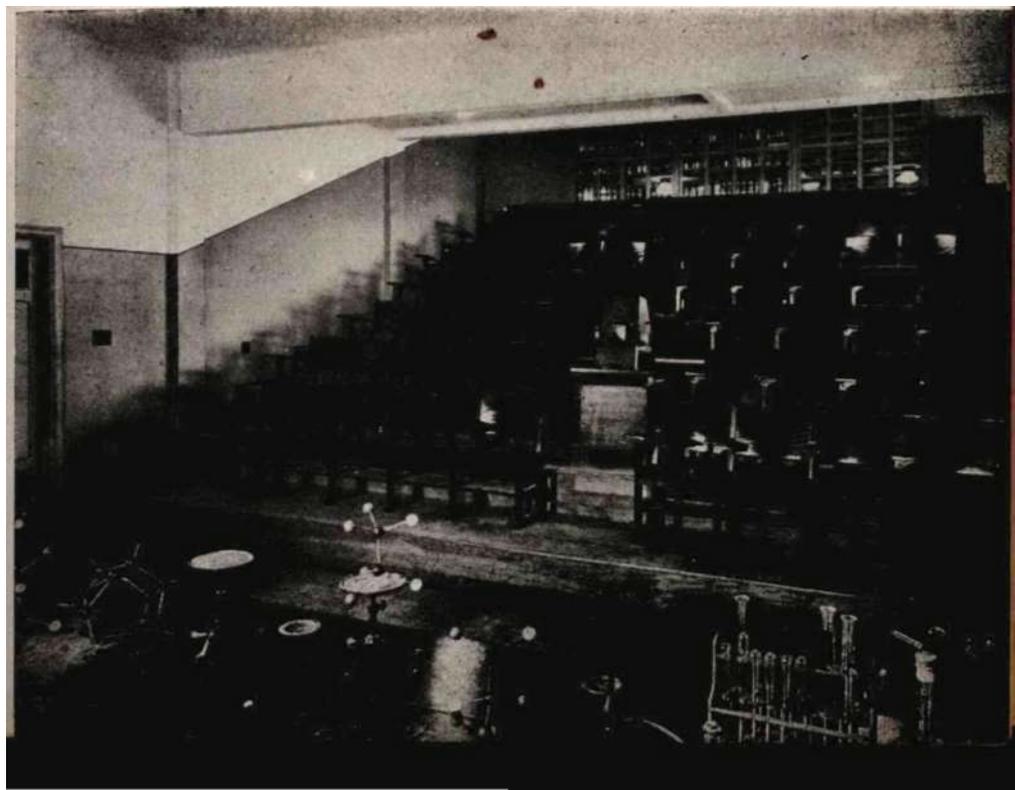
Universidade de São Paulo — Departamento de Geologia e Paleontologia da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

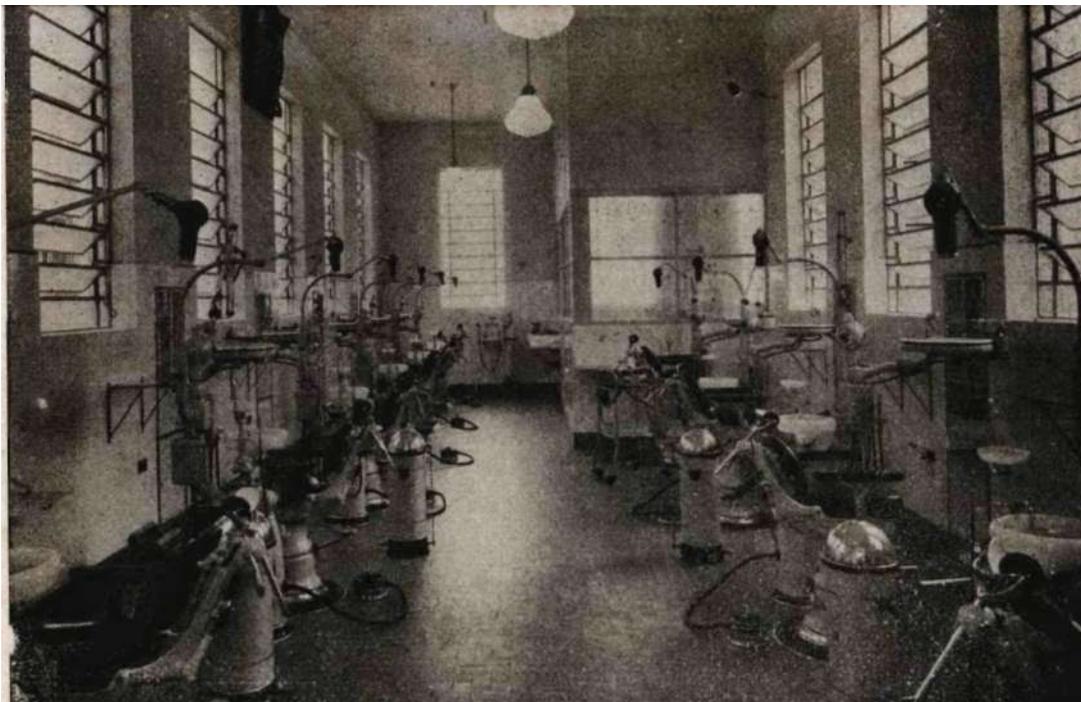




Universidade de São Paulo — Sala de Máquinas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Escola Politécnica

Universidade de São Paulo — Departamento de Mineralogia, na Faculdade de filosofia,» Ciências e Letras





Universidade de São Paulo — Instalações de clínica dentária da Faculdade de Farmácia e Odontologia

Universidade de São Paulo — Um dos laboratórios da Faculdade de Medicina



A Universidade foi até 28 de fevereiro de 1944 subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Por uma organização defeituosa, os diretores dos estabelecimentos de ensino superior só dependiam da Reitoria nas relações didático-culturais, dependendo, porém, nas relações administrativas, diretamente da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

O Decreto n.º 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, erigiu, porém, a Universidade em regime autárquico, com as seguintes vantagens:

— subordinação diletta do Reitor ao Chefe do Governo, passando ao mesmo todas as atribuições relativas à Universidade, antes exercidas pelo Secretário da Educação e Saúde Pública (exceto a de referendar leis e decretos);

— centralização da administração na pessoa do Reitor;

— dotação global no orçamento do Estado, salvo quanto ao pessoal fixo, e conseqüente flexibilidade orçamentária, necessária em estabelecimentos de ensino e pesquisa;

— maior presteza, e conseqüente barateamento nos preços do material necessário ao ensino e pesquisas. «

II — ATIVIDADES EM 1944

Em traços gerais, o programa de trabalho universitário é o *ensino superior*, realizado para o maior número com a máxima eficiência e o desenvolvimento da ciência por via da *pesquisa* por meio de pessoal docente e auxiliar do mais alto nível.

Sob o prisma *material*, o programa é a dotação das instalações e aparelhamento necessários e a regulamentação de vários setores universitários. Para maior eficiência universitária, programou-se, em 1943, à autonomização da Universidade como autárquica, como já vinha delineado desde a Lei criadora da Universidade, conveniência de se reunirem os estabelecimentos da Universidade em uma "Cidade Universitária", o que fora, afinal, decidido, pelo Decreto n.º 12.401, de 1941, designando para esse fim uma área em Butantã.

o) *Ensino* — Em 1944, o número de alunos foi de 3.580 para toda a Universidade, assim distribuídos:

Medicina	522
Direito	1.316
Farmácia e Odontologia	252
Politécnica	506
Escola " Luiz de Queiroz"	321
Medicina Veterinária	54
Filosofia	609

O número de candidatos nesse ano foi de 1.360, assim distribuídos :

Filosofia	241
Direito	225
Engenharia	343
Farmácia	133
Fac. Medicina Veterinária	18
Escola " Luiz de Queiroz"	108

Resultou, portanto, que não lograram ingresso 386 alunos, assim distribuídos:

Filosofia	32
Medicina	145
Engenharia	172
Farmácia e Odontologia	33
Escola " Luiz de Queiroz"	4

Esta situação tende a agravar-se no presente ano, pois, o número de candidatos é de 1.529, assim distribuídos:

Direito	254
Politécnica	623
Medicina	273
Filosofia	162
Farmácia	134
Medicina Veterinária	6
Escola " Luiz Queiroz"	77

Resultará, pois, que o número de não admitidos por falta de vagas na Universidade será de 738, assim distribuídos:

Politécnica	479
Medicina	193
Seção de Química da Filosofia	32
Farmácia e Odontologia	34

O número de formados, em 1944, foi de 700, assim distribuídos:

Faculdade de Direito — bacharéis	197
Escola Politécnica — engenheiros	45
Faculdade de Medicina — médicos	90
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, bacharéis e licenciados	190
Faculdade de Farmácia e Odontologia — farmacêuticos	11
Dentistas	50
Faculdade de Medicina Veterinária — veterinários....	7
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" — agrônomos	49
Instituto de Higiene — (hoje Faculdade de Higiene e Saúde Pública) educadoras sanitárias e especializadas em higiene e saúde.....	36
Curso de Enfermagem Obstétrica — parteiras e enfermeiras obstétricas	26

b) *Pesquisa* — As pesquisas na Universidade desenvolveram-se desde setembro de 1942, de modo acentuado, como nunca se havia verificado, não só devido ao alto nível dos professores e assistentes da Universidade, como devido ao auxílio de duas entidades cuja atuação merece ser destacada: os FUNDOS UNIVERSITÁRIOS DE PESQUISAS, entidade brasileira que se formou em setembro de 1942 e que criou personalidade jurídica em 1944, cujo fim é incentivar estudos e pesquisas técnico-científicas, e a FUNDAÇÃO ROCKEFELLER, entidade norte-americana que há muitos anos vem atuando no mesmo sentido.

Assim, temos a mencionar, entre outros, os seguintes trabalhos, realizados de 1942 a 1944, na Universidade, sob tais financiamentos;

1 — Física (raios cósmicos; telecomunicações: física nuclear), no Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;

2 — Química (obtenção do óxido de volfrâmio puro), no Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; fitina e inositol, cadeira de Química da Faculdade de Medicina Veterinária; clorofila, idem;

3 — Geologia (estudos gerais); minérios (minerais estratégicos), no Departamento de Mineralogia e Petrografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;

4 — Metalurgia (aços especiais para eixos; aços e ligas especiais), no Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Escola Politécnica;

5 — Eletrotécnica (reguladores de tensão), no Instituto de Eletrotécnica da Escola Politécnica;

6 — Biologia: *c)* genética — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de Biologia; Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Departamento de Citogenética; *b)* botânica (cultura de plantas brasileiras); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de Botânica; (plantas oleaginosas), idem; (sementes de hortaliças), idem; (plantas medicinais). Faculdade de Farmácia e Odontologia; *e)* zoologia: mosquitos da fauna neo-tropical; Instituto de Higiene; *d)* medicina e higiene: amebíase; Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina; endocrinologia, Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina; fisiopatologia da queimadura, Faculdade de Medicina; flora intestinal, Cadeira de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Medicina; hematimetria, Faculdade de Medicina; neuro-anatomia, Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina; verminoses, cadeira de zoologia médica da Faculdade de Medicina Veterinária; substitutos de sangue. Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina: cirurgia da boca, Departamento de Radiologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia; odonto-pediatria, cadeira de Odontopediatria da Faculdade de Farmácia e Odontologia; cirurgia de guerra, cadeira de Clínica da Faculdade de Medicina; malária e malarioterapia, Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina; malária e malarioterapia, Instituto de Higiene; Departamento de Química; nutrição: Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina; nutrição: cadeira de Química da Faculdade de Medicina Veterinária; psiquiatria de guerra, Departamento Psiquiátrico da Faculdade de Medicina;

7 — Ciências Sociais: Estatística, Departamento de Estatística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Geografia Humana: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Serviço de Divulgação Bibliográfica da Faculdade de Medicina.

Vários desses trabalhos, estudos e pesquisas foram feitos em conexão ou sob orientação das forças armadas, para fins de guerra.

c) Realizações materiais — Não obstante a futura transferência da Universidade para o Butantã, foram necessárias, para vários estabelecimentos, as seguintes obras:

Faculdade de Direito, completando-se as obras realizadas: Terraço do Primeiro Pavimento, Salas no Porão, Entrada na Rua Riachuelo, Anfiteatro, Calçada na Rua Cristóvão Colombo, Reformas em outras salas.

Escola Politécnica: Pavilhão para aulas teóricas e laboratório de física — área útil de 900 metros quadrados por piso — quatro pisos — orçamento: Cr\$ 6.000.000,00, aproximadamente-

Instituto de Pesquisas Tecnológicas: de acordo com os planos de construção da Cidade Universitária, o I.P.T. iniciou a construção da Usina de Metalurgia, composta de 3 pavilhões principais, para fundição, laminação e forjas e tratamentos térmicos, e o prédio de administração e dependências, para o que existe um crédito especial de 5 milhões de cruzeiros, tendo sido já dispendidos cerca de 2 milhões.

Faculdade de Farmácia e Odontologia,: acha-se em construção um pavilhão onde se vão alojar as cadeiras de Clínica Protética, Radiologia e Anatomia, além de outras reformas pequenas, tudo orçado entre Cr\$ 600.000,00 e Cr\$ 700.000,00.

Faculdade de Medicina Veterinária: no pavilhão central do Hospital da Faculdade foram construídas instalações para as cadeiras de Doenças Infectuosas, Clínica Cirúrgica e Clínica Médica, duas séries de canis, além de 3 casas para empregados, tudo orçado entre 600 e 700 mil cruzeiros.

Faculdade de Medicina: foram construídas duas grandes salas para provas escritas com capacidade para 150 alunos cada, ampliados os laboratórios de Fisiologia e Histologia, estando em construção a câmara para refrigeração de cadáveres do Departamento de Anatomia e Câmara para Anatomia Patológica.

Faculdade de Filosofia: na seção de química construiu-se um pavilhão. Fizeram-se acréscimos nas seções de Botânica, Zoologia e Mineralogia. Na Cidade Universitária fez-se um pavilhão para Botânica. Essas reformas estão orçadas em 600 mil cruzeiros mais ou menos.

Escola Superior de Agricultura "Luis de Queiroz": foram adquiridas propriedades e realizadas as obras no valor de Cr\$ 20.900.000,00, mais ou menos, em completa remodelação do edifício principal, quase concluído, e novos e grandes edifícios em construção.

<

PROBLEMAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

O Decreto n.º 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, transformou a Universidade em autarquia, resultando, em consequência, a reorganização administrativa da Reitoria, que passou de 11 funcionários efetivos e 9 extranumerários a 10 efetivos e 106 extranumerários, instalando os seguintes serviços. Gabinete do Reitor, Secretaria Geral, Consultoria Jurídica, Departamento Cultural e Departamento Administrativo, que compreende Divisão do Expediente, com 3 secções, e Divisões de Contabilidade, com 4 secções.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos, para 1944, foram de Cr\$ 38.127.153,30, assim distribuídos :

	Cr\$
Pessoal fixo	20.614.117,00
Pessoal variável	3.317.427,80
Material permanente	4.007.500,00
Material de consumo	6.329.208,50
Despesas diversas	3.858.900,00

Do total dos recursos, Cr\$ 28.690.624,50 formam a dotação orçamentária inicial e Cr\$ 9.436.528,00 por suplementações e créditos especiais.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS EM SETE ANOS DE ATIVIDADES

Em agosto último completou sete anos de atividades o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério da Educação. Será oportuno apreciar os esforços feitos para a sua organização e os trabalhos que tem realizado, bem como verificar os antecedentes da idéia, na legislação e em trabalhos parlamentares do império e da república.

I. ANTECEDENTES

Por várias vezes foi a instituição de um órgão nacional de estudos pedagógicos lembrada por estadistas do império. Já na Assembléa Constituinte de 1823, alvitrava-se a criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino, em todo o país. Projetos semelhantes foram apresentados no parlamento, em 1826 e em 1827, sem que nenhum deles tivesse logrado, porém, andamento e aprovação.

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição determinou a descentralização dos serviços de educação, e entregou o ensino primário e o ensino normal às províncias. Em consequência, a idéia de um centro nacional de estudos pedagógicos poderia parecer supérflua. Quase cinqüenta anos se passaram, assim, sem que voltasse com ela a preocupar-se o legislativo. No entretanto, ainda nesse período, vários projetos foram apresentados no sentido da criação de um "conselho" de caráter nacional, destinado ao exame das questões gerais de ensino no país: "Conselho Geral da Instrução Pública", como está no projeto da Comissão de Instrução Pública, em 1846; "Conselho Superior de Instrução Pública", como figura no projeto do Ministro do Império Paulino de Sousa, em 1870. renovado, em 1877, pelo Ministro José Bento da Cunha Figueiredo; e "Conselho Superior de Instrução Nacional", em projeto de 1882.

Neste último, formulado pelo deputado Rui Barbosa, a idéia de um órgão específico de estudos pedagógicos deveria também reaparecer. Era aí denominado *Museu Pedagógico*, e a ele incumbiria "expor, demonstrativamente, a história, a estatística e a situação atual do ensino em todos os seus graus, no país e no estrangeiro". Como o projeto não tivesse tido andamento, Franklin Dória pretendeu, logo no ano seguinte, a criação de órgão semelhante, chamado, então, *Museu Nacional Escolar*.

Nos primeiros tempos da república, pelo Decreto n.º 667, de 16 de agosto de 1890, criou-se o *Pedagogium*, destinado a ser "o centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional". A instituição haveria de ter, porém, vida efêmera, nesse caráter, pois a Constituição republicana de 1891 viria reafirmar a política descentralizadora do Ato Adicional. O *Pedagogium*, que funcionou, a princípio, como desenvolvimento do Museu Pedagógico, organizado por uma instituição particular, com o material que havia figurado na Exposição Pedagógica, realizada na Corte em 1883, passou depois, pela Lei n.º 429, de 10 de dezembro de 1896, à jurisdição do Distrito Federal, com programa mais restrito. E foi, afinal, extinto, pelo Decreto Municipal n.º 1.360, de 19 de julho de 1919. Num ou noutro caráter, porém, grandes serviços prestou à difusão dos conhecimentos pedagógicos da época.

Só em 1911, mais de vinte anos depois da república, viria a ser organizado o "Conselho Superior de Ensino", instituído pelo Decreto n.º 8.659, de 5 de abril do mesmo ano. Esse órgão foi transformado depois em "Conselho Nacional de Instrução" (Decreto n.º 4.632, de 6 de janeiro de 1923) e, ainda mais tarde no atual "Conselho Nacional de Educação" (Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931). Por suas próprias funções, no entanto, o Conselho haveria de desenvolver atividades diversas das de um centro de investigação e pesquisa dos problemas educacionais. Nada de estranhar, portanto, que em 1917 se defendesse na Câmara a criação de uma *Repartição Geral de Ensino Público e de Educação Nacional*, a ser estabelecida também para fins de documentação e pesquisa (projeto Monteiro de Sousa).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, vinha impor novos encargos ao governo central em relação ao ensino de todo o país. Deveria de novo, em conseqüência, evidenciar a necessidade de um órgão de estudos pedagógicos. Pelo Decreto n.º 22.439, de 31 de junho de

1934, transformava-se a Diretoria Geral de Educação (dantes, Departamento Nacional de Educação) em Diretoria Nacional de Educação, à qual se atribuíam "o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública em todos os assuntos educacionais e culturais".

A conjugação, num só órgão, dessas atribuições administrativas e de investigação e pesquisa, não alcançou, porém, os resultados esperados. Por isso, ao estudar a reorganização do Ministério, em 1936, o MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA, ao mesmo tempo que propunha fosse restabelecido o Departamento Nacional de Educação, com estrutura muito ampliada, alvitrava também a criação de um *Instituto Nacional de Pedagogia*.

O projeto de reorganização do Ministério transformou-se na Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, com ativa colaboração da Comissão de Instrução Pública da Câmara. Em seu artigo 39, criava essa lei o referido Instituto, "destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos".

Justificando a criação do novo órgão, em especial, dizia a mensagem, que acompanhava o projeto ao poder legislativo, assinada pelo PRESIDENTE GETULIO VARGAS: "Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. E' evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes públicos ou das entidades privadas".

Dados os múltiplos encargos que a reestruturação prevista pela citada Lei n.º 378 vinha trazer ao Ministério da Educação, não foi desde logo instalado o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 30 de julho de 1938, expediu-se, porém, o Decreto-lei n.º 580, que lhe alterava a denominação, para a de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, definindo-lhe também, de modo mais amplo, a competência e a estrutura.

II. DECRETO-LEI N.º 580, DE 30 DE JULHO DE 1938

O referido Decreto-lei está assim redigido:

DECRETO-LEI N.º 580, de 30 de julho de 1938 — *Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Pedagogia, criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e funcionará como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;

b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;

c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;

d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;

e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;

f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Art. 3.º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União.

Art. 4.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, abrangerá, além de um Serviço de Expediente, quatro seções técnicas, um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico.

Parágrafo único. As quatro seções são assim distribuídas:

a) seção de documentação e intercâmbio;

b) seção de inquéritos e pesquisas;

d) seção de psicologia aplicada;

e) seção de orientação e seleção profissional.

Art. 5.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos será dirigido por um diretor, nomeado em comissão pelo Presidente da República, dentre pessoas de notória competência em matéria de educação.

Parágrafo único. O cargo de diretor, padrão N (Instituto Nacional de Pedagogia), criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, fica transformado no de diretor padrão P.

Art. 6.º Os serviços do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos serão executados por pessoal efetivo e por pessoal extranumerário, a ser constituído na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os funcionários designados para a chefia das seções técnicas e para o Serviço de Biometria Médica perceberão a gratificação de função de quinhentos mil réis mensais e o designado para a chefia do Serviço do Expediente perceberá a gratificação de função de trezentos mil réis mensais.

Art. 7.º As despesas de pessoal bem como do material do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, correrão por conta das dotações consignadas, no vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde, para as mesmas despesas do Instituto Nacional de Pedagogia.

Parágrafo único. A diferença de vencimentos, a ser paga ao diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, em consequência da transformação de que trata o parágrafo único do art. 5.º desta lei, bem como as despesas decorrentes do pagamento das gratificações de função, no corrente exercício, correrão por conta da dotação constante da verba 1.ª, subconsignação n.º 21, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República. (As.) GETULIO VARGAS. — *Gustavo Capanema*.

Como se vê, mais do que simples órgão "destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino", como estabelecia a Lei n.º 378, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos marcava-se dupla **ta-
refa**: a de constituir-se como "centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde", e a de "cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União".

As funções de cooperação com o D.A.S.P., criado, aliás, na mesma data, por ampliação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, explicam porque, na estrutura prevista para o novo órgão do Ministério, os trabalhos de orientação e seleção profissional ganhavam especial relevo, a ponto de darem título próprio a uma das seções técnicas, e exigirem um serviço especial de biometria médica.

Na verdade, previa-se um órgão de duplas funções: de *estudos pedagógicos*, e de execução de tarefas de *orientação e seleção profissional*.

III. ORGANIZAÇÃO INICIAL E ATIVIDADES NO ANO DE 1938

A nomeação do diretor do Instituto deu-se a 2 de agosto de 1938, havendo sido escolhido para o cargo o professor Manuel Bergström Lourenço Filho (1).

Com essa designação e a de três outros funcionários (2), foram desde logo iniciadas as atividades de organização e mesmo as de execução (3), em instalação provisória numa das salas do Palácio Tiradentes, cedida a título precário. Mas a 10 de setembro seguinte, passou o Instituto a dispor de quatro salões do antigo edifício do Calabouço, onde pôde receber mais oito servidores, iniciando a organização do Serviço de Expediente, da Seção de Documentação e Intercâmbio, da Seção de Orientação e Seleção Profissional e da Biblioteca Pedagógica. Com a designação do médico-chefe do Serviço de Biometria Médica, função para a qual foi escolhido o Dr. Antonio Gavião Gonzaga (4), designação de outros médicos da Saúde Pública, e admissão de contratados, iniciaram-se logo também os serviços de exames de sanidade e capacidade física para candidatos ao funcionalismo, solicitados com especial urgência pela Divisão de Seleção, do D.A.S.P. (5).

(1) Antigo professor primário e de ensino normal, em São Paulo; ex-diretor de instrução pública no Estado do Ceará e no Estado de São Paulo; ex-catedrático do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo; ex-diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal; ex-diretor geral do Departamento Nacional de Educação; ao tempo, catedrático da Universidade do Distrito Federal, donde foi transferido, em 1939, para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; membro do Conselho Nacional de Educação, desde janeiro de 1937.

(2) Murilo Braga de Carvalho, técnico de educação interino; Otto Floriano d'Almeida, oficial administrativo, e Bartira Loretti, escriturário.

(3) Em data de 11 de agosto, apresentava o Instituto o seu primeiro estudo, solicitado pelo Ministro da Educação, referente ao plano de distribuição de auxílio aos Estados do sul, onde mais premente se fazia sentir o problema da "nacionalização do ensino". Esse plano foi, algum tempo depois, integralmente executado.

(4) Médico Sanitarista, e antigo diretor do Serviço de Profilaxia Rural nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

(5) Figuravam dentre os primeiros médicos admitidos os Drs. Alcebiades Costa, Décio Olinto, Eduardo Marques Tinoco e Joaquim de Azevedo Barros.

Árduos teriam de ser os trabalhos de organização do Instituto, solicitado, como estava, a prestar essa cooperação, não só em estudos para seleção de pessoal, como no preparo de todo o material para provas de concursos do funcionalismo, e em providências para a execução dos exames de sanidade e capacidade física, constantes também do processo desses concursos. Todos os serviços eram novos, não existentes em outras repartições do Ministério, de onde se pudesse requisitar pessoal perfeitamente habilitado para eles. Em relação ao setor das atividades próprias de seu título, urgia também que o Instituto recolhesse material de documentação e, prontamente, o sistematizasse, a fim de estar aparelhado para informar cada caso submetido ao seu estudo.

O fato de não haver recebido, de qualquer outra repartição do Ministério, salvo da Diretoria de Estatística da Educação, depois *Serviço de Estatística da Educação e Saúde* (6), o menor contingente para os arquivos de sua Seção de Documentação, quanto ao movimento educacional nos Estados, indicava a necessidade de seus serviços.

Com doações de particulares e, depois, com as primeiras aquisições por compra, foram iniciadas as coleções da Biblioteca Pedagógica, indispensável instrumento aos trabalhos do Instituto (7).

Mau grado as dificuldades da organização inicial, realizou o Instituto, nos últimos quatro meses e meio de 1938, os seguintes trabalhos relacionados com os objetivos principais de documentação e pesquisa pedagógica:

- 1) plano para auxílio federal aos Estados onde mais premente se apresentava o problema da "nacionalização do ensino";
- 2) estudo sobre registro de professores do ensino secundário, à requisição do Departamento Nacional de Educação;
- 3) estudo sobre programas do segundo ciclo do ensino secundário, idem;
- 4) preparo, em colaboração com o S.E.E.S., de dois estudos solicitados ao Ministério da Educação pelo "Rvreau International d'Education", de Genebra, e por esse órgão mais tarde divulgados em suas publicações de n.º 50 a n.º 66, respectivamente;

(6) O S.E.E.S., dirigido pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, fez desde logo remeter ao Instituto não só informações referentes ao movimento estatístico do país, nos anos de 1932 a 1936, como também uma coleção de publicações, com atos legislativos sobre o ensino em vários Estados.

(7) As primeiras doações, num total de 440 volumes, foram feitas pela Viúva Professor Parga Nina, e pelos Professores Murilo Braga e Lourenço Filho.

- 5) estudo sobre a questão da ortografia nos textos escolares;
- 6) plano para levantamento da "Bibliografia Pedagógica Brasileira", desde os tempos coloniais;
- 7) plano para sistematização da documentação pedagógica do país, nos seus diferentes aspectos de legislação, federal e estadual, movimento escolar, e fatos dignos de aí figurarem como subsídios para a história da educação;
- 8) estudos e pareceres diversos, à requisição do Gabinete do Ministro.

Em relação aos trabalhos de cooperação com o D.A.S.P. realizou o Instituto, ainda nos quatro meses de seu funcionamento, em 1938, pela Seção de Orientação e Seleção Profissional:

- a) estudos completos relativos a concursos de 5 carreiras (agrônomo, classificador de algodão, carteiro, faroleiro e maquinista marítimo);
- b) estudo parcial de 5 outras carreiras (patrão, almoxarife, desenhista, veterinário e inspetor de previdência);
- c) pareceres sobre 38 pedidos de transferência de funcionários, de uma para outra carreira;
- d) preparo de material de 3.769 provas objetivas de vários concursos e provas de habilitação, correção e análise do mesmo material.

Pelo Serviço de Biometria Médica realizou os exames de sanidade e capacidade física de 1.275 candidatos a concursos, e de 55 candidatos a provas de habilitação e transferência de carreira.

Em 31 de dezembro de 1938, a Biblioteca Pedagógica já possuía 1.813 volumes, todos catalogados.

Na mesma época, o número total de servidores do Instituto era 39, dos quais 21 lotados no Serviço de Biometria Médica.

IV. ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO NO ANO DE 1939

Não se modificaram as condições de instalação do Instituto, no ano de 1939. Muito melhoradas, no entanto, foram as de pessoal, em virtude da realização do concurso para a carreira de "técnicos de educação" (7), que procurou selecionar elementos capazes para encargos

(7) A carreira de "técnicos de educação", criada pela lei 284, de 28-10-936, destinava-se a substituir os antigos "assistentes técnicos" do quadro da extinta Diretoria Nacional de Educação. Compunha-se de 60 funcionários, com vencimentos de Cr\$ 1.300,00 a Cr\$ 2.300,00. Foi posteriormente aumentada para 109 funcionários, com vencimentos de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 3.000,00.

próprios da nova instituição, como para outros do Departamento Nacional de Educação. Com efeito, concluído esse concurso, foram designados, em 14 de fevereiro, nove desses funcionários, quatro dos quais com designação para a chefia das seções técnicas (8). Também, por dotação orçamentária própria, admitiram-se alguns novos extranumerários, o que elevou o número de servidores a 50.

Embora tivesse havido dificuldades na aquisição de material, a organização dos serviços pôde prosseguir, com rapidez.

Os esforços para esse objetivo podem ser assim sumariados:

I. *Seção de Documentação:*

- a) coleta de todo o material de legislação expedida pelo governo central, relativa à educação e assuntos conexos, desde 1808 até o ano em curso; sua sistematização, e organização de prontuários, por ordem cronológica e por assuntos;
- b) idem, de toda a legislação, referente ao ensino primário e normal, nos Estados e no Distrito Federal, desde 1889;
- c) análise sistemática da publicação de "atos" oficiais, e de "fatos" de maior importância ocorridos na vida educacional de todo o país;
- d) prontuário especial da legislação referente à nacionalização do ensino, nos Estados, e de outros, relativos aos órgãos de administração dos serviços de educação em todo o país, tipos de escolas primárias e normais, e formas de assistência ao escolar;
- e) levantamento da situação legal e econômica do professorado, em todos os graus e ramos do ensino.

II. *Seção de Inquéritos e Pesquisas:*

- a) sistematização de dados sobre o movimento escolar, em todo o país, a partir de 1932, e coleta dos dados e informações possíveis em exercícios anteriores (9);
- b) prontuário especial do movimento do ensino, no quinquênio 1932-1936, em todos os seus graus e ramos;
- c) prontuário das despesas de educação, por parte dos Estados e dos municípios, segundo os respectivos orçamentos publicados para o exercício;
- d) estimativa da "área escolarizada", e da "área de possível escolarização", no país;
- c) plano para estudo da distribuição dos alunos por graus de ensino e grupos de idade.

(8) Para o desempenho dessas funções, tomou a direção do Instituto o critério objetivo de indicar os quatro primeiros classificados no referido concurso, e que foram os srs. Murilo Braga, Paschoal Leme, P. Helder Câmara e Manuel Marques de Carvalho.

(9) Para esse trabalho, contou o Instituto sempre com a especial colaboração do S.E.E.S.

III. *Seção de Psicologia Aplicada:*

- a) prontuário da bibliografia de psicologia e pedagogia, publicada no país;
- b) coleta de programas dos cursos de psicologia existentes no país;
- c) plano para organização de testes mentais e de escolaridade;
- d) levantamento das "oportunidades de educação" existentes na capital do país, para possível estudo de sua sistematização, em relação com o problema da idade cronológica, idade mental, capacidades especiais e "mercado de trabalho".

IV. *Seção de Orientação e Seleção Profissional:*

- a) estudo geral das carreiras do funcionalismo público, seus tipos de trabalho e requisitos fundamentais;
- b) levantamento dos critérios de seleção, utilizados em provas e concursos, no país e no estrangeiro;
- c) coleta, sistematização e análise de material, para a organização de provas de nível mental e de aptidão, necessárias aos concursos e provas de habilitação do D.A.S.P..

V. *Serviço de Biometria Médica:*

- a) treinamento de pessoal para os exames-periciais em curso;
- b) sistematização do material de exames já realizados, para estudos de normas antropométricas e biotipológicas, aplicáveis ao país;
- c) idem, para as normas de seleção dos candidatos do ponto de vista da capacidade sensorial, em geral, e particularmente, da capacidade visual;
- d) estudo das contra-indicações, absolutas e relativas, para cada carreira, ou série funcional, do serviço público civil.

VI. *Biblioteca Pedagógica:*

- a) organização de catálogo-dicionário geral;
- b) preparo de índices bibliográficos especiais, para uso das seções técnicas;
- c) início do levantamento de catálogo de artigos constantes de publicações periódicas especializadas, em pedagogia, psicologia, sociologia e assuntos correlatos.

Grande esforço de organização deveria ser assim exigido, no exercício de 1939, dado que o Instituto deveria possuir as mais completas fontes de documentação e de apresentá-las sob forma de fácil e pronta consulta, para os estudos de seu programa, informação e assistência técnica aos demais órgãos do Ministério, órgãos de administração do ensino nos Estados, e ainda a instituições particulares.

Por outro lado, inquéritos e pesquisas especiais lhe eram exigidos para fundamentação dos trabalhos de orientação e seleção profissional, pelos aspectos de sanidade, capacidade física, capacidade mental e aptidões. Tais trabalhos, iniciados, nos últimos meses de 1938, basearam-se a princípio, à falta de material colhido no meio brasileiro, em normas estabelecidas no estrangeiro, ou em estudos aprovados em congressos internacionais. A partir dos fins de 1939, porém, já poderia contar com documentação brasileira.

Mau grado a atenção, que todo esse trabalho estava a exigir, da parte da direção, dos chefes das seções técnicas e serviços, e dos funcionários, em geral, já no mesmo ano de 1939 dava o Instituto as suas duas primeiras publicações; realizava alguns cursos técnicos; prestava a mais estreita colaboração à Comissão Nacional de Ensino Primário (10) bem como a diversos outros órgãos do Ministério e da administração do ensino nos Estados; realizava, ainda, duas exposições relativas a trabalhos de ensino nas escolas primárias do país. Desenvolvia, por outro lado, relações de intercâmbio com instituições pedagógicas do país e do estrangeiro (11).

V. DESENVOLVIMENTO GERAL DO PROGRAMA A PARTIR DE 1940

Ao iniciar-se o ano de 1940, a difícil etapa de organização inicial e de caracterização geral dos serviços estava vencida. Contava já o Instituto com abundante material de documentação, a maior parte da qual disposta em repertórios e prontuários de fácil consulta. O exame desse material levava ao conhecimento das principais realizações e tendências da educação do país, e permitia também definir alguns dos grandes problemas, sobre os quais se faziam necessárias maiores indagações.

Quanto à administração dos serviços de educação, e da organização do ensino primário e normal nos Estados, vinha esse material oferecer recursos para a feitura de vinte e dois estudos, que foram publi-

(10) Criada pelo Decreto-lei n.º 1.043, de 11-1-1939, o qual dispôs que o **Instituto** Nacional de Estudos Pedagógicos lhe servisse como órgão de cooperação e coordenação dos trabalhos.

(11) A indicação precisa dos trabalhos realizados é apresentada adiante.

cados em igual número de volumes, parte já nesse ano e, parte, nos anos seguintes (13).

No setor de documentação histórica, graças à desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, ficavam ordenados os originais da obra "A Instrução e a República", em sete volumes, os quais contêm material, por esse saudoso pesquisador recopilado, com referência ao período de 1889 a 1930.

Com relação ao movimento geral do ensino, publicaram-se também vários estudos de análise estatística, um dos quais especialmente dedicado à situação do ensino primário (14).

Havia-se providenciado, também, de forma satisfatória, para a coleta sistemática da *documentação acorrente*, já com referência aos "atos" ou decisões governamentais, nas três esferas do poder público, o federal, o estadual e o municipal, como também quanto aos "fatos" de maior importância na vida educacional de todo o país. Por essa forma, passava o Instituto a refletir o movimento da educação brasileira, mês a mês, dele dando divulgação aos órgãos da administração escolar por um "Boletim Mensal".

A simples classificação e tabulação desse material produzia, ao cabo de cada ano, inquéritos de especial significação para o estudo das realidades educacionais do país, e para a observação da marcha das instituições de ensino e da cultura em cada unidade federada, como aliás o comprovam as publicações a que têm dado matéria (15).

Por igual, o estudo de recortes de jornais e revistas, sobre assuntos educacionais, e de que, em média, se tem manipulado trinta mil peças por ano, permitiu seguir muito de perto a evolução do "pensamento pedagógico" do país. Essa evolução, nos últimos cento e vinte anos, foi estudada, também, com o levantamento da bibliografia pedagógica brasileira, desde 1808. Tal estudo tem sido continuado, ano por ano, e publicado com a devida oportunidade (16).

(13) *A administração dos serviços de educação*, boletim n.º 12; *Organização do ensino primário e normal*, boletins ns. 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 14 — 15 — 16 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 e 28, correspondentes aos vinte Estados do país.

(14) *Situação geral do ensino primário*, boletim n.º 13; *O ensino no quinquênio 1936-1940*, boletim 25.

(15) *Subsídios para a história da educação brasileira*, I — Ano de 1941, II — Ano de 1942, (publicados) III — Ano de 1943 (em impressão).

(16) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vols. I e II.

Inquéritos sobre vários aspectos da administração dos serviços da educação, em geral, e da organização do ensino público, puderam ser realizados, cada ano, ou a mais largos períodos. Entre os primeiros, figuram os relativos às despesas da educação, pelos Estados, o Distrito Federal e os municípios; no segundo, os referentes à remuneração do professorado, à construção de edifícios escolares, e outros aspectos da organização escolar.

Investigações do mais largo alcance e, por isso mesmo, também mais trabalhosas, puderam ser então iniciadas. Uma delas, de excepcional importância, por suas imediatas aplicações pedagógicas, compreendeu três pesquisas conexas: a da *linguagem do pré-escolar*, realizada com a colaboração da Professora Heloísa Marinho; a da *linguagem do escolar*, procedida em duas mil escolas de todo o país, com a cooperação dos departamentos de educação estaduais; e, enfim, a do *vocabulário da leitura comum do adulto*, resultante da tabulação da frequência de cerca de meio milhão de palavras, em amostras de livros literários, de divulgação técnica, e do texto de revistas e jornais (17).

Outra pesquisa de especial interesse, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista social, foi a referente a *revistas e jornais infantis e juvenis*, editados no Rio de Janeiro, e que teve larga repercussão, quando publicado (18).

Foi concluído o levantamento das "oportunidades da educação" na capital do país, de que se publicou um volume destinado a servir de guia de orientação para pais, professores e estudantes.

Vários estudos se fizeram sobre o "custo do ensino", quer nas escolas públicas, quer nas particulares, sendo um deles em cooperação com a "Comissão Interministerial", que estudou os critérios para a fixação da condigna remuneração do professor nos estabelecimentos particulares de ensino.

Desenvolveram-se de muito as atividades de cooperação com os órgãos de administração do ensino nos Estados e Territórios. Além das consultas de caráter técnico, passaram essas unidades a enviar professores, diretores e inspetores de ensino primário, para cursos e estágios nos serviços do Instituto. Por outro lado, seus técnicos têm sido chamados a diferentes Estados para cursos de organização e administração

(17) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", n.º 10.

(18) Idem, ns. S, 6, 7 e 8.

escolar. Cooperação desse tipo passou a ser solicitada também por entidades para-estatais e particulares, por órgãos de atividades do ensino, em outros ministérios, e ainda por ministérios de educação de países vizinhos.

Esse resultado deveu-se, em grande parte, à série de publicações do I.N.E.P., em volumes impressos, ou cadernos mimeografados, e que, em dezembro de 1944, já atingia a uma centena.

Maior divulgação dos trabalhos de estudos e pesquisas foi alcançada a partir de julho desse mesmo ano, com o início da publicação de uma revista mensal, sob o título de REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

A colaboração do I.N.E.P. foi solicitada também para *cursos de férias* , promovidos por governos estaduais e pela Associação Brasileira de Educação, e para dois congressos nacionais, promovidos por essa Associação.

No domínio das atividades de cooperação com o D.A.S.P., cujos serviços relativos à seleção e aperfeiçoamento de muito se desenvolveram, o contingente do I.N.E.P. também devia crescer. Até os fins de 1944, examinou a Seção de Orientação e Seleção, do Instituto, 35.967 pessoas para os fins de diagnóstico mental e de aptidão; o Serviço de Biometria Médica, por sua vez, já havia procedido a exames de sanidade e capacidade física em 87.038 pessoas (19).

Certo é que a natureza executiva desses serviços tem ocupado grande parte do pessoal e consumido a mais alta percentagem das dotações do material do Instituto. No entanto, apresentou também vantagens no treinamento de técnicos, sobretudo daqueles que se têm ocupado com os estudos de análise de resultados, com o emprego do método estatístico.

Por outro lado, a estreita associação com os trabalhos da Divisão de Seleção, do D.A.S.P. (20), tem permitido observação muito viva

(19) Em 1942 passou esse Serviço a dispor de perfeitas instalações de diagnóstico, e desde o ano seguinte teve os seus encargos acrescidos com os exames periciais para licença, posse e aposentadoria dos servidores públicos da capital federal.

(20) Desde junho de 1939, essa Divisão passou a ser dirigida pelo técnico de educação Murilo Braga de Carvalho, que ocupara, no I.N.E.P., por mais de um ano, a chefia da Seção de Orientação e Seleção Profissional.

dos próprios resultados da educação do país, pelos aspectos de adaptação às necessidades do trabalho, nos escritórios, fábricas e oficinas, o que, de outra forma, não seria tão proveitoso. Evitou-se, por essa razão, desde o início de suas atividades, que o I.N.E.P. pudesse ficar isolado da vida real, como às vezes tem sucedido com alguns institutos de pura investigação.

Com a transferência, em maio último, das instalações do I.N.E.P. para o décimo pavimento do novo edifício do Ministério da Educação, puderam ser completadas suas instalações, e, em particular as do *Museu Pedagógico*, que logo realizou duas novas exposições: uma de material relativo ao *Ensino Superior nos Estados Unidos*, e, outra, sobre *Arquitetura Escolar Brasileira*.

Providencia-se para instalação definitiva da Biblioteca Pedagógica, que, em dezembro de 1944, já contava com 8.318 volumes.

Todos os pontos do amplo programa, determinado pelo Decreto-lei n.º 580, puderam ser assim desenvolvidos pelo I.N.E.P.: documentação, pesquisa, intercâmbio, orientação e seleção profissional, assistência técnica e divulgação de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica.

Indicações precisas sobre esses vários setores são apresentadas a seguir.

VI. TRABALHOS REALIZADOS

De acordo com os artigos 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 580, de 30-7-38, ao I.N.E.P. competem atividades das seguintes categorias:

- I. DOCUMENTAÇÃO, histórica e ocorrente, de instituições educativas e das doutrinas e técnicas pedagógicas;
- II. INTERCÂMBIO com instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- III. PESQUISA sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, método e processos pedagógicos;
- IV. INVESTIGAÇÕES no terreno da psicologia aplicada à educação e, particularmente, sobre orientação e seleção profissional;

- V. ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, mediante consulta ou independentemente dela;
- VI. DIVULGAÇÃO, por todas as formas, de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas;
- VII. COOPERAÇÃO ESPECIAL com o D.A.S.P., em estudos ou quaisquer outras providências executivas, com respeito às atividades de seleção, especialização e readaptação dos servidores públicos da União;
- VIII. COORDENAÇÃO GERAL, de estudos, projetos e planos referentes às atividades educacionais do Ministério da Educação e Saúde.

Indicam-se a seguir os principais trabalhos realizados pelo I.N.E.P., em cada uma dessas categorias, desde sua fundação.

a) *Documentação*

A documentação sobre instituições educativas e sua legislação no país, compreende agora os seguintes repertórios:

1. De *documentos legislativos* expedidos pelo Governo, do país, desde 1808 até o presente, em 362 volumes encadernados;
2. De *documentos legislativos* expedidos pelos Estados e Distrito Federal, desde 1930, em 159 volumes;
3. De *estatísticas, notas e análises* sobre o movimento do ensino no país, desde 1932, acompanhadas de cartogramas;
4. De *documentos sobre os atos e fatos de maior importância ocorridos na vida educacional do país*, sistematicamente classificados, desde 1940, em 5 volumes;
5. De documentos relativos à *evolução do pensamento pedagógico do país*, em obras, estudos e relatórios, desde 1812 até 1934, e, desse ano até o presente, também quanto a artigos de revistas e de jornais;
6. De documentos relativos à *construção e aparelhamento escolares*, em plantas, fotografias, orçamentos e outros estudos;

7. De documentos relativos à *administração e organização escolar do país*, em organogramas, indicação de estrutura e funções de cada órgão;
8. De documentos relativos às *doutrinas e técnicas pedagógicas*, em obras históricas ou de fundamentação, em mais de quatro mil volumes, perfeitamente catalogados;
9. De documentos relativos às *despesas da educação no país*, em análises pormenorizadas dos orçamentos estaduais, a partir do exercício de 1939;
10. De *documentos diversos*, não classificados nos repertórios antes indicados, como os relativos à vida e à obra de educadores brasileiros, situação econômica e social do magistério, nacionalização do ensino, associações de educadores e outros assuntos.

A cada um desses *repertórios*, ou seja, desses conjuntos de documentos originais, correspondem um ou mais *prontuários*, em fichas organizadas de tal modo que, de pronto, se possam ter extratos, e a indicação topográfica dos elementos originais. Mais de 30 mil fichas estão assim organizadas.

A Seção de Documentação e Intercâmbio, que tem a seu cargo a sistematização, guarda e conservação de todo esse material, presta cooperação a todas as demais seções técnicas do I. N. E. P.. Por sua vez, todos os elementos de documentação, diretamente colhidos nessas outras seções, e que possam interessar aos setores de estudo indicados, normalmente confluem para a Seção de Documentação e Intercâmbio.

b) *Intercâmbio*

Direta, ou indiretamente, todas as instituições de educação do país estão em relação com o I. N. E. P.. Particularmente, porém, tem-se procurado manter relações mais constantes com os centros de administração do ensino, órgãos técnicos, órgãos de ensino pedagógico especializado, (como escolas normais e as Seções de Educação das faculdades de filosofia) e, ainda, associações de educadores.

O intercâmbio se realiza, praticamente, pela permuta de informações, remessa de publicações, solicitação, da parte do Instituto, para o preenchimento de questionários, e cooperação em pesquisas. Junto a cada Departamento de Educação, nos Estados e nos Territórios, por

designação de seus respectivos diretores, mantém-se um *Correspondente Oficial do I.N.E.P.*, para a coleta e remessa mensal de informações, quanto aos atos e fatos na vida educacional de cada uma das unidades federadas.

O movimento desse intercâmbio com as instituições de educação do país tem correspondido, em média, a três quartas partes de todo o movimento de correspondência anual do Instituto. Por essa forma, constitui-se o I.N.E.P. como *centro de documentação de toda a educação do país e órgão informativo geral*. Cada mês, remete ele a todos os órgãos de administração do ensino nos Estados e Territórios, e aos principais órgãos de imprensa, um boletim impresso, com o extrato de toda a documentação recolhida e classificada no mês anterior.

O intercâmbio com o estrangeiro tem sido feito, de modo sistemático, com os ministérios de educação de numerosos países, universidades, escolas normais, associações de educadores e, individualmente, com professores. Em virtude das dificuldades criadas pela guerra, esse movimento foi particularmente intenso, nos últimos anos, com os países da América. Os números a seguir, referentes tão somente a respostas de consultas atendidas de países estrangeiros, nos anos de 1941 a 1944, dão idéia do movimento realizado:

Argentina	74
Bolívia	7
Canadá	7
Chile	16
Colômbia	22
Cuba	27
Equador	16
Espanha	1
Estados Unidos	283
Guatemala	6
Haiti	3
Honduras	2
Inglaterra	1
Itália	2
México	22
Panamá	1
Paraguai	15
Peru	16

Porto Rico	4
Portugal	4
República Dominicana	4
Suíça	3
Uruguai	17
Venezuela	13
Total	566

Não está incluída nesse total a simples remessa de publicações, periódicas ou outras, a entidades pedagógicas, do estrangeiro. A cada mês, têm sido expedidas, em média, duzentas publicações para diversos países.

O I.N.E.P. tem sido visitado, em proporção sempre crescente, por autoridades do país e do estrangeiro, e por eminentes personalidades em visita ao Brasil, interessadas em conhecer nossa organização educacional.

Dentre altas autoridades brasileiras, cumpre indicar: Intervenores do Maranhão, Paraíba, Alagoas, Paraná e Santa Catarina; Governadores dos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Ponta Porã; Secretários da Educação do Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul; Diretores de Departamentos de Educação de todos os Estados. Frequentes têm sido as visitas de professores das Universidades do Brasil, de São Paulo e do Rio Grande do Sul; de Chefes de serviços técnicos nos Estados; de inspetores, diretores de escola, e educadores, em geral.

Das autoridades e personalidades estrangeiras, podem ser citadas: Ministros de Educação da Bolívia e do Paraguai; chefes de departamentos educacionais da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Equador, Venezuela, Paraguai e Estados Unidos; professores da Howard University, Harvard University, University of Wisconsin, Louisianne State University e University of Pennsylvania; representante da Rockefeller Foundation; representante da Interamerican Education Foundation; chefe da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos Estados Unidos; diretor do Museu de Ciências de Buffalo; chefe da Divisão de Relações Educacionais Inter-americanas do "Office of Education", dos Estados Unidos, diretor da "Association of Schools in Latin America", chefes de divisões da União Pan Americana; Inspetor geral de ensino na França; reitor da Universidade de Sucre, Bolívia; reitor do Instituto Superior de Pedagogia, de Quito, Equador.

c) *Inquéritos e Pesquisas*

Os serviços de documentação realizam, sistematicamente, como já se viu, amplo inquérito sobre a vida educacional ocorrente no país, a cada mês.

Por seção própria, no entanto, e que é a de Inquéritos e Pesquisas, procede-se a levantamentos ocasionais, ou periódicos, sobre aspectos de maior relevância, na administração e organização escolar brasileira. Têm sido, por exemplo, feitos levantamentos periódicos relativos aos seguintes pontos:

- a) despesas com os serviços educacionais;
- b) remuneração dos professores quer do ensino oficial quer do ensino particular;
- c) construções escolares;
- d) localização de estabelecimentos de ensino;
- e) movimento de instituições auxiliares da escola, como caixas escolares, cooperativas, clubes de alunos, etc.

Segundo as exigências de estudo requeridas por órgãos do Ministério da Educação, ou pelo próprio programa do I.N.E.P., inquéritos ocasionais e mais amplas pesquisas têm sido realizadas.

Destas, há a destacar as seguintes, que exigiram trabalho continuado por vários anos:

1. Investigação sobre *revistas e jornais infantis e juvenis*, editados no Rio de Janeiro (publicada) ;
2. Investigações sobre a *linguagem no pré-eseolar* (publicada) ;
3. Investigação sobre o *vocabulário ativo da criança na idade escolar* (em fase final) ;
4. Investigação sobre o *vocabulário comum do adulto* (publicada) ;
5. Investigação sobre a *remuneração dos professores* em estabelecimentos oficiais de ensino nos anos de 1939, 1941 e 1944 (publicada) ;
6. Levantamento das *oportunidades educacionais* na capital do país (publicada) ;
7. Levantamento do *custo do ensino*, no país e no estrangeiro, em estabelecimentos públicos e particulares;
8. Levantamento da *bibliografia pedagógica brasileira*, a partir de 1812, (primeiros documentos encontrados) até o ano de 1943 (publicada).

Por vezes, tais pesquisas têm exigido trabalho comum de duas seções técnicas, quanto a certas partes especializadas. As investigações indicadas em 1, 2 e 6, foram realizadas, em grande parte, pela Seção de Psicologia Aplicada.

No atual momento, analisam-se, de forma muito minuciosa, os programas de ensino primário vigentes nos Estados, para o fim de elaboração de um *programa mínimo*, a ser recomendado para todo o país-

d) Investigações particularizadas sobre orientação e seleção profissional

Além do levantamento sobre *oportunidades de educação*, já indicado entre as pesquisas de base, têm os serviços de cooperação com a Divisão de Seleção, do D.A.S.P., permitido, neste terreno, a coleta de abundante material de estudo, sobre os quais se procede à análise sistemática.

De duas ordens, principalmente, tem sido esse trabalho:

a) das condições de *capacidade física* para o exercício de carreiras e funções no serviço público;

b) das condições de *nível mental e aptidão*.

Quer quanto a um, quer quanto a outro desses pontos, conclusões de especial importância têm sido obtidas, como o demonstram publicações feitas pelo Serviço de Biometria Médica e pela Seção de Orientação e Seleção Profissional (21).

Estudos especiais foram concluídos, em 1944, sobre *contra-indicações de capacidade física*, com acurada discriminação referente à *capacidade visual e auditiva* para as carreiras de escritório, e submetida à aprovação do D. A. S. P..

Investigação de mais largo âmbito foi iniciada, no corrente ano, para levantamento, tão completo quanto possível, de todas as profissões, e tipos de atividades profissionais. Esse trabalho está sendo feito em cooperação com o Serviço Nacional do Recenseamento, o Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho, de São Paulo. Espera-se chegar, com

(21) Ver adiante a relação de publicações.

ele, a uma codificação de profissões e descrição de tipos de atividades, em cada uma, para publicação de um *Dicionário de Profissões*.

Ensaio de orientação educacional e profissional têm sido realizados, diretamente pela seção técnica respectiva, e estudos particularizados sobre orientação educacional foram já coligados e publicados (22),

Quanto à seleção de servidores públicos, a mesma seção realizou, de 1938 a 1945, os seguintes trabalhos:

1. Carreiras e funções estudadas, 191;
2. Tipos de provas de nível mental e aptidão organizadas, 71 ;
3. Itens de provas objetivas estatisticamente analisadas e classificadas por ordem de dificuldade, 1516;
4. Folhetos preparados para provas, 59.800;
5. Estudo individual de casos de transferência de carreira, 120.

Cooperação especial tem sido dada a concursos de seleção de pessoal para o Serviço Nacional de Recenseamento e diversas empresas particulares.

e) Assistência v cooperação técnica

Os serviços de assistência e cooperação técnica têm-se desenvolvido especialmente com estas modalidades:

- a) respostas a consultas* apresentadas por órgãos de administração e orientação do ensino, por instituições particulares, ou por educadores, individualmente;
- b) organização de planos de reforma* de administração escolar;
- c) estudos de orientação didática*';
- d) preparação de provas objetivas para verificação de rendimento de ensino*;
- c) estudos referentes a construções escolares*;
- f) cursos de orientação técnica, de especialização e de aperfeiçoamento*, organizados para professores, diretores e professores comissionados pelos Estados e Territórios, ou por países estrangeiros.

(22) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", n.º 13, todo consagrado a essa matéria.

Os trabalhos referentes a esta última modalidade, por isso que apresentam também serviço de *divulgação*, são indicados no parágrafo a seguir.

Dentre os demais, há a destacar os seguintes:

1. Plano geral de reorganização da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 246, de 13 de outubro de 1942;
2. Plano geral de reorganização do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 316, de 11 de agosto de 1942;
3. Plano geral de reorganização do Departamento de Educação do Estado de Goiás, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 19, de 24 de abril de 1945;
4. Estudo sobre a reorganização do Departamento de Educação do Estado da Bahia;
5. Plano geral para reorganização dos serviços de educação no Estado do Paraná;
6. Plano geral para reorganização dos serviços de educação nos Territórios do Acre, consubstanciado na reforma do ano de 1941;
7. Plano geral para a organização dos serviços educacionais do Território de Guaporé, em execução;
8. Idem, para o Território de Ponta Porá, em execução;
9. Idem, para o Território de Rio Branco;
10. Idem, para o Território de Amapá;
11. Plano de reorganização do Ministério da República do Paraguai, consubstanciado na lei nacional desse país, datada de 9 de julho de 1945;
12. Plano geral para a organização dos serviços educacionais da Fundação Brasil Central, em execução;
13. Plano de organização geral e bases do regimento do Instituto Rio Branco, criado pelo Decreto-lei n.º 7.463, de 18 de abril de 1945;
14. Estudos relativos à reorganização dos serviços de inspeção escolar no Estado do Piauí, adotados por seu Departamento de Ensino;
15. Idem, para o Estado do Maranhão, igualmente adotados;
16. Idem, para o Estado de Alagoas, adotados;
17. Preparo de provas objetivas para verificação do rendimento de ensino nas escolas primárias do Estado do Espírito Santo, e aí introduzidas nos anos de 1943 e 1944;
18. Idem, para o Território do Guaporé, no corrente ano;
19. Análise dos serviços de aplicação de provas objetivas empregadas no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1943;

20. Idem, das provas empregadas para o mesmo fim, no Estado do Rio de Janeiro, em 1943 e 1944;
21. Estuda do programa construtivo para o novo edifício do Instituto de Educação de Florianópolis, Santa Catarina;
22. Estudo para construções escolares no Estado de Sergipe (jardim de infância); Mato Grosso (jardim de infância); Território do Guaporé e Rio Branco (grupos escolares, escolas primárias e internatos-rurais); Bahia (Ginásio Municipal de Itabuna); Fundação Brasil Central (grupos escolares e internatos rurais);
23. Plano para análise dos cursos realizados pela Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P.;
24. Cooperação para a organização de diversos cursos na mesma Divisão;
25. Cooperação no estudo de um "Código de Classificação de livros e publicações periódicas", pelo D.A.S.P.;
26. Estudos para reorganização dos serviços de administração do ensino na República da Bolívia;
27. Plano para a organização do ensino de *estudos brasileiros*, no estrangeiro, à requisição da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores;
28. Estudo para o projeto de uma "Organização Internacional de Educação", idem;
29. Cooperação permanente com os serviços da Comissão Nacional de Ensino Primário, desde sua fundação;
30. Plano para a "Jornada de Educação", promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho, no corrente ano;
31. Estudos de vários problemas de intercâmbio cultural, à requisição do "Coordenador de Negócios Interamericanos";
32. Plano para organização da Faculdade de Filosofia, em Assunção, República do Paraguai;
33. Estudo dos programas de ensino do "Instituto 15 de Novembro", do Ministério da Justiça;
34. Colaboração no plano de organização do Departamento Cultural da Associação Comercial no Rio de Janeiro;
35. Organização geral dos trabalhos da I Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro, em 1941;
36. Cooperação, sob diversas modalidades, com a "Cruzada Nacional de Educação";
37. Estudo sobre a organização do ensino rural no Brasil, preparado à requisição da Missão Técnica Norte-americana chefiada por M. Cooke.

f) Divulgação

As atividades de divulgação realizadas pelo I.N.E.P, têm-se distribuído pelas seguintes modalidades:

- a) publicações;
- b) comunicados à imprensa;
- c) palestras pelo rádio;
- d) exposições pedagógicas;
- e) cursos realizados nos Estados;
- f) cursos realizados na sede do Instituto;
- g) frequência à Biblioteca Pedagógica.

a) *Publicações* — As publicações, em volumes impressos, ou sob a forma de cadernos mimeografados atingiram, de 1938 até a presente data, 100 trabalhos, com tiragem total de 73.605 exemplares.

Três publicações periódicas vêm mantendo igualmente o I.N.E.P.: "Boletim mensal", iniciado em janeiro de 1940 e de que já se tiraram 70 números; "Boletim trimestral do Serviço de Biometria Médica", com 4 números publicados; e "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", órgão mensal, com 16 números publicados.

Destas publicações periódicas tiraram-se ao todo, 56.100 exemplares, o que eleva o total de exemplares editados a 129.705.

b) *comunicados à imprensa* — O I.N.E.P, expediu de 1939 até a presente data cerca de 400 comunicados à imprensa, de natureza informativa e de divulgação técnica.

c) *palestras pelo rádio* — Cooperando com os "cursos de férias" da Associação Brasileira de Educação, e avulsamente, técnicos do I.N.E.P, e seu diretor realizaram 57 palestras radiofônicas.

d) *exposições pedagógicas* — Foram realizadas, de 1939 à presente data, as seguintes:

1. *Exposição de Trabalhos Manuais* em intercâmbio com escolas estrangeiras;
2. *Exposição de Desenhos Infantis e Trabalhos Manuais*, com representação de escolas de todos os Estados brasileiros;
3. *Exposição de Educação Superior nos Estados Unidos*, com cooperação da Embaixada do mesmo país;
4. *Exposição de Arquitetura Escolar*, com a cooperação dos Departamentos Estaduais de Educação.

c) *cursos realizados) nos Estados* — Pelo diretor do I. N. E. P. e seus técnicos foram realizados cursos de administração escolar e organização de educação pré-escolar, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; de orientação pedagógica, em João Pessoa, Paraíba; de estatística, administração escolar e jardim de infância, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, por duas vezes.

f) *cursos realizados na sede do Instituto* — De 1939 até agora, foram ministrados 35 cursos, individuais, ou a pequenos grupos de professores e técnicos comissionados pelos Estados, Territórios e ainda por países estrangeiros.

Tais cursos versaram sobre *Administração Escolar; Orientação didática; Serviços de Inspeção; Estatística aplicada à educação; Psicologia educacional; Testes e medidas escolares.*

Os alunos inscritos, procedentes dos Estados e Territórios, assim se distribuíram:

Pará	1
Maranhão	12
Piauí	3
Ceará	1
Alagoas	9
Bahia	3
Espírito Santo	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	9
Território do Acre	2
Total	43

Os alunos procedentes do estrangeiro, para cursos e estágios, eram dos seguintes países:

Venezuela	1
Bolívia	1
Chile	3
Paraguai	20
Total	25

Além desses cursos próprios, deu o I.N.E.P, cooperação ao curso de Estatística Aplicada à Educação da Faculdade Nacional de Filosofia, nos anos de 1940 a 1944, com 40 alunos inscritos no total.

g) *Frequência à Biblioteca Pedagógica*

As consultas registradas pela Biblioteca Pedagógica do I.N.E.P, foram as seguintes, a partir do ano de 1939:

1939	442
1940	748
1941	507
1942	3.385
1943	6.114
1944	6.337

h) *Cooperação especial com o D.A.S-P.*

Já se indicaram os trabalhos de cooperação com o Departamento Administrativo do Serviço Público, pela Seção de Orientação e Seleção Profissional. A esses acresce, no entanto, o volumoso trabalho do Serviço de Biometria Médica, em exames de sanidade e capacidade física para candidatos ao serviço público, ou já servidores admitidos.

Os números a seguir dão idéia das atividades realizadas:

	<i>Pessoas chamadas a exames</i>	<i>Pessoas examinadas</i>
1939	7.924	7.025
1940	7.064	6.435
1941	3.931	3.536
1942	13.233	11.391
1943	22.975	20.137
1944	44.506	38.434
Totais	99.633	86.958

Os exames compreenderam parte clínica geral, exame de raios X (processo Manuel de Abreu), com caráter sistemático; exame de sangue, com caráter sistemático, e outras provas de laboratório, quando necessárias à completa elucidação de diagnóstico.

No ano de 1944, foram realizados 45.685 exames de raios X, dos quais 39.453 roentgenfotografias e 6.232 teleradiografias; e 77.151 provas de laboratório.

i) *Coordenação de atividades técnicas do Ministério*

Como determina o Decreto-lei n.º 580, o I.N.E.P. deve ser "o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com o» trabalhos do Ministério da Educação e Saúde".

Para isso, por iniciativa própria, envia ao Ministro relatórios mensais sistemáticos, e relatórios especiais, sempre que oportuno, sobre a situação geral do ensino no país. Envia também parte desse material ao diretor do Departamento Nacional de Educação, Departamento Nacional da Criança, Departamento de Administração do Ministério, e Serviço de Estatística da Educação e Saúde. A todos os órgãos de administração educacional do Ministério, e ainda a órgãos congêneres de outros ministérios, solicita informações, remete publicações, propõe questionários, ou cooperação em pesquisas.

Por outro lado, atende ao Gabinete do Ministro para informar, ou emitir parecer, sobre todas as questões que o titular da pasta julgue de conveniência esclarecer em face da documentação e estudos acumulados; realiza indagações especiais; contribui para o estudo de propostas, planos e projetos; elabora, com os seus próprios recursos, planos e projetos; e ainda faz-se representar em comissões de estudos.

Na maioria dos casos, a atuação do I.N.E.P. é de natureza informativa, de assistência ou cooperação. Por delegação do Ministro, no entanto, freqüentemente a direção do I.N.E.P. tem sido honrada também com encargos de coordenação geral e, algumas vezes, como órgão que deva resolver, em definitivo, certas questões.

O número de problemas assim propostos ao Instituto tem-se elevado a várias centenas, cada ano, envolvendo a redação de pareceres técnicos, de indagações especiais de caráter histórico, ou atual, de estudos de administração e organização escolar, de propostas, planos e projetos de lei.

Dentre os principais trabalhos desse gênero, torna-se oportuno citar:

- 1) plano para serviços de "nacionalização do ensino";
- 2) plano de uma investigação sobre a situação da indústria nacional, como base para a fixação de diretrizes do ensino industrial;

- 3) projeto para a fixação de critérios de "remuneração condigna" do professor ;
- 4) estudo especial sobre a situação do ensino rural;
- 5) proposta sobre auxílio financeiro da União aos Estados para desenvolvimento do ensino primário;
- 6) exposição sobre convênios culturais com países americanos;
- 7) plano de uma revista pedagógica a ser publicada pelo Ministério;
- 8) estudo sobre as conferências nacionais de educação, realizadas no país desde 1883 até 1940;
- 9) projeto para a organização da I Conferência Nacional de Educação;
- 10) estudo das horas de ocupação do "escolar-adolescente";
- 11) contribuição ao estudo do projeto de lei orgânica do ensino industrial;
- 12) idem, para a lei orgânica de ensino secundário;
- 13) idem, para a lei orgânica do ensino comercial;
- 14) estudo das bases de organização do Fundo Nacional de Ensino Primário ;
- 15) parecer sobre a localização da Cidade Universitária;
- 16) estudos sobre novos cursos para o ensino técnico;
- 17) parecer sobre a criação do ensino de tupi-guaraní na Faculdade Nacional de Filosofia;
- 18) estudo geral sobre o ensino a cargo dos municípios;
- 19) estudo histórico sobre a legislação do ensino de belas artes;
- 20) idem, sobre organização do ensino superior;
- 21) projeto de regimento e programa para a II Conferência Nacional de Educação;
- 22) parecer sobre barateamento do livro escolar;
- 23) estudo sobre projeto de um "ginásio comercial";
- 24) parecer sobre critérios de admissão ao ensino superior;
- 25) re-estudo do projeto de lei orgânica do ensino primário;
- 26) idem, do projeto de lei orgânica do ensino normal;
- 27) proposta sobre cursos regulares de divulgação pedagógica;
- 28) revisão dos critérios de "remuneração condigna" do professor;
- 29) plano de cursos de emergência para a formação de professores de desenho e trabalhos manuais;
- 30) contribuição à reorganização dos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia ;
- 31) estudos sobre "educação física no curso secundário", "gratuidade de material escolar", "admissão aos cursos secundários" e "ensino de higiene", preparados em francês, por solicitação do Bureau Internacional de Educação, de Genebra;
- 32) estudo para a reunião de congressos de professores;
- 33) projeto de regulamento para distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário;
- 34) estudo sobre o " custo do ensino", em países estrangeiros e no Brasil;

- 35) exposição sobre a educação, em geral, no Brasil, preparado, em inglês, para a Universidade de Columbia e o "Office of Education" de Washington, por solicitação da Embaixada do Brasil, em Washington;
- 36) plano para uma "campanha de educação de adolescentes e adultos anal-fabetos", em todo o país, e anualmente em execução.

Outros estudos e pareceres têm sido preparados, pelo I.N.E.P., por solicitação do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Diretores de Divisão desse Departamento, e pela Presidência da Comissão de Eficiência, do Ministério.

VII. PUBLICAÇÕES

As publicações em *volumes impressos*, avulsas ou seriadas, editadas pelo I.N.E.P., desde o ano de 1939, são as seguintes:

1. Boletim n.º 1 — *O ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936*, 1939, 83 págs.
2. Boletim n.º 2 — *Organização do ensino primário e normal, I. Estado do Amazonas*, 1939, 48 págs.
3. Boletim n.º 3 — *Organização do ensino primário e normal, II. Estado do Pará*, 1940, 46 págs.
4. Boletim n.º 4 — *Organização do ensino primário e normal, III. Estado do Maranhão*, 1940, 54 págs.
5. Boletim n.º 5 — *Organização do ensino primário e normal, IV. Estado do Piauí*, 1940, 44 págs.
6. Boletim n.º 6 — *Organização do ensino primário e normal, V. Estado do Ceará*, 1940, 56 págs.
7. Boletim n.º 7 — *Organização do ensino primário e normal, VI. Estado do Rio Grande do Norte*, 1940, 40 págs.
8. Boletim n.º 8 — *Organização do ensino primário e normal, VII. Estado da Paraíba*, 1940, 32 págs.
9. Boletim n.º 9 — *Organização do ensino primário e normal, VIII. Estado de Pernambuco*, 1941, 41 págs.
10. Boletim n.º 10 — *Organização do ensino primário e normal, IX. Estado de Alagoas*, 1941, 29 págs.
11. Boletim n.º 11 — *Organização do ensino primário e normal, X. Estado de Sergipe*, 1941, 36 págs.
12. Boletim n.º 12 — *A administração dos serviços de educação*, 1941, 127 páginas.
13. Boletim n.º 13 — *Situação geral do ensino primário*, 1941, 143 págs.
14. Boletim n.º 14 — *Organização do ensino primário e normal, XI. Estado da Bahia*, 1941, 50 págs.
15. Boletim n.º 15 — *Organização do ensino primário e normal, XII. Estado do Espírito Santo*, 1941, 43 págs.
16. Boletim n.º 16 — *Organização do ensino primário e normal, XIII. Estado do Rio de Janeiro*, 1942, 52 págs.

17. Boletim n.º 17 — *Subsídios para a história da Educação Brasileira, I, Ano de 1940*, 1942, 68 págs.
18. Boletim n.º 18 — *Subsídios para a história da Educação Brasileira, II, Ano de 1941*, 1942, 117 págs.
19. Boletim n.º 19 — *Organização do ensino primário e normal, XIV. Estado de São Paulo*, 1942, 81 págs.
20. Boletim n.º 20 — *Organização do ensino primário e normal, XV. Estado do Paraná*, 1942, 38 págs.
21. Boletim n.º 21 — *Organização do ensino primário e normal, XVI. Estado de Santa Catarina*, 1942, 60 págs.
22. Boletim n.º 22 — *Organização do ensino primário e normal, XVII. Estado de Mato Grosso*, 1942, 37 págs.
23. Boletim n.º 23 — *Organização do ensino primário e normal, XVIII. Estado de Goiás*, 1942, 40 págs.
24. Boletim n.º 24 — *Organização do ensino primário e normal, XIX. Estado de Minas Gerais*, 1942, 67 págs.
25. Boletim n.º 25 — *O ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940*, 1942, 88 páginas.
26. Boletim n.º 26 — *Subsídio para a história da Educação Brasileira, III, Ano de 1942*, 1943, 139 págs.
27. Boletim n.º 27 — *A linguagem na idade pré-escolar*, 1*44, 71 págs.
28. Boletim n.º 28 — *Organização do ensino primário e normal, XX. Estado do Rio Grande do Sul*, 1945, 79 págs.
29. *Intercâmbio escolar*, 1939, 12 págs.
30. *A Instrução e a República — I. Reforma Benjamin Constant*, por Primitivo Moacir, 1941, 258 págs.
31. *A Instrução e a República — II. Código Fernando Lobo*, por Primitivo Moacir, 1941, 240 págs.
32. *A Instrução e a República — III. Código Epitácio Pessoa*, por Primitivo Moacir, **1941**, 249 págs.
33. *A Instrução e a República — IV. Reformas Rivadávia e C. Maxcimi-liano*, por Primitivo Moacir, 1942, 361 págs.
34. *A Instrução e a República — V. Reforma João Luiz Alves-Rocha Vaz*, por Primitivo Moacir, 1944, 236 págs.
35. *A Instrução e a República — VI. Ensino Técnico Industrial (1892-1928)*, por Primitivo Moacir, 1942, 193 págs.
36. *A Instrução e a República — VII. Ensino agrônômico (1892-1929)*, por Primitivo Moacir, 1942, 129 págs.
37. *Oportunidades de educação na capital do país*, 1941, 258 págs.
38. *Investigação sobre o vocabulário infantil (Lista preliminar)*, 1942, 33 páginas.
39. *Manifestações lueticas em 10.648 exames de seleção para o funcionalismo público*, in "Revista do Serviço Público", 1940.
40. *Capacidade visual nas carreiras e funções públicas*, por J. Azevedo Barros, 1941.

41. *Contribuição ao estudo da pressão arterial no adulto*, por Décio Olinto e Jacir Maia, 1941.
42. *As instituições de assistência a menores*, por Rui Guimarães de Almeida, 1941.
43. *Estudo c Ensino da Sociologia*, por Donald Pierson, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. II, n.º 4, 1944, 44 págs.
44. *O Ensino Superior no Brasil* (Relação dos estabelecimentos de ensino superior em funcionamento, no país, em dezembro de 1944), separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 8, 1945. 13 páginas.
45. *Estudo e Ensino da Antropogeografia ou cGografia Humana*, por Moisés Gicovate, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 9, 1945, 37 págs.
46. *A Universidade e a Investigação Científica*, por Bernardo A. Houssay, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 9, 1945, 22 págs.
47. *Assimilação c Educação*, por Emílio Willems, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. IV, n.º 11, 1945, 11 págs.
48. *Educação Superior nos Estados Unidos*, 1945, 20 págs.

As publicações em *cadernos mime o grafados* foram as seguintes:

Caderno I — *Decreto-lei n.º 58C*, que dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1938, 2 págs.

Caderno II — *Exposição de motivos e Decreto-lei n.º 868*, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Ensino Primário, 1938, 3 págs.

Caderno III — *Dados estatísticos relativos ao ensino primário*, 1938, 14 págs.

Caderno IV — *Dados estatísticos relativos ao ensino secundário*, 1939, 7 págs.

Caderno V — *Tipos de escola e extensão do curso, nos vários Estados*, 1939, 7 págs.

Caderno VI — *Decreto-lei n.º 1.006*, de 30 de dezembro de 1938, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático, 1939, 5 págs.

Caderno VII — *Decreto-lei n.º 1.190*, de 4 de abril de 1939, que dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia, 1939, 9 págs.

Caderno VIII — *Decreto-lei n.º 1.212*, de 17 de abril de 1939, que cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 1939, 7 págs.

Caderno IX — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal, com os serviços de educação* no exercício de 1939, 10 págs.

Caderno X — *Vencimentos do professorado primário*, 1939, 2 págs.

Caderno XI — *Legislação estadual referente à nacionalização do ensino*, 1939, 32 págs.

Caderno XII — *Decálogo alimentar*, 1940.

Caderno XIII — *Despesas com os serviços de educação no Distrito Federal e nos Estados no exercício de 1940*, 1940.

Caderno XIV — *Ante-projeto de lei orgânica do ensino primário*, 1940.

- Caderno XV — *Ante-projeto de lei orgânica do ensino normal*, 1940.
- Caderno XVI — *Movimento geral do ensino de 1932 a 1938 e crescimento do ensino primário de 1932 a 1940*, 1941.
- Caderno XVII — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação no exercício de 1941*, 1941.
- Caderno XVIII — *Recursos para os serviços de educação, 1941*.
- Caderno XIX — *Caixa Escolar*, 1941.
- Caderno XX — *Ensino Normal*, 1941.
- Caderno XXI — *Ensino Profissional mantido pelos Estados*, 1941.
- Caderno XXII — *Ensino Industrial mantido pela União*, 1941.
- Caderno XXIII — *Ensino Municipal*, 1941.
- Caderno XXIV — *Movimento do ensino profissional agrícola no ano de 1938*, **1941**.
- Caderno XXV — *Movimento do ensino comercial no ano de 1938*, **1941**.
- Caderno XXVI — *Movimento do ensino doméstico no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXVII — *Movimento do ensino industrial no ano de 1938*. 1941.
- Caderno XXVIII — *Movimento de cursos diversos do ensino profissional no ano de 1938*, **1941**.
- Caderno XXIX — *Movimento geral do ensino agrícola, comercial, doméstico e industrial em todo o país, no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXX — *Vencimentos dos professores primários, nos Estados, segundo os orçamentos de 1941*, 1941.
- Caderno XXXI — *Bibliografia Brasileira de Educação — Ano de 1941*. 1942.
- Caderno XXXII — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação segundo os orçamentos de 1942*, 1942.
- Caderno XXXIII — *Relação dos estabelecimentos de ensino comercial existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXIV — *Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em 1942*, 1942.
- Caderno XXXV — *Relação dos estabelecimentos de ensino agrícola e de veterinária existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVI — *Relação dos estabelecimentos de ensino normal existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVII — *Relação dos estabelecimentos de ensino superior existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVIII — *Despesas com a educação nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 1941 a 1942*, 1942.
- Caderno XXXIX — *Bibliografia para candidatos a "Assistente de Seleção"*, 1942.
- Caderno XL — *Bibliografia para candidatos a "Bibliotecário-Auxiliar"*, 1942.
- Caderno XLI — *Bibliografia para candidatos a "Polícia Fiscal"*, 1942.
- Caderno XLII — *Bibliografia para candidatos a "Assistente de Aperfeiçoamento"*, **1942**.
- Caderno XLIII — *Bibliografia para candidatos a "Amanuense"*, 1942.
- Caderno XLIV — *Reorganização da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul*, 1942.

Caderno XLV — *Revistas e publicações sobre educação, editadas no Brasil*, 1943.

Caderno XLVI — *órgãos técnicos centrais de educação e repartições que tratam de assuntos conexos*, 1943.

Caderno XLVII — *Problemas de administração escolar*, 1943.

Caderno XLVIII — *Estabelecimentos de ensino normal no país*, 1943.

Caderno XLIX — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação*, 1943.

Caderno L — *Provas de sanidade e de capacidade física para os candidatos ao serviço público*, 1943.

Caderno LI — *Bibliografia brasileira de educação do ano de 1942*, 1943.

Caderno LII — *Bibliografia brasileira de educação do ano de 1943, 1944*.

As *publicações periódicas* mantidas pelo I.N.E.P. têm sido três:

BOLETIM MENSAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, editado desde janeiro de 1940, e do qual já foram tirados 70 números, num total de 766 páginas;

BOLETIM TRIMESTRAL DO SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA, editado desde janeiro de 1944, com 4 números publicados;

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. órgão de estudos e pesquisas do Ministério da Educação, de publicação mensal, iniciada em julho de 1944, e que tem assim 16 números. com um total de 2.500 páginas.

Das publicações impressas houve uma tiragem total de 103.705 exemplares, 47.605 dos quais referentes às publicações avulsas e 56.100 das de caráter periódico.

Dos cadernos mimeografados tiraram-se 26.000 exemplares, o que eleva a tiragem de todas as publicações a 129.705 exemplares.

VIII. MOVIMENTO DO SERVIÇO DO EXPEDIENTE

O desenvolvimento dos serviços do I.N.E.P. desde 1939, pode ser visto pelo movimento de papéis recebidos e expedidos pelo seu Serviço de Expediente:

1939.	1.320
1940.	2.854
1941.	3.346
1942.	4.130
1943.	4.164
1944.	4.896

Não se inclui nesses totais o movimento de volumes de publicações recebidas e expedidas, o qual, no último triênio, tem sido maior que 30 mil, em média, cada ano.

IX. DESPESAS

As despesas em material e pessoal, inclusive o Serviço de Biometria Médica, foram as seguintes, nos seis primeiros anos de funcionamento do Instituto:

	<i>Pessoal</i>	<i>Material</i>	<i>Total</i>
1938 (III quadri- mestre)	18.471,50	65.542,70	84.014,20
1939.	96.821,00	630.019,70	726.840,70
1940.	402.005,30	228.318,20	630.323,50
1941.	471.523,80	542.172,30	1.013.696,10
1942.	892.044,00	467.396,60	1.359.440,60
1943.	1.024.212,20	281.061,00	1.305.273,20
1944 ;.	1.985.252,40	858.470,20	2.843.222,60

Da despesa total de cada ano, cerca de 60 % têm sido absorvidos pelos trabalhos realizados pelo Serviço de Biometria Médica.

Assim, no exercício de 1944, as despesas dos serviços próprios do título do I.N.E.P. e do S.B.M. distribuíram-se da seguinte forma:

	<i>Estudos Pedagógicos</i>	<i>Serviço de Biometria Médica</i>	<i>Total</i>
Pessoal	820.770,90	1.164.481,90	1.985.252,40
Material	298.150,20	560.320,00	858.470,20
Totais	1.118.921,10	1.724.801,90	2.843.722,60

No Serviço de Biometria Médica empregaram-se 50% das dotações de pessoal e 65% das de material.

No domínio do- estudos pedagógicos, propriamente ditos, as despesas do I.N.E.P. tem representado pouco mais de um por cento da parte do orçamento anual do Ministério reservado às suas atividades-educacionais.

E' de notar que do montante geral de despesas realizadas até dezembro de 1944, na importância de Cr\$ 7.962.809,20, cerca de três milhões se destinaram a aquisição de material permanente, representado pelas instalações do Serviço de Biometria Médica, móveis e utensílios e matéria bibliográfica.

As demais despesas de pessoal e material, que orçaram assim em menos de cinco milhões, em sete anos de funcionamento, são em grande parte compensadas apenas por duas das modalidades dos serviços executados: exames médicos e publicações. Com efeito, realizou o i. N. E. P. nada menos que 86.958 exames completos de sanidade e capacidade física, os quais, calculados a Cr\$ 40.00 a unidade, que sejam, representariam Cr\$ 3.478.320,00; e fez editar 129.705 exemplares de publicações de documentação e estudos técnicos, os quais, calculados a Cr\$ 5,00 por unidade, em média, representariam Cr\$ 648.525,00.

x. PESSOAL

O número de servidores, desde a fundação do Instituto até dezembro de 1944, foi o seguinte:

	<i>Estudos Pedagógicos</i>	<i>Serviço de Biometria Médica</i>	<i>N. total de servidores.</i>
1938	18	21	39
1939	24	26	50
1940	32	37	69
1941	32	55	87
1942	33	51	84
1943	51	59	110
1944	46	130	176

Como se vê, no ano de 1944, o Serviço de Biometria Médica ocupou 130 servidores, com 63% do total, e os serviços próprios do título do Instituto apenas 46, ou 37%.

A relação nominal dos servidores, atualmente em exercício, é a seguinte:

DIREÇÃO, SERVIÇOS E SEÇÕES TÉCNICAS

Direção: Manoel Bergstrom Lourenço Filho, diretor.

Serviço do Expediente: Antônio Luis Baronto, chefe; Célia de Moura Costa e Marieta Campos, oficiais administrativos; Isolina Cardoso Matias, escriturário; Geralda Rodrigues, datilografo; Aloisio Ferreira Carneiro, desenhista; Hadjine Guimarães Lisboa, Natalina Torres Viana e Celita Barcelos Rosa, auxiliares de escritório; Álvaro Rebelo, praticante de escritório; João Antônio Gomes, feitor; Américo Julianelli, Raimundo Garcia dos Santos, Ismael Pereira Pinto, e Djalma Ribeiro da Silveira, trabalhadores.

Seção de Orientação e Seleção Profissional: Jacir Maia, chefe; Elisa Dias Veloso, Inês Itkis Bomilcar Besouchet, e Zenaide Cardoso Schultz, técnicos de educação; Carlos Alberto de Carvalho Leite, estatístico-auxiliar; Creusa Guimarães Leitão, escriturário; Ângelo Delfino Tigre Borges, auxiliar de escritório; Gaudêncio Barbosa, praticante de escritório.

Seção de Inquéritos e Pesquisas: Manoel Marques de Carvalho, chefe; Dulcie Kanitz Vicente Viana e Carlos de Araújo Sampaio, técnicos de educação; José Leitão de Albuquerque, calculista; Alzira Seibert, e Altair Evangelista de Lima, auxiliares de escritório.

Seção de Documentação e Intercâmbio: Rui Guimarães de Almeida, chefe; Albino Joaquim Peixoto Júnior e Déa Veloso Barros, técnicos de educação; Mário de Vasconcelos Calmon e Beatriz Getúlio Veiga, assistentes de educação; Ondina Marques de Sousa Dique e João Luiz de Sousa Reis, auxiliares de escritório.

Seção de Psicologia Aplicada: Armando Hildebrand, chefe; José Francisco Carvalhal, Celina Airlie Nina e Clélia Thereza Leal Coqueiro, técnicos de educação; Álvaro Moitinho Neiva, técnico de administração escolar; Darcy Damasceno dos Santos, assistente de educação; Dorotéia Martins Arouche, calculista; Eunice Solange de Castro, auxiliar de escritório.

Biblioteca Pedagógica: Martiniano Pereira da Fonseca, chefe; Paulo de Toledo Castro, bibliotecário; Jandira Bacelar Rodrigues, escriturário; Nair Brunner Teles Pires, assistente de educação.

SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA

Chefia: Dr. Antônio Gavião Gonzaga, chefe;

Seção de Exames Prévios: Dr. Eduardo Marques Tinoco, chefe;

Seção de Exames Ocasionais: Dr. Rubens da Rocha Paranhos, chefe;

Gabinete de Radiologia: Dr. Jessé Randolfo Carvalho de Paiva, chefe;

Gabinete de Oftalmo-Oto-Rino-Laringologiu: Dr. Joaquim de Azevedo Barros, chefe;

Laboratório: Dr. Nestor de Melo Cerveira, chefe;

Turma de Equipamento Médico: Dr. Jorge Carvalho, chefe;

Turma de Estatística: Dr. Pedro Batista de Araújo Pena, chefe;

Turma de Administração: Edmundo Galvão da Silva, chefe.

Médicos: Drs. Décio Olinto de Oliveira; Clovis Cruz Mascarenhas; Carlos Ramos; Haroldo de Freitas; Armindo Bergamini; Danilo Guarino, funcionários; Didur de Freitas Castro; Félix de Oliveira Samuel; Tomaz Ribeiro de Cerqueira Lima; Rui da Costa Leite; Henrique von Krüger Filho; Amélio José de Siqueira Tavares; Gil Moreira Filho; Adolfo Staerke; Ernesto Pedroso Rosenburg; Ida dos Santos Ellery! Joaquim Justiniano Chagas; Sebastião Mesquita de Azevedo; Evaldo Martins Carneiro da Cunha; Valter Boechat; Eloy Esteves; Marcos Ramos Gomes; Mário Monjardim; Álvaro Bherensdorf Osório; Argos Ferreira do Amaral; Ary Moacyr Martins; Carlos de Castro; Mário Sales Filho; Pedro Moacyr de Aguiar; Wilton Ferreira; João Ramos Murtinho; Lysanias Marcelino da Silva; Nelson Monteiro de Carvalho; Paulo de Barros Bemardes; Lourival de Almeida Sampaio; Nestocles Roswell;.Paulo França e Leite; Geraldo Andrade de Almada Horta; Oscar Costa; Urbano de Gouvêa e Silva; José Evangelista Barreto; Dilermando da Silva Canedo; George Coimbra da Silva; Murilo Bastos Belchior; Clovis Cabral Debenedito; Rymundo Ribeiro Fontes Lima; José Melman; José Prado Eirosa e Silva de Novais; Clovis Pereira da Silva; João Jansen Ferreira; Renato Cunha Viveiros; Luiz Picone; Manoel Ferreira Neves, extranumerários.

Médicos-Sanitáristas: Drs. Guilherme Cintra Pego de Faria e Alcebiades Viana da Costa.

Oficiais administrativos: João Guilherme Meziat e Agesilau Eroiliano dos Santos.

Escriturários: Artur Pinto de Araújo Corrêa; Edith Brito de Menezes e Francisca Pezzini Cni2.

Estatístico-auxiliar: Clodoveu Serra Celestino.

Serventes: Pedro Nunes Christianes; Ernesto Horácio Fortino, funcionários; Celina Augusta de Oliveira; Eva Rodrigues da Silva Dias; Dulce Mendes Tito; Nelson Passos de Oliveira, extranumerários.

Datilógrafo: Carmen Couíago Pereira.

Dentista: João Francisco Fortes Águas e José Coyatá Albanese.

Fotógrafo: Constantino Baldissara.

Laboratoristas: Urcino Ferreira Mulatinho; Murilo Gomes Bevilaque; José Doria do Nascimento; Walfrido Ferreira de Azambuja; Augusto Borges de Abrantes; Maria de Lourdes Rodrigues Melo.

Operadores de raios X: Albertina Nazareth Liberato; Djalma Ayala; Célio Baldissara.

Estudantes estagiários: Lydio de Almeida Lacerda; José Ribamar dos Santos; Rômulo Leão de Sousa.

Enfermeiros: Celso Alves Rosa e Aurora Bastos de Araújo.

Zeladores: Maria Fortes Verçosa e Nestor Pedro Martins.

Atendentes: Leonor Fernandes Mano; Julieta Barbosa Alves Morgado; e Maria Augusta Araujo de Oliveira.

Telefonistas: Diva da Silva Rotay; Elina Barbosa; Rosália de Aquino; e Alice Monteiro de Araújo.

Auxiliares de escritório: Marco Aurélio Caldas Barbosa; Hercília da Fonseca Ribeiro; Erothides Bogéa de Aguiar; Haroldo Vieira Machado; Ruth de Toledo Gismonti; Elisabeth Gounago Pereira; Maria Peres; Abílio Cardoso Lopes; Georgina Montuariol de Freitas; Antônio de Lisboa Aragão; Caetano Leão Cabral; Silvia Corrêa; Heloisa Silva Dantas; Yvone Nicodemum; Alberto da Cunha; Zuleika Carneira; Maria Cecília Dantas Pereira; Lindinalva Soares da Silva.

Praticantes de escritório: Renilda de Gusmão e Silva e Esmeralda Leão dos Santos Miranda.

Operaldores: Adolfo Amorim; Leopoldina de Cicco Azevedo; Ana Esteves Santos; Odete Portugal Kroff; Maria Ligia Martorelli Bezerra; e Maria Luiza Soares Boutalo.

Porteiro: Eurico Soares da Silva.

Trabalhadores: Fernando Rebelo Paraguassú; Joaquim de Castro Rocha Filho; Evahir Moreira de Sousa; Francisco de Paula e Sousa; João Kornaenski Filho; Bernardino Vieira de Castro; Dermal José dos Santos; e José Martinho Guedes.

Mensageiros: Bricio de Almeida; Zey Silva; Jorge Kornalewski.

Auxiliares diversos: Maurício Gomes Bevilaqua; Aline de Saboia Belfort Teixeira; Maria Elvira Calazaus Limai Yvone Leão dos Santos Miranda; Eldyr Cabral Cardoso; Lila Dantas dos Santos; Nyéde de Oliveira Brandão; Emar de Freitas Nogueira; Darcy Fernando Paranhos; Dalwe Cabral Cardoso; Sylvio de Barros; Leontina Soares Meziat; Breno Galvão da Silva; Guaracyaba Burgheim; Zara de Oliveira Magalhães; Walquer Pereira do Nascimento; Miguel Sarkis; Izer Antônio Cardoso; Aryone Povoá; Ayrton José de Oliveira; Augusto Lopes Pontes; Pedro Vettiner; Bonifácio Antônio de Miranda.

IN-MEMORIAM

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem a lamentar o falecimento do Dr. Eurico Rangel, especialista em bio-estatística e que chefiou a turma de Estatística do Serviço de Biometria Médica; Dr. João Juliano, que foi chefe do Laboratório do mesmo Serviço; Guilherme Agostinho Pereira, almoxarife; Celeste Miranda e Jurema Celina de Araújo, auxiliares.

CONCLUSÃO

O exame das atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, desde sua fundação, ou seja, em sete anos de funcionamento, permite as seguintes conclusões:

a) o estabelecimento de um órgão de documentação e pesquisa, bem como de assistência e cooperação técnica aos órgãos de administração dos serviços educacionais nos Estados e Territórios, veio corresponder a uma necessidade de organização do Ministério, e de coordenação geral dos sistemas de educação pública do país, por muitas vezes assinalada, aliás, por estadistas e parlamentares do império e da república;

b) o desenvolvimento dos trabalhos de investigação, muitos dos quais têm servido para a fundamentação de importantes atos legislativos e decisões ministeriais, como também à orientação de reformas, ou à organização de novos serviços educacionais nos Estados e Territórios, evidência que um órgão dessa natureza tem a possibilidade de esclarecer, cada vez mais, as atividades de organização pedagógica do país, em estudos objetivos, concorrendo, a um tempo, para mais seguros resultados e para maior espírito de unidade da educação nacional, sem os males advindos de estreita centralização administrativa;

c) os trabalhos de assistência técnica, ou de cooperação, com outros órgãos federais e com os serviços de educação dos Estados e Territórios, já realizados, mostram, sobre outras vantagens, a de economia de material especializado e de pessoa! para isso habilitado, ainda escasso no país;

d) as atividades de divulgação, crescentemente desenvolvidas, têm concorrido não só para a renovação de métodos e processos, como para a formação de uma consciência pública mais esclarecida em matéria de educação;

e) as atividades de intercâmbio com o estrangeiro têm despertado maior curiosidade e interesse pela evolução educativa no Brasil, por parte de instituições pedagógicas e de educadores, notadamente dos países americanos; por outro lado, têm permitido ao Ministério da Educação acompanhar, com a devida oportunidade, as reformas e tendências educacionais desses países;

f) a estrutura e organização dos serviços do Instituto têm correspondido, de modo geral, ao seu programa e funções; no entanto, o desenvolvimento natural dos serviços está a exigir agora mais clara e precisa definição dessas funções, com a exclusão de tarefas executivas, que lhe têm cabido, como a dos exames de sanidade e capacidade física dos servidores do Estado.

FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA

Foi solenemente instalada, em 6 de setembro último, a Faculdade Nacional de Arquitetura, instituída pelo Decreto-lei n.º 7.918, de 31 de agosto de 1945.

Por ocasião da cerimônia de instalação, o Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, proferiu o seguinte significativo discurso:

"Srs. Professores e alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura:

Não me esquecerei jamais de vossas expressões de apreço e estima, tão excessivas em comparação com o meu nenhum merecimento e por isso mesmo merecedoras de minha maior e mais viva gratidão.

Às vossas demonstrações de regozijo venho juntar uma palavra de esperança no destino da Faculdade Nacional de Arquitetura, que acaba de ser instituída por decreto-lei do Presidente da República.

Esse novo estabelecimento de ensino da Universidade do Brasil é o feliz resultado de uma longa campanha não só de estudantes e professores, mas também dos próprios círculos profissionais interessados. Criando-a, o governo acertou duplamente: fundou um novo estabelecimento de ensino e atendeu a um reclamo geral.

E' preciso agora que a instituição se organize e funcione em termos racionais e dinâmicos, e que, pelo constante esforço, pela sua obra educativa e cultural, venha a influir decisivamente na formação de nossos conhecimentos teóricos e práticos em arquitetura e urbanismo.

Essa esperança está fundada, antes do mais, na competência desse conjunto de professores catedráticos que vão formar a congregação inicial, e ainda na forte e ativa mentalidade dos estudantes que entram a constituir as primeiras turmas do corpo discente.

A vós cabe o dever de definir os princípios e as diretrizes fundamentais sob cuja inspiração se façam os estudos presentes e futuros.

Sei que a tarefa não é fácil.

A arquitetura tem sofrido, desde muitos anos, a influência de duas concepções prejudiciais e deformadoras, que chegaram' não raro a comprometer a integridade e a pureza dessa grande arte, dessa verdadeiramente rainha de todas as artes.

Por um lado, criou-se a doutrina da arquitetura funcional, idéia que, levada às suas últimas conseqüências, acabaria por eliminar o essencial da arquitetura, que é o seu princípio artístico. Se a arquitetura ficasse reduzida ao ponto de vista funcional, se o seu objetivo fosse construir a casa e o edifício para atender estritamente às conveniências e às necessidades do funcionamento, se as condições da utilidade passassem a ser os únicos fundamentos da construção, teríamos reduzido o problema da arquitetura a um problema de ordem técnica, e chegaríamos com isso à liquidação da arquitetura.

Muitos pioneiros da arquitetura moderna foram responsáveis por essa concepção niilista da arquitetura. Não, certamente, o maior deles, Le Corbusier, o qual, embora militando numa ordem de idéias totalmente oposta à concepção da arquitetura funcional, chegou uma vez a definir a casa como máquina de morar, "machine à habiter", expressão que, para espíritos desprevenidos, poderia induzir o princípio de uma crua e fria arquitetura funcional.

E' de considerar, além disso, uma outra doutrina deformadora da justa idéia de arquitetura, isto é, a concepção da arquitetura como decoração das casas e edifícios. Essa concepção há de resultar sempre da teoria que tem a arquitetura como um ramo da engenharia e conceitua o profissional da arquitetura como engenheiro-arquiteto. O engenheiro-arquiteto teria a mentalidade dividida em duas partes: como engenheiro, construiria o edifício de acordo com as exigências funcionais; e como arquiteto, entraria em seguida a decorar e embelezar o edifício em construção. O resultado desse pensamento há de traduzir-se inevitavelmente na construção artificiosa.

A verdadeira arquitetura, a grande arte de Eupalinos e Miguel Ângelo, será sempre estranha a essas deformações.

A arquitetura envolve ao mesmo tempo as idéias da utilidade, da beleza e da solidez. Ela é, consubstanciadamente, criação artística e realização técnica. O seu objetivo é fazer a construção, desde início do projeto até o termo dos trabalhos, como uma obra de arte, uma, pura e correta. Essa obra, justamente por ser uma obra de arte, satisfará sempre as condições do funcionamento e o princípio da harmonia plástica.

Eis aí a grande tradição da arquitetura. Na linha dessa tradição é que encontramos a Acrópole de Atenas e a *Roma quadrata*. Foi essa arquitetura que levantou a igreja medieval, o palácio florentino e a edificação barroca. Foi ela que deixou, em Ouro Preto e em Mariana, os conjuntos urbanísticos e arquitetônicos de que tanto nos orgulhamos.

Só uma arquitetura assim, só um urbanismo inspirado nos mesmos princípios de racionalidade e harmonia, poderão construir, para o conforto, a segurança, a alegria e a felicidade dos homens, a casa, desde a pequena casa proletária até o palácio do serviço público, e a cidade, tanto a cidadezinha do interior como a metrópole moderna.

Sei que é difícil a tarefa de firmar os princípios e as diretrizes essenciais da arquitetura e do urbanismo neste nosso tempo marcado por uma civilização de preocupações tão materialistas. Pois força é dizer que o maior inimigo da arquitetura e do urbanismo tem sido em toda parte a grande faina construtiva dominada pela tirania do dinheiro.

Tenho, porém, fé na vossa cultura e idealismo. Sei que preservareis a grande, a secular tradição da Escola Nacional de Belas Artes, onde deixais os fundamentos da futura Academia Nacional de Belas Artes, que recriaremos numa atmosfera de vida e liberdade.

Sei que a Faculdade Nacional de Arquitetura, entregue agora à vossa coragem, será um dos centros de renovação da arquitetura e do urbanismo no nosso tempo."

O ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DE S. PAULO

São os seguintes os dados representativos do movimento escolar primário no Estado de São Paulo, durante o ano de 1944:

Unidades escolares — 5 escolas maternas; 295 jardins da infância; 6.908 escolas de ensino primário comum (grupos escolares e escolas isoladas); 358 cursos noturnos de alfabetização; e 171 cursos complementares ou de preparatórios.

Corpo docente — 14 professores nas escolas maternas; 331 nos jardins da infância; 18.097 nas escolas primárias comuns; 415 nos cursos supletivos; e 269 nos cursos de preparatórios.

Matrícula geral — Do total de alunos inscritos durante o ano, 473 pertenciam às escolas maternas; 16.316 aos jardins da infância; 761.915 às escolas primárias comuns; 20.772 aos cursos noturnos, e 7.442 aos cursos de preparatórios.

Matrícula efetiva — Do total de inscritos, permaneceram na escola até o término do ano letivo os seguintes alunos: 338 nas escolas maternas; 11.746 nos jardins da infância; 605.162 nas escolas comuns; 13.014 nos cursos noturnos e 5.918 nos cursos de preparatórios.

aprovação em geral — Dos alunos que permaneceram na escola até o fim do ano, foram aprovados os seguintes: 281 nas escolas maternas; 6.021 nos jardins; 429.753 nas escolas primárias comuns, 6.820 nas escolas supletivas e 4.388 nos cursos de preparatórios.

Dos 799.868 alunos inscritos em 1944 na matrícula geral dos educandários de ensino primário geral do Estado 754.915, ou quase 95%, pertenciam às escolas de ensino primário ou fundamental comum.

A contribuição de 1944 para a elevação da taxa de alfabetização foi, portanto, a seguinte:

Na capital do Estado funcionaram 674 educandários (grupos e escolas isoladas), estaduais e particulares. Nesses educandários tiveram exercício 4.367 professores e a inscrição total ou matrícula geral correspondeu a 174.681 alunos.

Os alunos que permaneceram inscritos até o fim do ano letivo eram 147.997, enquanto a frequência média diária correspondeu a 137-404; o total de aprovados no fim do ano foi de 112.449, e 22.311 foram os alunos que concluíram o curso primário.

Quanto ao interior do Estado, foram os seguintes os números revelados pela estatística: total de educandários, 6.234; de professores em atividade, 13.730; matrícula geral, 580.234; matrícula efetiva, 457.165; frequência média, 434.647; aprovações em geral, 317.304; e conclusões de curso, 66.630.

Admitindo que a população do Estado, em 1944, era de 7.832.501 habitantes, isto é, 1.524.890 na capital, e 6.307.611 no interior e confrontados os resultados estatísticos com a população, poderemos concluir que a cada 10.000 habitantes da capital e do interior, considerados separadamente, correspondiam:

- a) 1.146 alunos da matrícula geral na capital e 920 no interior;
- b) 971 alunos da matrícula efetiva na capital e 725 no interior-;
- c) 901 alunos frequentes na capital e 689 no interior;
- d) 737 alunos aprovados na capital e 503 no interior;
- e) 146 conclusões de curso na capital e 106 no interior.

Transformando em porcentagens, para maior clareza de sua significação, os números acima, verifica-se que a matrícula geral de 1944, nas escolas primárias, corresponde a 11,46 % da população total da capital e 9,20 % dos habitantes do interior, e que a matrícula efetiva ou seja, os alunos que de fato permaneceram na escola primária até o fim do mesmo ano letivo, correspondiam, na capital, a 9,71% da população do município e, no interior, a 7,25% do total de habitantes do "hinterland".

As porcentagens acima, se não refletem uma situação magnífica, podem ser consideradas com o maior otimismo por todos nós, de vez que revelam o maior progresso já alcançado no Brasil, no terreno da educação popular.

Baseados nas estimativas apresentadas pelo Prof. Giorgio Mortara em "Interpretação e análise de algumas estatísticas do ensino primário no Brasil em relação com os resultados do censo de 1940", podemos estabelecer, com pequena margem de erro, que a população infantil da capital, de 8,0 a 11,0 anos de idade, era a seguinte em 1944:

No 8.0 ano de idade.	32.922
No 9.0 ano de idade.	32.571
No 10.0 ano de idade.	32.144
No 11.0 ano de idade.	31.824
Total	129.461

Quanto ao interior, os quantitativos da mesma espécie seriam os seguintes:

No 8.0 ano de idade.	169.296
No 9.0 ano de idade.	167.403
No 10.0 ano de idade.	165.322
No 11.0 ano de idade.	163.556
Total	665.577

Confrontemos, agora, os números assim determinados, com os que a estatística nos revela como resultados alcançados pela escola primária paulista em 1944.

Na capital a matrícula geral ou total de inscrições elevou-se a... 174.681, e a matrícula efetiva ou matrícula de fato (porque esta representa o número de alunos regularmente frequentes), acusou um total de 147.997.

Se, como vimos, a população das quatro idades — dos 8 aos 11 anos — não ia além de 130.000 crianças, claro é que a matrícula efetiva continha um mínimo de 18.536 alunos de idade inferior ao superior àquelas.

E, sendo o ensino primário comum ministrado em cursos de quatro anos, os cálculos mais otimistas para a determinação dos lugares suficientes para atender toda a população em idade escolar hão de ter em vista um grupo etário correspondente, no caso as crianças de 8 a 11 anos, que são justamente a parte da população em melhores condições de bem receber a instrução primária fundamental que o Estado tem o dever de ministrar gratuitamente

Já no interior do Estado os números não revelam situação tão favorável. Ali aparece um número correspondente a 208.412 crianças de 8 a 11 anos que não figuraram na matrícula efetiva, e esse número, transformado em porcentagem, representa 31% daquelas crianças que deixaram de frequentar escola.

Se, entretanto, considerarmos que têm escola ao seu alcance, todas as crianças que constaram de matrícula geral (580.234), veremos que a suficiência da lotação escolar, no interior de S. Paulo, corresponde a 88% das verdadeiras necessidades, e que as necessidades dessas cidades já estão praticamente atendidas, restando apenas resolver o problema da escola rural, pondo-a ao alcance de todos os moradores do campo.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE JULHO DE 1945

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

4 — E' publicada a Portaria n.º 245, de 21-5-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade de Escola Técnica de Comércio Santana, com sede em Itaúna, no Estado de Minas Gerais.

5 — E' publicado o Despacho de 30-6-945, do Ministro da Educação, que homologa a Resolução n.º 11, de 18-6-945, da Junta Especial, que retifica a Resolução n. 3, de 4-5-945, que é referente ao "Instituto de Química do Paraná" e não à "Faculdade de Engenharia" do mesmo Estado.

5 — E' publicado o Despacho de 30-6-945, do Ministro da Educação, que homologa a Resolução n.º 14, de 28-6-945, da Junta Especial, que dispõe sobre diplomas expedidos pelas Escolas ou Faculdades não pertencentes a Universidades.

5 — E' publicada a Portaria número 320-A, de 21-6-945, do Ministro da Educação, que estende aos estabelecimentos de ensino comercial e de ensino industrial a disposição do artigo 28 da lei orgânica do ensino secundário, que considera a última semana de junho destinada *v. férias*.

6 — E' publicado o Decreto número 18.741, de 29-5-945, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio S. José, com sede em Muzambinho, no Estado de Minas Gerais.

9 — E' publicada a Portaria n.º 323, de 22-6-945, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola de Comércio Ipiranga, com sede na capital do Estado de S. Paulo.

11 — E' publicado o Despacho de 3-7-945, do Ministro da Educação que homologa a Resolução n.º 15, de 2-7-945, da Junta Especial, que dispõe sobre reiteração de validação nos termos da Resolução n.º 6.

13 — E' publicada a Portaria número 340, de 11-7-945, do Ministro da Educação, que prorroga por três meses os trabalhos da Junta Especial, instituída pelo Decreto-lei número **7.401**, de 20-3-945.

16 — E' publicada a Portaria n.º 335, de 12-7-945, do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que funde, sob a designação de Curso de Inglês, os cursos criados pelas Portarias ns.º 515 e 156, respectivamente de **14-1-944** e **24-4-945**.

17 — E' publicado o Decreto número 15.780, de 6-6-944, que proíbe o funcionamento da Escola de Comércio Dr.' Carlos de Campos, com sede na capital do Estado de S. Paulo.

17 — E' publicado o Decreto número 19.001, de 26-6-945, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial de Ginásio Municipal de Orlandia, com sede em Orlandia, no Estado de São Paulo.

20 — E' publicada a Portaria número 569, de 16-7-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Auxiliar de Zoologia, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

20 — E' publicada a Portaria n.º 570, de 16-7-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Técnica de Laboratório, baixadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

20 — E' publicada a Portaria n.º 571, de 16-7-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Horticultura, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

21 — E' publicado o Decreto número 19.228, de 19-7-945, que altera o Regulamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura.

23 — E' publicada a Portaria n.º 21, de 4-7-945, do diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeonico, que

manda ensinar nos Cursos de Formação de Professores Especializados, em Canto Orfeonico, outras obras aprovadas pelo Conservatório.

24 — E' publicada a Portaria número 316, de 18-7-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Afonso Celso, com sede no Distrito Federal.

26 — E' publicado o Decreto número 19.127, de 10-7-945, que concede reconhecimento ao curso de didática da Faculdade Católica de Filosofia, com sede no Distrito Federal.

26 — O Sr. Ministro da Educação e Saúde recomenda sejam expedidas instruções aos estabelecimentos de ensino superior, a fim de que sejam abonadas as faltas dos alunos que participem como representantes oficiais desses estabelecimentos no VII Congresso Nacional de Estudantes.

27 — E' publicada a Resolução número 214, de 5-4-945, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que adia a realização do Curso de Aperfeiçoamento criado pela Resolução n.º 67.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 7.780, de 26-7-945, que institui medidas de proteção financeira aos estabelecimentos particulares de ensino.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 7.781, de 26-7-945, que modifica o processo de provimento de cadeiras da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

30 — E' publicada a Portaria número 8.475, de 13-7-94S, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o concurso de admissão aos cursos da Escola Técnica do Exército, em 1946.

30 — E' publicada a Portaria número 8.476, de 13-7-94S, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o concurso de admissão às Escolas Preparatórias, em 1946.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.

2 — São registradas *n* no Departamento de Educação do Estado da Paraíba as escolas particulares: São Judas Tadeu, do Município de Guarabira, Santo Antônio, do município de Sapé, e N.S. do Perpétuo Socorro, de João Pessoa.

2 — E' publicado o Decreto número 3.189, de 27-6-94S, do Estado de Santa Catarina, que equipara aos congêneres oficiais o Curso Fundamental do Instituto de Educação "S. Vicente de Paulo", da cidade de Joinville.

3 — E' publicado o Edital n. 94, de 25-6-94S, do Departamento do Ensino do Estado do Piauí, que abre concurso para a carreira de professor de educação física.

3 — O Interventor Federal em Alagoas aprova a sugestão da Diretoria de Educação, com parecer favorável do Departamento do Serviço Público, no sentido da construção da " Casa de Floriano", a ser constituída por três escolas de Ipioca e um museu.

3 — E' publicada a Deliberação número 105, de 30-6-94S, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Edmundo Silva" ao grupo escolar de Araruama, município de Araruama.

3 — E' publicada a Portaria do Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que baixa instruções sobre a aplicação do auxílio concedido pelo governo estadual às caixas escolares.

3 — E' publicado o Decreto número 2.168, de 28-6-94S, do Estado do Paraná, que dá a denominação de " Franklin Delano Roosevelt" à Escola de Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Platina.

4 — E' publicada a Portaria número 203, de 28-6-94S, do Estado de Sergipe, que divide o Estado, para fins de inspeção escolar, em seis distritos.

4 — São publicados Decretos de 3-7-94S, do Estado de São Paulo, que criam 27 grupos escolares.

4 — São localizadas classes em três grupos escolares do Estado de São Paulo.

4 — São localizadas duas escolas mistas rurais e uma urbana no interior do Estado de S. Paulo.

5 — E' publicada a Resolução do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre comemorações, em homenagem à F. E. B.

5 — São publicados atos de 4-7-94S, do governo do Estado da Bahia, que criam escolas, nos municípios de Serinha e de Santarém, com o nome de "Franklin Delano Roosevelt".

6 — E' publicado o Decreto número 14.841, de 5-7-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação "Mário de Andrade" ao grupo escolar de Ibirapuera, na cidade de S. Paulo.

6 — E' publicado o Decreto-lei número 14.843, de 5-7-945, do Estado de S. Paulo, que dispõe sobre criação de uma Escola Normal em Bauru.

6 — E' publicado Decreto número 2.172, de 5-7-945, do Estado do Paraná, que cria na tabela numérica ordinária de extranumerário mensalista, dezoito funções de professor de educação física.

6 — E' publicado o Decreto número 3.192, de 3-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria um curso noturno na cidade de Urussanga.

6 — E' publicado o Decreto número 3.193, de 3-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escolas mistas em Alto Caeté, e Rio Molha, município de Urussanga.

6 — E' publicado o Decreto número 3.194, de 3-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Rio das Pedras, município de Videira.

6 — E' publicada a Portaria número 1.253, de 3-7-945, do Secretário Geral do Estado de Mato Grosso, que localiza uma escola rural em Santa Rita, município de Poconé.

7 — E' publicado o Decreto-lei número 1.397, de 6-7-945, do Estado do Rio de Janeiro, que cria a Escola de Serviço Social (E.S.S.), subordinada ao Conselho Estadual de Serviço Social.

7 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro suspende a subvenção concedida

à escola particular noturna de "Itacurussá", município de Mangaratiba.

7 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção ao curso noturno anexo à escola de Jacuecanga, município de Angra dos Reis.

7 — E' renovada a subvenção concedida pelo Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro ao curso noturno anexo ao grupo escolar "Orlinda Veiga", município de Itaperuna.

7 — O Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná concede licença para o funcionamento da escola particular Instituto Nossa Mãe, no município de Apucarana.

7 — O governo do Estado do Rio Grande do Sul publica, pelo Departamento de Educação Primária e Normal da Secretaria de Educação e Cultura edital de concurso para professores de música e canto orfeônico e desenho, no ensino primário do Estado.

9 — O Interventor Federal na Paraíba abre crédito de novecentos mil cruzeiros para construção de escolas em vários municípios.

9 — E' publicado o Decreto número 2.171, de 5-7-945, do Estado do Paraná, que cria a série funcional de Professor de Educação Física.

9 — E' publicado o Decreto número 1.617 de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de cento e cinquenta mil cruzeiros à Prefeitura Municipal de Rio Grande, para ser aplicado na organização do Patronato Agrícola.

9 — E' "publicado o Decreto número 1.618 de 9-7-945, do Estado do Rio

Grande do Sul, que concede auxílio de quarenta mil cruzeiros ao Abrigo de Menores de Pelotas.

10 — Por Despacho do Secretário Geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, a Escola Mendes Viana é transformada em "escola experimental".

10 — E' publicada a Portaria n.º 7, de 7-7-945, da Diretoria de Educação Física Escolar do Estado de Pernambuco, que determina a primeira quinzena de outubro de 1945, para a realização do I Campeonato Feminino de Atletismo.

10 — E' publicado o Ato n.º 1.533, de 9-7-945, do Estado de Pernambuco, que designa representante do Estado no IV Congresso Brasileiro de Química, a realizar-se no Estado de São Paulo.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 14.855, de 9-7-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre criação de uma Escola Normal em Taquaritinga.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 14.856, de 9-7-945, do Estado de São Paulo, que cria no Quadro do Ensino, um cargo de diretor, um de vice-diretor, um de secretário, um de orientador profissional, 12 de professor catedrático, 6 de professor de aula, dois de assistente da 1.ª Seção, um de assistente, padrão G, e um de preparador de ciências naturais.

10 — E' publicado o Decreto número 3.198, de 9-7-945, do Estado de Santa Catarina, que estabelece o programa para o Curso de Guarda Sanitário, destinado a formar elementos para exercerem funções no Departamento de Saúde Pública do Estado.

10 — E' publicado o Decreto número 1.619, de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de quarenta mil cruzeiros ao Oriêo Rio Grandense, para a temporada lírica.

10 — E' publicado o Decreto número 1.620, de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de sessenta mil cruzeiros à Associação Cooperadora da Escola.

10 — E' publicado o Decreto número 1.621, de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de dez mil cruzeiros ao Dispensário São Vicente de Paulo de Amparo aos Pobres, de Porto Alegre.

10 — E' publicado o Decreto número 1.622, de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de trinta mil cruzeiros ao Instituto Santa Luzia de Amparo aos Cegos, de Porto Alegre.

10 — E' publicado o Decreto número 1.624, de 9-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de trinta mil cruzeiros ao Instituto Maria Imaculada, de Porto Alegre.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 46, de 28-6-945, do Estado de Goiás, que dispõe sobre substituições de professores do Colégio Estadual de Goiás.

11 — E' publicado o Decreto de 10-7-945, do Estado do Espírito Santo, que cria cursos intensivos para alfabetização de adultos.

11 — E' publicado o Decreto-lei número 14.857, de 10-7-945, do Estado de S. Paulo, que dispõe sobre transformação do Instituto de Higiene de São

Paulo em Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

11 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.858, de 10-7-945, do Estado de S. Paulo, que dispõe sobre criação de cargos no Quadro de Ensino.

11 — E' publicado o Decreto número 14.859, de 10-7-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre lotação de cargos na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e dá outras providências.

11 — São publicados Decretos de 10-7-945, do Estado de São Paulo, que criam grupos escolares de 4.^a categoria e de 2.º estágio em Coroados, Bilac e Bauru.

11 — E' publicado o Decreto número 3.196, de 9-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Barra do Norte, município de Tubarão.

11 — E' publicado o Decreto-lei número 44, de 25-6-945, do Estado de Goiás, que submete ao Departamento de Educação do Estado a administração das escolas rurais dantes entregues à administração municipal.

12 — São publicadas as instruções n.º 3, de 11-7-945, do Secretário Geral de Educação e Cultura, que regulam a matrícula de 15.000 alunos em estabelecimentos de ensino primário particular, por conta da Prefeitura do Distrito Federal.

12 — E' publicado o Decreto-lei número 388, de 11-7-945, do Estado do Rio Grande do Norte, que cria em Parnamirim, município de Natal, um

grupo escolar denominado "Presidente Roosevelt".

12 — E' publicado o Decreto-lei número 697, de 9-7-945, do Estado da Paraíba, que organiza o Ensino Normal oficial e particular no Estado.

13 — E' publicado o Decreto-lei número 394, de 12-7-945, do Estado do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre aposentadoria de professores primários.

13 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola particular noturna da localidade de "Conceição de Macabu", município de Macaé.

13 — E' publicado o Decreto-lei n.º 1.334, de 12-7-945, do Estado de Minas Gerais, que autoriza o governo a criar ou instalar 15 grupos escolares distritais e cria 15 cargos de diretor de grupo e 15 de porteiro.

14 — E' publicado o Decreto-lei n.º 974, de 11-7-945, do Estado do Piauí, que abre crédito especial de Cr\$ 18.690,20 destinado a várias despesas com os serviços de educação e cultura.

14 — E' publicado o Decreto n.º 587, de 13-7-945, do Estado da Paraíba, que transforma escola na cidade de Araruna.

14 — E' publicado o Decreto número 588, de 13-7-945, do Estado da Paraíba, que transforma escolas, em João Pessoa.

14 — E' publicado o Decreto número 2.315, de 13-7-945, do Estado do Rio de Janeiro, que cria no bairro dos sargentos, anexo à Escola Militar de Agulhas Negras, o grupo escolar Aníbal Benévolo.

14 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro baixa normas reguladoras das funções do responsável pela disciplina e orientação do turno da noite do Instituto de Educação do Estado.

14 — E' publicado o Decreto número 1.627, de 12-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de, sete mil cruzeiros à Escola Oficial de Dança Clássica.

14 — São publicados os Decretos ns.º 2.165 e 2.166, de 13-7-945, do Estado de Minas Gerais, que criam grupos escolares em Buenópolis e em Vila de Piacatuba, município de Leopoldina.

14 — E' publicado Decreto de 13-7-945, do Estado de Minas Gerais, que abre crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00 para construção de 50 prédios escolares e reparos em outros.

15 — E' publicado o Decreto-lei número 14.868, de 14-7-945, do Estado de São Paulo, que cria um ginásio estadual na cidade de Jaú.

15 — E' publicado o Decreto-lei número 14.869, de 14-7-945, do Estado de São Paulo, que cria no Quadro do Ensino os seguintes cargos: um de diretor padrão J, um de secretário padrão G, um de orientador educacional padrão H, oito de professor catedrático padrão H, seis de professor de aulas padrão G e um preparador de ciências naturais padrão D.

15 — E' publicada a Portaria número 39, de 13-7-945, do Departamento de Educação do Território do Guaporé, que autoriza a venda de material fornecido aos escolares, atribuindo-se ao dirigente do centro de ensino a faculdade

de, mediante dados que apurar, julgar da capacidade aquisitiva do aluno.

16 — E' publicado o Decreto-lei número 352, de 11-7-945, do Estado do Paraná, que cria 127 cargos de professor, padrão D, no Quadro do Ensino.

16 — E' publicado o Decreto-lei n.º 1.381, de 13-7-945, do Estado de Santa Catarina, que autoriza a aquisição de um terreno, por doação, para construção de um prédio escolar em Santa Helena, município de Joaçaba.

16 — E' publicado o Decreto número 1.626, de 12-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede um auxílio de dois mil cruzeiros à caixa escolar do grupo escolar "Presidente Roosevelt", de Porto Alegre.

17 — E' publicado o Decreto de 23-6-945, do Estado do Piauí, que designa um médico do serviço estadual de saúde para fazer curso de especialização na capital do país.

17 — E' publicado o Decreto de 30-6-945, do Estado do Piauí, que comissiona o orientador educacional do Colégio Estadual para fazer um curso pedagógico de emergência, na capital do país.

17 — E' publicado o Decreto número 4.870, de 16-7-945, do Estado de São Paulo, que dá denominação a vários grupos escolares.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 1.379, de 13-7-945, do Estado de Santa Catarina, que eleva, no Quadro Único do Estado, funções gratificadas de Diretor-Professor e de Professor das Escolas Práticas de Agricultura do Estado.

17 — E' publicado o Decreto número 3.205, de 14-7-945, do Estado de Santa Catarina, que aprova as instruções para as reuniões pedagógicas nos estabelecimentos de ensino.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 838, de 12-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que extingue e cria cargos na carreira de Apurador da Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação e Cultura.

20 — E' publicado o Decreto-lei número 682, de 17-7-945, do Estado de Sergipe, que cria função gratificada de Auxiliar de Inspeção Escolar e dá outras providências.

20 — E' publicado o Decreto de 19-6-945, do Estado de Sergipe, que designa comissão encarregada de estudar o aproveitamento dos funcionários e extranumerários da Escola Industrial "Coelho e Campos".

20 — E' publicado o Decreto número 1.634, de 19-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede bolsas de estudos.

21 — E' publicado o Decreto número 590, de 20-7-945, do Estado da Paraíba, que considera de utilidade pública a Sociedade de Cultura Musical, de João Pessoa.

21 — E' publicada a Deliberação n.º 106, de 20-7-945, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Bezerra de Menezes" ao grupo escolar de Salutáris, município de Paraíba do Sul.

21 — E' publicada Circular do Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, que estabelece normas para o culto à Bandeira.

22 — E' publicada a Resolução do Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, que aprova regulamento relativo ao 1 Congresso Normalista de Ensino Rural.

23 — E' publicado o Decreto número 3.206 de 18-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista na vila de Lauro Müller, município de Orleães.

24 — E' publicado Decreto de 23-7-945, do Estado de Alagoas, que cria o segundo grupo escolar da cidade de Penedo, dando-lhe a denominação de "Jácome Calheiros".

24 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção ao curso particular noturno anexo ao grupo escolar "Francisco Portela", em Itaperuna.

24 — E' publicado o Decreto-lei número 14.878, de 23-7-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre abertura de um crédito de vinte e sete milhões de cruzeiros, para completar a construção e a instalação de escolas práticas de agricultura.

25 — E' publicado o Decreto-lei n.º 698, de 23-7-945, do Estado da Paraíba, que eleva o padrão de vencimentos do cargo de dentista, lotado no Colégio Estadual da Paraíba.

25 — São registradas no Departamento de Educação do Estado da Paraíba as seguintes escolas particulares: "S. José", município de Mamanguape, "S. Francisco", S. José, "Sto. Antônio", de Vila Pirpirituba.

26 — E' publicado o Decreto-lei n.º 689 de 24-7-945, do Estado de Sergipe, que

abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para continuação das obras de novo prédio do Instituto de Química.

26 — É publicada a Circular n.º 15, de 23-7-945, do Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que dá instruções sobre arrecadação das contribuições das caixas escolares, a serem despendidas com a merenda escolar.

26 — É publicada a Circular n. 15, de 7-945, do Estado de São Paulo, que cria grupos escolares na Estação de Carapicuíba, em Santana do Parnaíba, em Cruzália, Maracaí, e em Vila S. Geraldo, Taubaté.

26 — São localizadas escolas mistas rurais em Bairro da Boa Esperança, Guararapes, e em Bairro Braço Grande, Caconde, no Estado de São Paulo.

26 — São localizadas classes nos grupos escolares de Cosmorama, em Tanabi; de Cesário Lange, em Tatuí, e de Cainá, em Presidente Venceslau, no Estado de São Paulo.

26 — É criada, junto ao grupo escolar "Simão da Silva" em São Simão, Estado de São Paulo, uma classe de educação pré-primária.

26 — É publicado o Decreto-lei n. 1.639, de 25-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de trinta mil cruzeiros à União Estadual de Estudantes.

28 — É publicada a Portaria n. 213, de 27-7-945, da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, que determina o período de 30 de julho a 5 de agosto para as comemorações da "Semana do Combate do Monte das Taboas".

28 — É publicado o Edital n. 8., de 26-7-945, da Diretoria Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que dispõe sobre programa e exigências para o concurso para o magistério público municipal.

28 — É publicado o Decreto n. 2.333 de 27-7-945, do Estado do Rio de Janeiro, que desapropria, para ser doado à União Federal, terreno destinado à Escola Técnica de Campos.

28 — A Divisão de Difusão Cultural do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro publica as bases para a organização do "Curso de Belas Artes".

28 — É publicado o Decreto-lei n. 14.887, de 27-7-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre concessão de auxílio à Federação Universitária Paulista de Esportes.

28 — É publicado o Decreto-lei n. 14.888, de 27-7-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre aquisição, por doação, de imóvel no município de Ibirama, para construção de grupo escolar.

28 — É publicado o Decreto-lei n. 1.641, de 28-7-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede uma bolsa de estudos a professora de inglês, de curso normal, para uma viagem de estudos aos Estados Unidos.

29 — É publicada a Portaria n. 41, de 22-7-945, do Departamento de Educação do Território do Guaporé, que estabelece, a título de "memorandum", a escala de deveres para todos os professores do Território.

31 — É publicada a Ordem de Serviço n. 11, de 30-7-945, do Departamento de Educação Nacionalista do Distrito Federal, que determina as comemorações da Semana de Caxias e do Dia

do Soldado nas escolas públicas do Distrito Federal.

31 — E' publicada a Ordem de Serviço n.º 12, de 30-7-945, do Departamento de Educação Nacionalista do Distrito Federal, que determina as comemorações do III Centenário da batalha do Monte das Tabocas nas escolas públicas do Distrito Federal.

31 — É publicado o Decreto n. 14.896, de 30-7-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Cel. Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha" ao grupo escolar de Piracaia.

31 — É publicado o Decreto n. 14.897, de 30-7-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Regente Feijó" ao Colégio Estadual de Itu.

31 — E' publicado o Decreto número 14.898, de 30-7-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Cel. Fernando Febeliano da Costa" à Escola Industrial de Piracicaba.

31 — E' publicado o Decreto número 14.899, de 30-7-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Dr. Alarico Silveira" ao grupo escolar de Água Santa, em Piracicaba.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

9 — E' publicado o Decreto-lei número 8, de 30-5-945, da Prefeitura de Marvão (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 80,00 para despesas com o pessoal docente da escola "Arlindo Nogueira".

9 — E' publicado o Decreto-lei número 18 de 16-4-945, da Prefeitura Municipal de Assai (Paraná), que cria

escola isolada "Frei Timóteo" na estação de Frei Timóteo, distrito de Jataizinho.

31 — 'A Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (Rio Grande do Norte) cria a biblioteca pública "José Pacheco Dantas".

IV — NOTICIÁRIO

1 — E' lançada a pedra fundamental do prédio do grupo escolar de Pains, (Minas Gerais).

1 — E' publicado o programa de construções, organizado pelo governo do Território de Ponta Porã, nele incluídos vários prédios escolares.

2 — Encerra-se o I Congresso dos Estudantes de Comércio realizado na cidade do Rio de Janeiro.

2 — Parte de Pelotas (Rio Grande do Sul) a Caravana Científica e Cultural da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pelotas, que visitará o Rio de Janeiro e São Paulo.

3 — E' fundado em Salvador (Bahia) o Centro Pernambucano que se destina a fomentar o intercâmbio cultural e artístico entre Pernambuco e Bahia.

4 — Noticia-se que 850 jovens apresentaram um memorial ao Interventor Federal em Goiás, em que pleiteiam a criação de um curso ginásial e colegial noturno em Goiânia.

5 — E' instalado o Curso de Alfabetização para Adultos em Nova Lima (Minas Gerais).

7 — Despedem-se do governo brasileiro os professores franceses An-

toine Ben, Jacques Lambert e René Poirier que, durante seis anos, lecionaram várias cadeiras da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.

7 — Visita a cidade do Rio de Janeiro a Missão Cultural Uruguaia.

7 — Parte para o sul do país uma embaixada de estudantes paraibanos.

7 — E' inaugurado em São Carlos (São Paulo) o Centro de Estudos Pedagógicos, por iniciativa da Delegacia Regional do Ensino.

9 — O Prof. Jorge Americano toma posse no cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo.

9 — Em Belo Horizonte (Minas Gerais), é comemorado o 16.º aniversário do Instituto São Rafael, para educação de cegos.

9 — E' inaugurado o grupo escolar "Governador Valadares" da cidade de Pará de Minas (Minas Gerais).

11 — Noticia-se a criação de uma biblioteca denominada "Legião Brasileira de Assistência" para os presidiários de Natal (Rio Grande do Norte).

13 — Noticia-se a instalação do Centro de Escoteiros da Escola Raquel Figner, em Natal (Rio Grande do Norte).

14 — Realiza-se no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, uma cerimônia em homenagem aos ex-alunos que, como membros da F.E.B. (Força Expedicionária Brasileira), tomaram em defesa da Pátria.

14 — São inaugurados, na cidade do Rio de Janeiro, os Jogos Metropolitanos Ginásio-Colegiais, promovidos pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde.

14 — Noticia-se que o governo do Ceará adquiriu uma área de terra para ampliação da sede da Escola de Agronomia do Ceará.

14 — E' inaugurado o Colégio Estadual de Santos (São Paulo).

14 — Os círculos culturais do Estado de Minas Gerais comemoram a data da Queda da Bastilha.

15 — Encontra-se na cidade do Rio de Janeiro uma caravana de universitários chilenos, integrada por alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Chile.

15 — O Ginásio "Leão XIII" de Terezina (Piauí) comemora o sétimo aniversário de fundação.

15 — Encontra-se em Montevideu (Uruguai) uma embaixada de alunos da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

16 — E' fundada em Campo Grande (Distrito Federal) a Associação dos Professores do Triângulo Carioca.

17 — Encontra-se em São Paulo uma delegação de estudantes da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina).

•18 — Tem início, na cidade do Rio de Janeiro, o curso gratuito de alfabetização mantido pelo Centro de Cultura Integral, com a colaboração da Associação Cristã de Moços.

18 — Segue para Buenos Aires e Montevideu uma turma de alunos dos cursos da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre em missão de intercâmbio cultural e de amizade.

19 — Instala-se o VIII Conselho Nacional de Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro.

20 — Em viagem de estudos, encontra-se em São Paulo o professor norte-americano T. Lynn Smith, diretor do Departamento da Sociologia Rural da Universidade de Louisiana.

21 — Visita a cidade do Rio de Janeiro uma caravana de estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia.

22 — Encontra-se em São Paulo o escritor português José Osório de Oliveira que, a convite oficial do Reitor da Universidade de São Paulo, dará um curso de literatura portuguesa.

23 — E' inaugurada a nova instalação da Discoteca Pública do Distrito Federal, anexa ao Serviço de Divulgação da Prefeitura.

23 — Visita o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a doutora Margaret Hall, psicóloga do "Bureau of Child Study" do Departamento de Educação de Chicago, U.S.A.

23 — O Colégio Anchieta de Belo Horizonte (Minas Gerais) comemora o 10.º aniversário de sua fundação.

24 — Notícia-se que o Diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo autorizou a instalação de doze classes especiais para alunos primários de aprendizado deficiente.

25 — O Sr. Antônio J. Benitez, Ministro da Justiça e Instrução Pública da República Argentina, visita o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação.

25 — Noticia-se que foi iniciada a construção da Escola de Pesca de Santos (São Paulo).

26 — Noticia-se que o Ministério da Educação e Saúde encaminhou ao D.A.S.P., o projeto de instalação de um restaurante na Faculdade Nacional de Medicina.

26 — Os estudantes de economia e finanças que tomam parte no VIII Congresso Nacional de Estudantes entregam ao Ministro da Educação um memorial solicitando a criação da Faculdade Nacional de Economia Política.

26 — Notícia-se que o Instituto Nacional do Livro, do M.E.S., de 1933, até maio de 1945, distribuiu entre 23 países estrangeiros 20.521 volumes das melhores obras de autores e assuntos brasileiros.

26 — E comemorado em Salvador (Bahia) o "Dia do Professor".

27 — Noticia-se que se realizou, na cidade do Rio de Janeiro, a 5.ª Conferência de Diretoras de Escolas de Enfermagem.

27 — Realiza-se na cidade do Rio de Janeiro a 3.ª sessão plenária da Convenção Popular do Distrito Federal a fim de tratar de vários problemas educacionais.

27 — Realizam-se em Recife (Pernambuco) várias solenidades em comemoração ao "Dia do Professor".

27 — Parte da cidade de Salvador (Bahia) uma caravana de estudantes

de filosofia, em visita à cidade do Rio de Janeiro e a Estados do sul do país.

28 — Realiza-se no Palácio Itamarati, na cidade do Rio de Janeiro, a cerimônia de assinatura do Acordo de intercâmbio cultural entre o Brasil e a República do Peru.

28 — Realiza-se a reunião de diretores de colégios particulares do Distrito Federal.

28 — Encerra-se o Curso de Extensão Universitária de Neuro-Cirurgia, organizado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

30 — Instala-se em Ponta Porã a Biblioteca Central do Território do mesmo nome.

31 — Encerra-se o VIII Congresso Nacional de Estudantes, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

31 — Realiza-se a entrega de diplomas da primeira turma de orientadores profissionais da Prefeitura do Distrito Federal.

31 — O Diretor da Divisão de Educação e Cultura do Território de Ponta Porã realiza viagem pelo Território a fim de estudar a possibilidade de instalação de novas escolas primárias.

INFORMAÇÃO DO PAÍS

DISTRITO FEDERAL

Em aviso ao diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o ministro da Educação recomendou que o I.N.E.P, examine a hipótese de ser incluído, em cada número da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", um texto antigo, rigorosamente autêntico, de autor brasileiro, contendo estudo ou informação de valor doutrinário ou histórico sobre educação.

O Senhor Gustavo Capanema recomendou que entre os trabalhos poderiam ser escolhidos, desde logo, o discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos na abertura do Colégio Pedro II, em 1838; o último capítulo das "Cartas Políticas", de Americus, intitulado "Idéias elementares sobre um sistema de educação nacional"; alguns trechos do relatório de Gonçalves Dias sobre instrução pública nas províncias do Pará, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Baía.

A recomendação do ministro da Educação se relaciona com a organização de um plano de publicação dos textos pedagógicos, antigos e modernos de mais significativo valor, tanto do ponto de vista filosófico, como no que tange com a matéria estritamente educadora I. Este empreendimento deve abranger grande número de volumes, cada qual consagrado a um grande autor, ou a um conjunto de autores vinculados pela doutrina ou por qualquer outro traço de aproximação.

Já se acham mesmo em mãos do ministro os originais de um dos volumes previstos, como seja, a tradução da "Ratio Studiorum" (plano de estudos da Companhia de Jesus), trabalho feito pelo padre Leonel Franca.

MJNAS GERAIS

O Governo de Minas Gerais criou quinze novos grupos escolares, a serem localizados, em igual número de sedes distritais de vários municípios do Estado.

PARAÍBA

Foi criado, em João Pessoa, o Centro de Estudos Pedagógicos, que reúne elementos representativos do magistério de todo o Estado, e que tem por objetivo realizar pesquisas de interesse para o ensino e de aplicação social à educação.

SÃO PAULO

Por iniciativa da Seção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar do

Estado, foi instalado, na capital de São Paulo, um curso para alunos débeis da inteligência.

Os alunos para esse curso são selecionados, entre crianças matriculadas nos grupos escolares, por pessoal técnico especializado.

— Foi fundado, em São Carlos, Estado de S. Paulo, um "Centro de Estudos Pedagógicos", que promoverá palestras e debates sobre problemas de educação.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

ALEMANHA

Um notável esforço tem sido feito pelas autoridades britânicas da zona de ocupação da Alemanha no sentido de normalizar a vida escolar e preparar a reabertura das Universidades.

Escrevendo a esse respeito, o comentarista diplomático do "Manchester Guardian" diz: "Espera-se que as Universidades de Hamburgo e Bonn reiniciem suas atividades no menor prazo possível. Estão sendo tomadas medidas para a reabertura das Universidades de Gottingem e Colônia. Na zona de ocupação britânica, já estão em funcionamento escolas primárias com capacidade para um milhão de crianças. Para o milhão restante de crianças, que a tanto vai o seu número na zona de ocupação britânica, estão sendo tomadas as providências para o início de aulas em outubro. Um milhão de livros escolares estão sendo impressos e distribuídos e já estão organizados os planos para um número de exemplares muitas vezes maior.

No que concerne às Universidades a dificuldade imediata consiste, como é fácil compreender, em encontrar professores ou escolher, entre os que existem, aqueles que conseguiram sair da guerra sem estar realmente comprometidos com o nazismo. Torna-se necessária grande precaução e a nomeação de professores universitários, como dos primários, constitui uma tarefa de grande importância e suma delicadeza.

ARGENTINA

O Conselho Nacional de Educação, que é, na Argentina, uma organização executiva e não apenas consultiva, apresentou ao Ministro da Justiça e Instrução Pública o relatório do movimento do ensino primário de 1943. Funcionaram, nesse ano, 14.565 escolas, isto é, mais 150 que no ano anterior. Os professores foram em número de 79 081, ou mais 1 021, que em 1942. A matrícula geral de alunos ascendeu a 2 016 330, e a frequência foi de 1 705 750. No ensino primário

fundamental funcionaram 14 106 escolas, com 1 935 546 alunos matriculados e 1 640 104 frequentes.

CHILE

Durante o ano de 1943, tiveram as escolas do Chile a matrícula de 502 459 alunos, com frequência média de 415 624. Criaram-se 169 novas escolas primárias, duas escolas normais, 16 escolas de comércio e 13 escolas de ensino profissional feminino.

EQUADOR

O Ministério da Educação do Equador pôs em prática um novo tipo de escolas de ensino médio, especialmente destinado a pequenas cidades do interior do país. Essas escolas têm por fim ampliar a escassa cultura que o curso primário fornece e, ao mesmo tempo, prover os jovens de alguma preparação técnico-profissional. O curso está dividido em dois ciclos, de dois anos cada um: o primeiro se destina à cultura geral, e o segundo, à preparação profissional. De acordo com as zonas, em que se estabeleçam, este último ciclo dará ensino industrial ou agrícola.

PERU

Os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Mayor de São Marcos, em Lima, iniciaram um movimento destinado à reforma dos processos de ensino nessa tradicional instituição.

SUÍÇA

Na última reunião do Conselho do Bureau International d'Education, em Genebra, que teve a presença de dezesseis membros dessa organização por parte de igual número de países, e mais a de

observadores de quatorze outros países, inclusive o Brasil, foi examinada, especialmente, a questão dos projetos de novas organizações de caráter internacional, dedicadas ao estudo da educação. O presidente do Conselho, Sr. A. Lachenol, foi encarregado de transmitir à Conferência de Ministros de Educação, reunida em Londres, o desejo do Bureau em associar-se ao movimento de maior entendimento internacional por meio da educação.

Outras resoluções importantes do Conselho foram as seguintes:

a) organização de um inquérito sobre o estado moral, físico e intelectual da juventude, nos países vítimas da guerra;

b) apelo às autoridades escolares e sanitárias, no sentido de maior desenvolvimento da educação da saúde, em todos os países do mundo;

c) maior coordenação dos trabalhos do Bureau, que já funciona há vinte anos, com os de outras organizações internacionais de educação;

d) preparação da IX Conferência Internacional de Educação, a realizar-se em época a ser determinada.

Aprovou ainda o Conselho uma resolução no sentido de que o Bureau solicite ao Ministério de Educação de todos os países um relatório sobre os projetos de reformas de ensino que tenham em estudo, ou em vias de realização.

URUGUAI

O professor Eduardo Mira Lopez, que, recentemente, esteve no Brasil, realizou na Universidade de Montevideu, uma conferência sobre o nosso país. O orador destacou como características do povo brasileiro a generosidade, a afabilidade, a moderação de movimentos, cuja naturalidade denuncia

tranquilidade e segurança. Notou, porém, que ainda não é sólido o sentimento de responsabilidade coletiva. A luta entre o homem e o meio físico, no Brasil, acrescentou, é dos maiores poemas de esforço, capacidade e resistência de sua gente. Quanto ao ensino, declarou haver visitado escolas de primeira ordem, destacando, entre elas, alguns institutos de ensino técnico profissional, dos mais bem aparelhados que já visitou.

— Professores e alunos de dois Institutos Normais de Montevidéu realizaram uma "missão pedagógica" a Caraguatá, núcleo de população distante de outros centros, e onde poderiam ser estudados sérios problemas relativos à higiene, saúde e vida social da população. As observações recolhidas foram

de muito valor, tendo havido surpresa por certos aspectos. Assim, quase todos os habitantes desconheciam por completo o cinema e objetos de fabricação industrial. A experiência foi julgada de grande utilidade para readaptação de determinados pontos do programa de preparação dos futuros professores rurais.

VENEZUELA

O governo da Venezuela, que vem dedicando especial atenção à educação das populações rurais, tem em estudo um amplo projeto de reforma agrária, para venda a baixo preço de áreas cultiváveis. Só assim, têm comentado alguns estudiosos do assunto, será possível desenvolver de modo eficiente a educação nas zonas rurais.

BIBLIOGRAFIA

DONALD PIERSON, *Teoria e pesquisa em sociologia*, "Biblioteca de Educação", Edições Melhoramentos, volume 30, 1945. São Paulo, 454 págs.

Grande desenvolvimento têm apresentado os estudos sociais no Brasil, nos últimos tempos. Esse desenvolvimento tem-se refletido em obras de análise, na discussão de grandes problemas nacionais, no ensino da sociologia, com caráter sistemático. Não se deverá esquecer que esse ensino começou por ser feito, antes que em outra parte, em escolas normais. Com a criação das faculdades de filosofia, passou a ser tratado também, em nível universitário. Já em 1933, porém, fundava-se, em São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política, a primeira a constituir-se, entre nós, como centro de estudos inteiramente devotado à divulgação das ciências sociais e, o que mais importa, à formação de especialistas e pesquisadores nesse ramo de conhecimentos.

À notável obra que essa Escola vem exercendo de modo permanente, se liga a atuação do Professor Donald Pierson, em 1939 para ela contratado. Nessa época, Pierson colaborava com o grande mestre Robert E. Parle, da Universidade de Chicago, em pesquisas na Universidade de Fisk, no Tennessee, onde dirigia um seminário sobre "raça e cultura". Antes, em 1935, já havia estado no Brasil, onde estudou a situação dos negros na Bahia, aí recolhendo

material para o seu importante livro "Negroes in Brazil", mais tarde publicado, e merecedor do "Prêmio Ansfeld", instituído para "o melhor trabalho sobre relações culturais".

A influência do ilustre professor, sobre estudos de sociologia, com caráter científico, em nosso país, tem-se feito sentir por seus cursos, ciclos de conferência e atividade de publicista. Nela agora se insere esta valiosa obra, e que "Biblioteca de Educação" fez bem em juntar à sua conhecida série de estudos pedagógicos, tanto os estudos sociais interessam à reflexão dos educadores.

Na verdade, a obra do Professor Pierson é uma clara e metódica introdução ao estudo científico da sociologia, exposta em excelente plano e com abundante documentação. Preliminarmente, o A. assenta um ponto de vista para o tratamento da complexa matéria. A fim de que a sociologia alcance o desejado caráter científico, será preciso que mantenha clara conceituação; antes de tudo, será necessário distingui-la do "pensamento social", da "filosofia social", da "ética social" e do "serviço social". Pensadores e filósofos sociais, moralistas e trabalhadores sociais podem não ser necessariamente "sociólogos", e, ainda quando o sejam, não será naquelas atividades específicas que realizam sociologia científica. Por outro lado, observa o A., "será erro identificar a sociologia com todo o social". Não é ela uma ei-

ência geral, que abranja todas as outras ciências do social — simples apinhado da geografia humana, da ecologia, da história, da economia, da linguística, do direito, da educação". A sociologia trata dos processos pelos quais os indivíduos humanos, separados no espaço, capazes de existirem biologicamente apartados uns dos outros, combinam-se em unidades maiores, capazes de ação conjugada, isto é, em sociedades; trata, assim, dos processos pelos quais essas unidades maiores se formam e se desintegram".

Admite, por isso, que os principais problemas da sociologia assim se apresentam: o da análise das associações humanas; o da descoberta dos efeitos dessa associação, sobre os indivíduos; e, enfim, o da pesquisa dos meios de mudança e transformação que se operem nas associações humanas. Por outras palavras, à sociologia interessa a "organização social", a "psicologia social" e a "mudança social". Deliberadamente, assim restringe o A. o domínio de sua especialidade, para que os estudos que lhe caibam, possam ter a mesma nitidez e segurança dos demais setores da ciência. Como conseguiu?... O Professor Pierson o expõe em dois fundamentados capítulos, sobre as "inter-relações da teoria e da pesquisa em sociologia", e o "estudo e ensino da sociologia". Será preciso conhecer as "coisas" sociais, ou sejam as realidades da vida coletiva. Mas será preciso não esquecer também que a ciência é um sistema de idéias — de idéias que se apliquem à realidade, é certo — mas, por isso mesmo, que entre si mantenham o nexos de relações de dependência ou de contingência. Não esquece, portanto, o aviso de Kant: "Se os conceitos sem a percepção são vazios, cega será também a percepção sem os conceitos..."

Toda a parte seguinte do substancial trabalho é dedicada à exposição de um sistema de referências, ou dos conceitos sobre que se poderá fundamentar uma sociologia sistemática: isolamento e contato; herança social; competição e conflito; acomodação e assimilação; expectativas de comportamento, e motivos da conduta humana, entre outros.

A análise do que seja a "pesquisa social", e a discussão de seus limites e de seus resultados, é feita depois com a exemplificação de pesquisas hoje perfeitamente definidas em sua técnica: a da "cidade", a dos "contatos sociais", a da "assimilação". Toda a matéria tem assim viva relação com a reflexão social, tão necessária aos educadores. Mas, sem dúvida, o capítulo sobre o estudo e o ensino da sociologia, e os que se subordinam ao título geral de "A caminho de uma sociologia sistemática", interessam profundamente aos professores e ao trabalhador sociais, em geral, qualquer que seja o domínio prático de suas tarefas.

Na situação atual do mundo, os problemas sociais ocupam lugar de excepcional importância. As questões de educação aí se apresentam também de forma substancial. Eis as razões da oportunidade desta obra, destinada por certo, a ter grande influência na direção dos estudos sociológicos em nosso país.

JUAN JOSÉ GÓMEZ ARAUJO, *Aprendizaje y Educación, Problemas de la formación de la Juventud Moderna*, Buenos Aires, 1945, Librería El Ateneo, 317 págs.

Engenheiro, professor da Universidade de La Plata, e diretor de Aprendizagem e Orientação Profissional, no Ministério de Instrução Pública da

Argentina, o A. tem consagrado a maior parte de seus estudos ao exame das questões de preparação da juventude para o trabalho. Neste livro, reúne vários ensaios, expostos em discursos e conferências sobre a importante questão pedagógico-social.

Trata, primeiramente, da orientação da escola rural, cujos problemas relaciona com a questão agrária e de produção, desejando que os núcleos escolares do campo venham a ser não só de cultura geral, mas também de orientação para as atividades práticas. Esta orientação deverá começar no quinto e sexto anos de estudo. Antes, deverá haver cultura geral, embora os assuntos tenham de ser relacionados com os aspectos naturais da região, como recomenda a "escola nova". O problema se liga, na Argentina, como nos demais países da América do Sul, à necessidade de assistência ao escolar, em obras de alimentação, saúde, vestuário e material escolar. Refere a experiência de "colônias-escolas", realizada no vizinho país, sob o título de "aldeias escolares", e que julga ilusória em seus resultados. Para as zonas de baixa densidade de população, prefere a organização de "internatos rurais", já ensaiados, também, em seu país, e cujos resultados educativos julga muito mais eficientes.

O ensino técnico, com fins industriais, a aprendizagem nas fábricas, são os assuntos mais longamente tratados. Depois de bem feito estudo histórico do ensino profissional na Argentina, diz o Professor Gómez Araújo: "O defeito fundamental do ensino técnico de meu

país é a falta de correlação que se observa entre os seus diferentes níveis e graus. Das escolas para formar operários não se pode passar às de ensino técnico, e, ainda, às vezes se torna impossível, ou pelo menos difícil, passar de uma para outras escolas do mesmo grau. Nosso regime federal é outro inconveniente. Os planos e programas são diferentes em cada província, não para que sejam adaptados às necessidades de cada região, mas por uma sensível falta de coordenação e prurido de executar coisas diversas do que outros fazem". Por outro lado, "a aprendizagem direta não está organizada. Sessenta mil menores trabalham nas fábricas sem outro controle do Estado senão o que dispõe uma lei bem intencionada mas já antiquada. Essa lei não visa que o menor aprenda um ofício, aumente sua cultura e aperfeiçoe a sua personalidade moral".

Do estudo do assunto, segundo o exemplo de outros países, o A. chega a concluir pela necessidade de profunda reorganização do ensino técnico, com padrões nacionais, articulação dos cursos e instituição de completo serviço de "aprendizagem" nas fábricas.

O programa, que traça, é afinal idêntico ao que se realiza, entre nós, depois da reorganização do ensino industrial e a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem. E' de notar, ademais, que o Governo Argentino, por decreto de agosto de 1943, já instituiu uma Diretoria de Aprendizagem e Orientação Profissional, para a execução de plano semelhante ao do S.E.N.A.I.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

UNIVERSIDADES CENTENÁRIAS DA AMÉRICA

A celebridade sofre às vezes de confusões históricas. É coisa corrente considerar a Universidade de S. Marcos, de Lima, "Cidade dos Reis", como a mais antiga sede universitária da América latina, assim como a primeira na América saxônica a de Harvard, velho colégio na cidade do mesmo nome. Este último se erigiu sobre os alicerces econômicos e bibliófilos dum legado de 3.800 dólares e 260 volumes deixados por um ministro puritano. A tal respeito, um aluno de Harvard publicou no ano passado uma crônica substanciosa, comparando as duas universidades, como as mais antigas da América; a católica, da capital do Peru, fundada pelo dominicano frei Tomás de San Martín, e a puritana, fundada por John Harvard. Não obstante sua ascendência, não parece que a universidade norte-americana se tenha distinguido por uma tradição mais liberal. Pelo contrário, aludia o cronista mencionado que, criada a Universidade de Harvard num meio de intransigência protestante, se reservou sempre o veto a todas as manifestações ou dialéticas contrárias à autoridade espiritual estabelecida e até mesmo à autoridade política nacional. Enquanto que, nas aulas de S. Marcos, a mensagem de cultura e de fé nunca molestou a autonomia da juventude em seu modo de pensar e de sentir. Apesar

de tudo, isto é um fato freqüente na história das tradições escolares do mundo. Um catolicismo sábio nunca representou tiranias em matéria de ensino secular; o que acontece é que também tem havido e ainda há um mau catolicismo. Os grandes teólogos sempre se preocuparam com a ciência, a arte e o direito, e disto a Espanha pode falar longamente. Teólogos e até místicos espanhóis compareceram ante os juizes inquisitoriais por suas "veleidades" humanísticas e renascentistas. As universidades espanholas, as da mais velha estirpe clerical, foram e são, como as mais laicas, expoentes de rebeldia da massa estudantina. Mas isto já é desviar-nos de nosso tema.

Falávamos de universidades antigas. Recebemos, embora com algum atraso várias publicações da Universidade de S. Domingos, da hispânica república das Antilhas. A 27 de fevereiro do ano passado se celebrou ali o primeiro centenário da Independência, e com essa solenidade, se iniciou também a construção da Cidade Universitária; nessa oportunidade, lembrou-se uma vez mais que foi a Universidade de S. Domingos o mais antigo instituto do gênero criado no Novo Mundo. Se a República Dominicana reclama essa gloriosa primazia, não será demais divulgar tão curioso ponto, que apresenta, aliás, certo interesse histórico. Entre as edições que se lançaram no passado centenário, figura a da bula "In Apostolatus cul-

mine", do papa Paulo III, expedida em 28 de outubro de 1538. ou seja, o V. Kalendas Novembris, e agora impressa em latim, espanhol, francês inglês e português. Vem precedida dum estudo explicativo do atual reitor da Universidade, Dr. Julio Ortega Frier.

O papa Paulo III (Alexandre Farnese), de ilustre memória, consagrou e instituiu como universidade pontifícia em S. Domingos, equiparando-a em privilégios à universidade peninsular de Alcalá de Henares (Espanha), fundada pelo cardeal Cisneros, em 1500, ao instituto docente que a Ordem de S. Domingos mantinha em seu convento naquela cidade. E isto ocorria em 1538. Datando a Universidade de S. Marcos de Lima de 1551, e a de Harvard, nos Estados Unidos, de 1638, é evidente que o centro universitário antilhano conta treze anos de idade mais que sua congênera do Peru, e um século mais. exatamente, que o velho Colégio de Harvard. E avulta ainda mais sua velhice porque esta não parte, não arranca, por assim dizer, dum ato do pontífice Farnese, no sentido de que tal ato foi criação, porque se trata duma ratificação, duma consagração de coisa já existente. Deu-se com efeito autoridade, categoria e competência universitária a um colégio que já existia pelo menos há vinte anos constituído pela inculta Ordem dos Padres Pregadores. Um colégio, enfim, que se elevou à categoria de universidade. Cabe perguntar, em seguida, por que a quatro vezes centenária Universidade de São Domingos não soube salientar essa vantagem de prioridade na América ao pé de outras universidades, como a de Lima. À parte parênteses produzidos pelas vicissitudes políticas, posteriormente, coisa que não justificaria a perda

de sua antiga primazia, tão pouco se tratava dum organismo universitário exclusivamente dominicano, pois às suas aulas compareciam e recebiam ensino estudantes seculares, além de que nem todas as matérias eram religiosas. A universidade foi autorizada desde 1538 a expedir títulos de grau universitário, como tantas da Ordem, igualmente qualificadas. A razão que pôde obscurecer tal privilégio foi outra, e bem interessante. Alguém pôs em dúvida, nos princípios do século XVIII, a legitimidade da prerrogativa universitária que amparava, na capital da antiga ilha espanhola, o signo de S. Tomás de Aquino. E esse alguém não foi instituto ou autoridade civil, mas sim outra ordem, a dos padres da Companhia de Jesus. O pleito que abriram culminou arbitrariamente com uma lei do rei da Espanha, a 2 de agosto de 1758, pela qual se destituía do privilégio de primado a Universidade dos dominicanos de S. Domingos. Fundava-se a lei no fato de que o privilégio não fora confirmado pela decisão do soberano das Espanhas.

A questão teve sua origem em outro antigo colégio ou Estudo, como então se chamava, na mesma ilha: o Colégio de Gorjon, nome esse do doador das rendas a uma escola de missionários. Este colégio em 1583, ao estender o campo de seu ensino, recebeu o nome de Universidade de Santiago da Paz. Esta universidade apenas ensinou gramática e sua situação precária se foi tornando cada vez mais difícil com o decorrer do tempo. Em 1603, o arcebispo da ilha conseguiu substituir a universidade por um Seminário Conciliar, aproveitando as rendas de Gorjon. E, a seguir, os jesuítas, infiltrando-se nas cátedras do Seminário e agradando ao arcebispo, propuseram a criação dum colégio com os meios econô-

micos do novo seminário, acrescentados de outros donativos. No ano de 1701, o rei espanhol acedia a quanto pretendiam os jesuitas, e ainda mais: a demolir os arruinados edifícios do caduco Colégio de Gorjon ou Universidade de Santiago da Paz, e reter as rendas. Os filhos de S. Inácio, estimulados por tantas facilidades então reclamaram também os privilégios acadêmicos de 1558 e ainda que fosse seu instituto a única Alma-Mater da ilha, argumentando que a universidade dos dominicanos, que vivia sua vida próspera e útil, se ressentia da falta de autorização legítima.

O pleito foi emaranhado como todas as contendas jurídicas; aliás, era orientado pelo acreditado engenho dos jesuítas. Os padres pregadores se prepararam para defender sua prerrogativa universitária. O primeiro obstáculo que encontraram foi que o traslado original da bula "In Apostolatus culmine", da Santa Sé, perecera nos incêndios que o inglês Drake provocara em seu ataque a São Domingos, em 1586. Os dominicanos tiveram de utilizar como prova uma cópia certificada, que, é claro, deveria ter a mesma força probatória. Mas os jesuítas, ao mesmo tempo que impugnavam aquele testemunho, alegavam que, de qualquer maneira, a bula não era válida em seus efeitos porque não passara pelo Conselho das Índias. Numa palavra: faltava o referendum real.

Aqui, porém, claudicavam os opositores dos dominicanos. Pelo próprio direito espanhol, em seu "Código das Sete Partidas", de Afonso o Sábio, os antigos Estudos Gerais (com mestres de gramática, lógica, retórica, aritmética, geometria e astronomia) podiam ser estabelecidos pelo papa, o impedidor ou o rei. Além de que a univer-

sidade tomista de S. Domingos vinha funcionando havia tempo como tal e o próprio Conselho das Índias não julgava de seu dever eliminá-la. Os jesuítas, encerrados em suas próprias redes, apelaram então para um pacto ou transação com os rivais acordando ambas as partes em conceder-se reciprocamente o direito de possuírem sua própria universidade. Assim concluído o conflito, os macinos obtiveram seu título; mas os dominicanos, insistentes e despeitados, não conseguiram o que lhes cabia, o que já era pôr em dúvida a legitimidade do antigo título que possuíam desde 1538. E, já com nova universidade e sua influência na corte espanhola, os jesuítas conseguiram vencer os pregadores com a cédula real de 2 de agosto de 1758, pela qual se negava o privilégio aos dominicanos. Finalmente, o destino se encarregou de vingar a estes últimos, nove anos mais tarde, quando a Espanha expulsava os jesuítas da península e dos domínios. O Colégio de Gorjon voltou ao Arcebispo, a Universidade de Santiago da Paz ficou extinta e sobreviveu, triunfante a dos dominicanos.

E a Universidade de S. Domingos atravessou depois períodos graves, chegando mesmo a ter de viver de esmolas. Cumpria, no entanto, pensamente seu importante trabalho e, paulatinamente, foi-se incorporando ao patrimônio nacional, até converter-se em instituição laica. Nos tempos da dominação haitiana, teve de fechar as portas, mas em 1859 voltou a funcionar. Atualmente, a Universidade de S. Domingos já não é, decerto, a primitiva cela dos dominicanos, mas um poderoso foco de cultura universitária moderna. E além disso, com sua tradição, sua história e o direito legítimo de seus mestres, de seus reitores e de seu povo, para festejar solenemente sua fundação como a

mais centenária de todas as universidades da América, de raizame bem hispânico, por católica, e espanhola em suas origens. — LUIS AMADOR SÁNCHEZ, (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo).

A EDUCAÇÃO E A DEFINIÇÃO DE VALORES

Estamos atravessando uma época de insondável ebulição político-social, a qual, por isso mesmo, requer empenho nunca excessivo no sentido da formação do indivíduo e da radicação de uma sã mentalidade coletiva apta a distinguir o bem do mal, a discernir sobre a justa hierarquia dos valores, a não consentir que os interesses permanentes sejam sacrificados sob o ímpeto da avalanche dos interesses transitórios e secundários. Em semelhantes circunstâncias, bem como diante de tamanho escopo, bem se compreende o papel que a educação mais do que nunca se vê chamada a desempenhar, a fim de que os valores eternos da vida mereçam do homem o sacrifício daqueles valores convencionais, precários, perigosos e que iludem, satisfazendo a cobiça dos sentidos.

Já tivemos a oportunidade de focalizar aqui idéias expendidas por Sir Richard Livingstone, do Corpus Christi College, de Oxford, ao assinalar que em nenhuma fase da vida britânica tanto a Grã-Bretanha se preocupou com a educação do seu povo quanto na atualidade. Três razões fundamentais são aduzidas como fundamento da atitude do Estado inglês.

A primeira delas ressalta do crescente e flagrante relevo que o conhecimento reveste no mundo moderno. Na segunda está implícita a compreensão do homem no tocante às grandes possibilidades que lhe oferece a civilização, desde que o homem adquira não só técnica, ao serviço do progresso,

mas se muna de educação, a fim de que o progresso deixe de contradizer as exigências espirituais e morais da existência.

Com aquelas possibilidades se mesclam benefícios, desordens, perigos. A educação realiza, em tais conjunturas, a tarefa cautelosa de distinguir o bem do mal. Aparelha a criatura para colimar a plenitude de seu destino, de acordo com as aptidões de cada qual, limitado ao mínimo o dano a si próprio e aos interesses comuns.

A terceira razão porque, não só para a Inglaterra porém, principalmente, tendo-se em vista países em começo de formação, conforme o exemplo do Brasil, a terceira razão porque deve ser preponderante, na atualidade, o interesse geral pela educação, é corolário do fato de que dela dependem profundos interesses que se vinculam ao presente e ao futuro dos povos. Vivemos uma fase de eferescências sociais. Agitam-se no bojo dos acontecimentos duas revoluções: uma revolução social e econômica, paralela a uma revolução política. Felizes os povos que saibam demonstrar capacidade para solver os problemas ligados às reivindicações sociais e econômicas, utilizando-se com eficácia da evolução. Venturosos os povos que souberem guardar uma linha de fidelidade ao princípio de que a obra de governo é uma obra de crítica. Tanto mais seguros os seus resultados quanto mais a estrutura política se apoie na inalterável coexistência da maioria e da minoria, como forças complementares, visando a um fim comum: o interesse geral.

Que se trate de reivindicações sociais e econômicas, ou de reivindicações políticas, não olvidemos que acima de tudo devem planar os objetivos espirituais. Fujamos à ilusão que nos leva a admitir seja possível encontrar para

os problemas humanos soluções adequadas e perduradoras mediante apenas o auxílio dos meios que a ciência põe ao alcance do homem. Não basta o conhecimento científico para que o progresso realize de maneira satisfatória os desejos humanos, harmonize e acalme os interesses dos homens. De certo, não basta.

Pode-se afirmar que a maior parte das dificuldades deriva de nós mesmos, depende da correção da natureza de cada indivíduo, da retificação de suas demasias, de maneira que se ajustem aos interesses comuns. Por essa mesma suprema razão também não basta organizar os sistemas educativos, nem prover o Estado dos meios de cultura que ensanchem o aperfeiçoamento do espírito humano.

Preocupar-se com os aspectos morais da instrução, eis o cerne do problema. impõe-se, antes de tudo, saber o que vai ser ensinado, de forma que o conhecimento retoque as arestas do instinto de conservação, em vez de tornar mais agudas ainda as tendências egoísticas. Muito mais do que a transformação da "inteligência, pelo influxo do conhecimento, é necessário que a mudança se opere no recesso do coração.

Sabe-se que o materialismo continua a subverter os objetivos colimados através das tarefas da educação. A verdadeira atitude da inteligência, diante da vida, já corresponde a uma filosofia da vida. De modo que a educação atingiria melhor os seus fins, se cada um de nós visasse firmemente e procurasse preferencialmente alcançar as cousas que ficam além do limite das necessidades materiais imediatas. A ciência, a tecnologia, a economia, conforme adverte a autoridade citada, sem dúvida constituem instrumentos essenciais ao aperfeiçoamento da existência no mundo moderno. Não nos esqueçamos, todavia,

de que esses instrumentos nos vinculam mais do que aos meios de vida aos fins que devemos colimar. Uma visão clara desses fins é tão essencial à vida quanto ao domínio dos meios através dos quais buscamos atingir os fins.

A existência do homem se desenvolve por assim dizer entre dois mundos: um mundo material que, no decurso das idades, se transforma passo a passo com o progresso da civilização, e um mundo moral, diante de cujo desaparecimento a própria noção de Deus perderia o seu significado. O verdadeiro mundo é o mundo dos valores espirituais. O sacrifício desses valores ao predomínio dos instrumentos da cultura e da técnica tem repetidamente atirado a humanidade ao âmago de confusões insondáveis. Mantenhamos permanentemente essa idéia na inteligência. Mais do que isso, deixemos que a sua luz suave, perene e sadia inunde o nosso coração, se queremos viver sem colisões profundas com a ordem das coisas, com essa mesma ordem que nos atribuiu uma tarefa na equilíbrio e no fastígio da beleza universal. (*Jornal do Comercio, Rio*).

REVISÃO DE ATITUDES NO EXAME DO PANORAMA EDUCATIVO BRASILEIRO

Parece que, no momento, só no Brasil o exame do panorama da Educação continua a ser feito por um só ângulo, considerado o ensino como responsável único por uma situação de textura complexa, de que é a resultante de várias e diferentes determinantes sociais.

O conflito entre o homem e o meio (encarado este em seus vários aspectos) oriundo certamente da ausência em um e outro de fatores positivos tendentes a facilitar a integração é, via de regra, atribuído à inoperância da preparação funcional do homem.

Assim, encarado o meio como elemento estático e não sujeito aos instrumentos de controle social, volve-se ao tratamento do homem a quem se insiste em atribuir todas as responsabilidades pelo mau êxito do processo de integração. O remédio heróico há de ser o ensino. Bom ensino solucionaria o problema brasileiro de adaptação social. Bom ensino criaria a indústria nacional, desenvolveria os comércios interno e externo, autorizaria a prosperidade.

A grande solução reside, pois, no volume e excelência do ensino.

Da propositura das teses ao equacionamento dos dados para as soluções objetivas, dividem-se, então, os doutrinadores em dois grupos: o que preconiza o ataque ao mal presente pela formação de elites culturais, e os que insistem pela preparação imediata das massas. O primeiro grupo fundamenta a preferência requerida por julgar que a preparação da massa será sempre má, enquanto bons não forem os orientadores de seu preparo. Julgam os segundos, baseados em argumentos semelhantes, que de uma coletividade má poucos e maus elementos poderiam ser recrutados para acesso aos graus superiores da cultura. Como os teoristas, os técnicos, por sua vez, se dividem, opinando uns por uma completa revisão das finalidades do ensino, responsáveis que as julgam pelo insucesso dos meios ora empregados, enquanto outros afirmam, pelo contrário, que o é a idoneidade dos meios que está comprometendo a excelência dos fins.

Contendas ingênuas e estereis, vidas sem saída, como estas, se multiplicam tendo por objeto desde os princípios gerais de Filosofia da Educação até os ínfimos detalhes de didática especial, solenemente proclamados responsáveis pela decadência do ensino no Brasil. A verdade porém é que alfabetização,

reformas escolares, modificações de currículos, planejamento de programas, são problemas subsidiários, peças integrantes de um panorama muito mais amplo dentro do qual devem encontrar situações em termos de quantidade e qualidade. Desconhecida a perspectiva do quadro, a locação dos detalhes resultará sempre em eterna contradança onde as peças mudam de lugar mas continuam a se dispor em bases de referências hipotéticas.

O exame do estado da educação nacional não pode continuar a ser feito através do aparelho de ministério do ensino, tão só. Professores, alunos e equipamentos escolares são detalhes no plano educativo, como detalhes são, no de ensino, os métodos e as técnicas especiais de transmissão da experiência. Parte de um todo, dele vivendo, o ensino, em qualidade e quantidade, há-de ser reflexo da estrutura orgânica do Estado, dependente das condições dos dois polos entre os quais gira: o homem e o ambiente. Um plano de ensino há que ser calado sobre um plano de educação e este sobre bases ambientais econômicas, financeiras e de saúde. Educar, em sentido dinâmico, é promover a integração do homem no meio e a elevação de ambos para um nível superior, fonte de dignidade e bem estar.

Quem se tenha dado ao trabalho de acompanhar as atividades de outras nações no terreno da planificação educacional terá observado que elas seguem, e não poderia ser de outra forma, as reformas tendentes a auxiliar a evolução progressiva do ambiente e de seus reflexos sobre a estabilidade individual.

Progresso, em qualquer terreno, não é imposto por leis ou regulamentos, mas tornado possível pela vitalização racional dos componentes orgânicos do meio. Urge, pois, uma retificação de atitudes

em face dos problemas de educação. Sem esse primeiro passo, tornar-se-á ao campo das discussões de "sub-problemas" desarticulados, focalizadas as partes de um todo, como se cada uma, por sua vez, fora o próprio todo.

Planejamento, em educação, terá que ser entendido como absissa orientada para uma ordenada que represente o meio, em sua expressão econômica, eis que esta é que determina, pela estabilidade financeira que gera, uma das mais importantes condições de adaptabilidade do indivíduo. Em rigor não seria de se admitir, na órbita do Estado, planejamentos parciais, certo é que a característica básica do plano em Política reside em sua capacidade de totalização.

Cada povo, ao se findar a presente guerra, terá que levantar seu balanço. Uma revisão geral de fins e meios, na condução do processo social, se anteporá, então, ao homem, emerso, do presente conflito, como único caminho à sobrevivência. Iniciemos no Brasil nosso exame de consciência, como primeiro passo para uma completa revisão de atitudes. Façamos o levantamento consciencioso dos títulos do passado para construirmos, com a experiência advinda de suas conseqüências, um caminho de sinceridade e de trabalho útil.

Firme o meio econômico, garantida a estabilidade financeira, elevados os padrões de sanidade será fácil integrar no plano geral a quota da educação.

Passemos, só depois, à regulagem e verificação de fins e escolha dos meios adequados. Ninguém pode, em sã razão, deitar sobre as administrações, por que passou o país, as culpas, em total, de eiros de ação ou omissão. Só um grande erro tem perseverado: — o do horror à investigação e ao exame. Nunca houve, no Brasil, um inquérito sério e orientado com propriedade e discerni-

mento, que pudesse, ao menos, oferecer base razoável para qualquer apreciação sobre o processo educativo, em qualquer de suas fases. Não sabemos, a rigor, senão através de conjecturas ou de julgamentos pessoais, o que foi, nem o que é o ensino no Brasil, do ponto de vista de sua eficiência. E, tão ingênuo é o julgar-se a Escola Secundária, em geral, pela qualidade da pequena clientela que ocorre à Escola Superior, como condenar-se a Primária, como um todo, pela minoria que desta chega aos cursos secundários. O que se impõe, já agora, não são os exames parciais, as críticas sem base nem as medicações polivalentes. Urge examinar o passado e interrogar o presente. Esta é uma tarefa de todos. Que a Administração estabeleça as diretrizes de um plano geral de reabilitação social. Dentro dele e paralelamente à ação de sociólogos, políticos, economistas, financistas, médicos e sacerdotes, fixe o educador as bases para criação do nosso sistema de educação. Para isso há que levantar-se o acervo do passado, interrogar o presente e, por comparação, fixar valores que tenham, no futuro, expressão real. Troquemos por este árduo trabalho a preocupação inútil de criticar detalhes de um todo desconhecido. — JUBÊ JUNIOR, (*Jornal do Comércio*, Rio).

A REVISÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS E O ESPÍRITO INTERNACIONAL

Dizia, certa vez, o prof. Roquette Pinto, com o lampejo de síntese de que tem o segredo, que nos interessa muito mais saber como são educadas as crianças dos países vizinhos do que como são fundidos os seus canhões.

Nunca foi tão necessário, como agora, fazer uma revisão de fins e meios de educação.

Para o espírito internacional, no sentido da fraternidade humana, a revisão dos meios didáticos se impõe.

A identidade da inteligência e a unidade da natureza informam da mesma feição geral as matérias ou disciplinas dos currículos escolares.

E o veículo mais comum de sua transmissão é o compêndio escolar.

O problema tem sido apreciado e estudado no que se refere sobretudo à história menos à geografia.

E' conhecida a monografia de I.L. Claparede sobre "L'enseignement de l'Histoire et l'Esprit Internationale", de 1931, onde o problema é examinado exaustivamente.

Entre nós, diversos convênios estabeleceram normas de revisão dos textos de História, no que diz respeito a referencia ou agravos aos países da América.

Em conferência sobre a origem das técnicas, realizada sobre a origem das da Descoberta na Exposição de Paris, recordou o sábio Paul Rivet os vários aspectos da colaboração de todos os povos, desde os primitivos anônimos, que descobriram o fogo, a roda, a veia, até as contribuições mais recentes para a civilização.

E Afrânio Peixoto, em memória apresentada ao 8.º Congresso Científico Americano de Washington, de 1942, sobre Educação e Cultura "Nacionais", acentuava os inconvenientes da exaltação do espírito nacionalista, desde os bororós ou nhambiquaras aos povos eleitos da Europa.

Já em 1865 dizia o grande Visconde do Rio Branco, com a autoridade de um patriotismo sem contraste e de pacificador do nobre Paraguaí:

" Pois, senhores, não devemos também supor em nossos inimigos, a par de maus instintos, a par de suas paixões violentas, algum sentimento nobre, algum móvel honroso nas hostilidades que nos fizeram?! Não devemos também supor que alguns daqueles que combatiam contra o Gal. Flores queriam a autoridade legal do seu país, a ordem constitucional, a influência que julgavam mais benéfica à propriedade do seu país? Não devemos supor que muitos daqueles que empunharam as armas contra nós considerassem injusta a guerra que lhes levava o Brasil? E' assim que se julgam e se resolvem conflitos internacionais? Somente nós compreendemos o que é justiça, somente nós temos patriotismo; aos nossos inimigos devemos negar tudo, eles só têm instintos ferozes, paixões condenáveis" !

E' por certo a história a disciplina mais delicada e que deve merecer mais cuidados.

As condições apresentadas por I.L. Claparede para os manuais de História, de acordo com as resoluções de Congressos e Comissões diversas foram as seguintes: 1 — Objetividade. 2 — Imparcialidade. 3 — Exclusão de malevolência. 4 — Noções sobre a guerra relativas às suas consequências desastrosas sempre. 5 — O progresso das relações internacionais. 6 — Fixação da ordem jurídica internacional. 7 — Noções de Direito Internacional.

Uma das sugestões mais eficientes nesta disciplina será a de ser feita uma sinopse da História da Civilização por um grupo de especialistas de vários países de autoridade incontestável pelo passado da obra já publicada, fixando os fatos fundamentais, sem qualquer agravo a qualquer país ou povo. Por este se moldariam os compêndios nacionais, que, naturalmente,

poderiam dar ênfase às questões peculiares de cada um.

O órgão internacional de educação, que se reclama por toda parte, à semelhança da Repartição Internacional do Trabalho, fará a verificação desses compêndios, sem qualquer sanção violenta, mas denunciando ao mundo a transgressão neste agravo ao espírito de fraternidade.

O mesmo se fará em relação a geografia, no sentido de acentuar a interdependência cada vez maior de todos os povos da terra, produtos industriais.

As outras disciplinas, da matemática às artes, também comportam uma referência à colaboração de todos os povos para a sua elaboração, podendo-se utilizar em algumas o processo genético tão fecundo, de maneira a acentuar que nenhuma delas se construiu sem a participação de criadores e pesquisadores de várias origens. Os compêndios poderiam ter um rápido esforço histórico, indicando os nomes com as respectivas nacionalidades, sem excluir, antes lembrando em cada um a contribuição dele próprio ou o desenvolvimento que neles pôde ter a disciplina graças à inteligência e capacidade de seus cultores.

Toda vez que um nome qualquer for citado, dar-lhe a nacionalidade, evocando assim a imagem de que a civilização, cujo amplo conteúdo é o resultado de uma grande obra coletiva que a todos aproveita, a despeito das divergências e incompreensões.

Na revisão geral dos fins e dos meios da educação, que a nova estrutura do mundo está impondo, há um papel relevante para os compêndios escolares.

De acordo com o estudo que vem sendo feito em Congressos de História, de Educação Moral e de Convenções

entre vários países, é necessário uma revisão dos compêndios de História, que poderá ser feita mediante um texto uniforme, elaborado por especialista de notória insuspeição cultural e mera!, ao qual se adaptem os textos nacionais.

Os compêndios de todas as matérias deverão indicar, em escorço rápido, a contribuição de cada povo e para a sua elaboração sem esquecer o que se fez no próprio país, mostrando que a obra da civilização é uma só e deve ser apresentada nos livros escolares primários e secundários, de modo a formar um compreensivo sentimento de fraternidade humana. — VENÂNCIO FILHO. (*O Jornal*, Rio.)

A DENOMINADA EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS

A terminologia pedagógica resente ainda de imperfeições, e, até o momento, ninguém, a guisa do que Globot, Lalande, Cuvillier fizeram com o vocabulário filosófico, lhe dedicou estudo sistemático a fim de precisar e classificar as múltiplas acepções de suas palavras. Habitados a certos termos, interpretamo-los a nosso modo, ao contato com obras, onde, não poucas vezes, são empregados de modo bem diverso.

Educação dos sentidos é expressão consagrada pelo uso, se bem que, como passaremos a ver, não exista correspondência entre seu significado e o que possa ser sugerido pelos elementos formadores da locução, que, interpretada literalmente, se presta para obscurecer noções, porque a rigor não há educação dos sentidos. Consideremos:

a) A acuidade dos órgãos sensórios não é susceptível de melhoria por meio de exercícios. Se tal coisa se verificasse natural seria o aumento da acuidade com o avançar dos anos mas,

provado está que as sensações cutâneas, visuais e musculares são de menor acuidade nos adultos que entre as crianças.

b) Certos defeitos dos órgãos dos sentidos podem ser tratados, porém não é nisso que se pensa, quando se usa a expressão "educação dos sentidos".

c) O marinheiro, em alto mar, distingue embarcações à distância, onde nós não afeitos ao reino de Netuno nada divisamos. Fato semelhante ocorre com os condutores de caravanas nos desertos. No entanto, tais homens, examinados por oculistas, nem por isso tem visão melhor que a dos demais indivíduos.

Já se comprovou experimentalmente que cegos destros em ler seu alfabeto em relevo, portanto tendo grande poder de discriminação tátil, não possuem apesar disso limiar de sensação mais baixo que as pessoas acostumadas a ler com auxílio da vista.

Disso facilmente se conclui: os fadados exercícios de educação dos sentidos não produzem mudanças localizadas no órgão sensorial, todavia seria absurdo negar-se a melhoria da percepção. Como explicar melhoria da percepção? Para tanto concorrem:

a) A aquisição e melhoria do hábito de fixar a atenção sobre os dados sensoriais;

b) Em se tratando do tato convém ressaltar: o emprego das partes mais sensíveis, a prática na execução de movimentos exploradores que não só ampliam o número de contatos como servem também para dar conexão entre as várias percepções. Quando desejamos identificar um objeto pelo tato, não nos limitamos a tocá-lo com as pontas dos dedos e sim executamos o referido movimento explorador. Outra

não é a razão dos movimentos feitos pelo cego com o mesmo fito;

c) Importante é a contribuição da memória, pois as experiências anteriores facilitam a interpretação das sensações, porque possibilitam dar-lhes significação. Essa capacidade de dar significação aos dados sensoriais é fator para que a figura se sobressaia ao fundo.

A vista disso, parece-nos mais adequado dizer-se educação da percepção, pois assim procedendo, as palavras expressarão aquilo que psicologicamente se verifica. — p. SONNEWEND, (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo.)

A IMPRENSA UNIVERSITÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS

Há poucos dias, foi inaugurada no Palácio de Educação, sob os auspícios do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, uma exposição de livros das imprensas universitárias dos Estados Unidos. Cem volumes aproximadamente estão expostos. Alguns interessam, especialmente, aos leitores brasileiros, tais como a biografia de Dom Pedro Segundo, por Mary Wilhelmiue Williams, ou a tradução de "Os Serões", por Putnam. Outros atrairão especialistas, pois, além de história, eles tratam de antropologia, sociologia, medicina, filosofia, relações internacionais e uma dúzia de outros assuntos mais.

Mas, mesmo uma centena de bem selecionados volumes poderão apenas ilustrar alguns aspectos do trabalho das imprensas universitárias. Não tentarei dizer-lhes do que tratam esses livros. Gostaria, entretanto, de descrever brevemente o que é a imprensa universitária e qual o lugar que ocupa na indústria gráfica dos Estados Unidos.

Cerca de trinta e cinco das maiores universidades dos Estados Unidos fun-

daram suas próprias impressas nesses últimos cinquenta ou sessenta anos. Podem achar estranho que o trabalho de impressão para as universidades não seja feito normalmente por firmas comerciais. A explicação para esse fato é que as pesquisas feitas nas universidades são necessariamente especializadas. Embora os resultados do trabalho de laboratório, como, por exemplo, no campo da medicina ou da física, sejam do maior valor para a humanidade, é sempre dedicação aos detalhes da investigação. Assim sendo, é destinado somente ao leitor especializado e ao técnico. Tais livros não atraem qualquer leitor e o número de exemplares é pequeno. Nenhuma firma comercial poderia lançar livros que teriam pouca probabilidade de proporcionar algum lucro ao editor.

Mas, as universidades têm necessidade de publicar os resultados do trabalho dos seus professores e de seus graduados, porque as pesquisas, para serem úteis, tem que chegar ao conhecimento público e devem ser aproveitadas por outros que se dedicam ao mesmo assunto. A imprensa universitária foi criada para lançar livros de valor que não poderiam ser publicados comercialmente.

Em regra geral, a imprensa é organizada separadamente da universidade e seu diretor deve dirigi-la como um negócio igual a qualquer outro, embora quase todas as impressas recebam subsídios e doações que as tornem aptas a enfrentar algumas das despesas de funcionamento. A responsabilidade em selecionar o trabalho a ser publicado é imposta a uma comissão da faculdade, comissão esta que escolhe apenas livros de valor permanente ou dedicados a aperfeiçoar a sabedoria humana. A maior parte dos livros selecionados são de professores ou de estudantes já

formados pela universidade, mas a imprensa universitária está aberta, a qualquer tempo, a trabalhos considerados de valor, sejam de professores ou não e que não poderiam ser publicados lucrativamente por um editor comercial. Se o diretor da imprensa pode reconciliar essas duas tendências divergentes, o lucro e o valor intelectual, ainda bem; mas o que ele deve ter sempre em mente é que a imprensa existe, não para angariar lucros, embora isto seja desejável, mas para publicar livros que devem ser publicados.

Podem supor que, pelo fato de sua pouca popularidade e do reduzido número das edições, os livros dessas impressas não sejam bastante importantes ou agradáveis de ser vistos. Mas, ainda assim, em mil novecentos e quarenta e quatro as impressas universitárias publicaram mais de quinhentos novos trabalhos. No que se refere à sua aparência, creio que, quando virem os livros expostos no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, compreenderão porque todos os anos as impressas universitárias se colocam tão em evidência nas listas dos editores que recebem prêmios nos concursos das artes gráficas. — ALEXANDRE MARCHANT, (*O Jornal*, Rio).

O ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Costumam dizer os americanos do Norte que eficiência e democracia são princípios dominantes da nossa civilização. São, evidentemente, princípios muito mais característicos da civilização ocidental, na América do Norte. Tendem a ser cada vez mais princípios dominantes da civilização na América do Sul, no Brasil. Já se foi a época dos privilégios de nascimento, embora ainda se viva na época dos privilégios

de fortuna. A riqueza é, entretanto, mais fácil que a tradição de sangue. O plebeu sem nobreza pessoal traz ainda nas veias o sangue azul de pais nobres. Nenhum filho, contudo, pode herdar os milhões de um pai arruinado em aventuras, econômicas. E' preciso que seja eficiente para readquirir a fortuna perdida por seus maiores; é sempre necessária alguma eficiência para gerir fortunas herdadas ou para conduzir a nau de ouro através das tormentas econômicas, que de vez em quando assolam o mundo. A época dos privilégios de fortuna já traz a semente da época dos privilégios da eficiência. Para ela caminhamos a passos largos. Daí uma tendência cada vez mais pronunciada para uma educação menos de ornamento e de caráter cada vez mais prático — prático, é claro, em sentido largo e arejado, não estreito e tacanho.

Ser eficientes em qualquer campo de atividade é ter nele visão larga, completa, clara e precisa, conhecê-lo bem através da experiência própria e alheia — esta adquirida entre mestres e livros — de modo a se poderem usar os melhores meios para atingir, com o mínimo de tempo e de esforços, os objetivos visados pelo homem ou pela sociedade. Esses meios só a ciência pode fornecê-los. Ciência como conhecimento sistematizado. Ciência, sobretudo, como conhecimento fundamentado na observação objetiva dos fatos, na experiência, não nas reações afetivas, no apego à tradição, aos costumes, aos caprichos e preferências individuais.

À expressão eficiência tem sido dado um sentido exclusivamente econômico, assim mesmo, restrito. Eficiente é o

que é capaz de produzir bens materiais, mercadorias, automóveis, calçados, açúcar, sabonetes... Entretanto, evidentemente, a noção de eficiência tende e invadir outros campos de ação: jurídico, político, educacional etc. Todavia, nos limites destes campos de ação com a esfera das atividades propriamente econômicas, situam-se os reacionários, de arma em punho contra a invasão da noção de eficiência, necessariamente também contra as pesquisas objetivas da ciência.

Até há pouco tempo a ciência lidou quase que exclusivamente no campo dos fenômenos físicos e contribuiu para a eficiência no campo do mundo material. Agora, porém, com as últimas conquistas da Psicologia e das ciências sociais é de se esperar contribua para a eficiência em outros setores da atividade humana. Contudo, a Psicologia, a Sociologia, a Economia Política, a Ciência das Finanças etc, gozam ainda de "apreciável" antipatia dos que caminham devagar, porque são filhas do período de segurança referido por Stephan Zweig. No passado, porém, as ciências naturais não gozaram de menor resistência de parte dos reacionários ...

Por isso tudo está o ensino geral e comum de segundo grau fechado ao estudo das ciências sociais, excluídas, é claro, aquelas tinturas que a tradição permite. A Psicologia, pobrezinha, há de se contentar em receber tratamento filosófico, se não metafísico e estratosférico, para que possa tornar-se inofensiva, em certos terrenos, ao império dos ineficientes. — R. DE M. (*Folha da Manhã*, São Paulo).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 7.918 — DE 31
DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Escola Nacional de Arquitetura, criada pela lei n.º 542, de 5 de julho de 1937, denominar-se-á Faculdade Nacional de Arquitetura, e será organizada nos termos do presente Decreto-lei

Art. 2.º A Faculdade Nacional de Arquitetura terá as seguintes finalidades:

o) ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando a preparação de profissionais altamente habilitados;

b) realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino.

Art. 3.º A Faculdade Nacional de Arquitetura manterá dois cursos seguintes, a saber:

- a) curso de arquitetura;
- b) curso de urbanismo.

Parágrafo único. O curso de arquitetura, acessível aos portadores do certificado de licença clássica ou de licença científica, mediante a prestação de concurso vestibular, será de cinco anos; o curso de urbanismo, acessível aos portadores do diploma de arquiteto ou de engenheiro civil, mediante a prestação de concurso vestibular, será de dois anos.

Art. 4.º Aos alunos que concluírem o curso de arquitetura conferir-se-á o diploma de arquiteto; aos que concluírem o curso de urbanismo, o diploma de urbanista.

Parágrafo único. O título de doutor em arquitetura ou em urbanismo será conferido ao candidato que, dois anos pelo menos depois de graduado, defender tese original de notável valor.

Art. 5.º O conselho técnico-administrativo da Faculdade Nacional de Arquitetura, constituído de seis professores catedráticos, ouvida a congregação, assim como os representantes das instituições profissionais ou culturais interessadas, e tendo em vista os preceitos gerais da legislação do ensino superior, organizará e encaminhará ao governo, no prazo de trinta dias, os seguintes trabalhos:

o) projeto de regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, dispondo não somente sobre a organização dos cursos de arquitetura e de urbanismo, mas também sobre o regime didático, disciplinar e administrativo peculiar ao estabelecimento;

b) projeto de regimento da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Parágrafo único. O regulamento referido na primeira alínea deste artigo disporá sobre a adaptação dos alunos do atual curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes ao curso novo estabelecido.

Art. 6.º A congregação inicial da Faculdade Nacional de Arquitetura será constituída pelos professores catedráticos próprios do curso de arquitetura ora ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes.

Art. 7.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as funções gratificadas de diretor (F.N.A. — U.B.) e de secretário (F.N.A. — U.B.), com as gratificações anuais, respectivamente, de Cr\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros) e de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Parágrafo único. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros), para atender, no corrente exercício, ao pagamento da despesa de que trata o presente artigo.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — GETULIO VARGAS — *Gustavo Capanema, A, de Souza Costa.*

(Pub. no D. O. de 31-8-945).

DECRETO-LEI N.º 7.938 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1945

Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' assegurado aos alunos matriculados, no corrente ano escolar, em qualquer das séries do curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e pelo Decreto n.º 14.373, da mesma data, o direito de se adaptarem à série correspondente do curso de contador, de que trata o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, retificado pelo Decreto-lei n.º 1.535, de 23 de agosto de 1939, prosseguindo os estudos de conformidade com a seriação de disciplinas fixada nessa primitiva legislação. O Departamento Nacional de Educação baixará, para regular essa adaptação, as necessárias instruções.

Parágrafo único. Aos alunos que, no ano escolar de 1946, iniciarem o curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e pelo Decreto n.º 14.373, da mesma data, não se permitirá mais, em nenhuma hipótese, a adaptação de que trata o presente artigo.

Art. 2.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passa a ter a seguinte redação: "Art. 2.º Os alunos que hajam concluído a primeira série do curso de auxiliar do comércio e os que hajam concluído a primeira ou a segunda séries do curso propedêutico poderão adaptar-se, em qualquer época, à série adequada do curso comercial básico."

Art. 3.º Aos portadores de qualquer diploma expedido de acordo com a legislação anterior do ensino comercial, e bem assim aos portadores de diploma considerado de ensino superior, uma vez satisfeita a formalidade do registro no Departamento Nacional de Educação, é assegurado o direito de matrícula em qualquer dos cursos comerciais técnicos, de que tratam o Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e o Decreto n.º 14.373, da mesma data.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(Publ. no D.O. de 10-9-1945).

DECRETO N.º 19.513 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1945

Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário.

O Presidente da República a fim de dar execução ao disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 4.958, de 14 de novembro de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei n.º 4.985, de 14 de novembro de 1942, serão anualmente aplicados, sob a espécie de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas

escolares de ensino primário de todo o país.

Art. 2.º O auxílio federal para o ensino primário será concedido a cada um dos Estados e Territórios e bem assim ao Distrito Federal, de conformidade com as suas maiores necessidades.

§ 1.º As maiores necessidades em cada unidade federativa, serão avaliadas segundo a proporção do número de crianças, entre sete e onze anos de idade, que não estejam matriculadas em estabelecimento de ensino primário.

§ 2.º Serão levados em conta, para o cálculo, o número, em todo o país, e o número, em cada unidade federativa, de crianças em idade escolar não matriculadas, de forma que à relação percentual desses números corresponda a distribuição percentual dos recursos disponíveis em cada exercício financeiro.

Art. 3.º O cálculo, de que trata o artigo anterior, será baseado nos seguintes critérios:

1. A população escolar primária: corresponderá a 12,5% da população geral, tomando-se, para a apreciação em cada ano, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia, e Estatística.

2. A matrícula do ensino primário será estimada segundo os dados do último levantamento apurado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4.º Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário, serão aplicados nos termos seguintes:

1. A importância correspondente a 70 % de cada auxílio federal destinar-se-á a construções escolares. Os projetos deverão ter aprovação prévia do Ministério da Educação e Saúde. As obras serão executadas pela autori-

dade administrativa de cada unidade federativa interessada, correndo as despesas, no todo ou em parte, por conta do auxílio federal concedido.

2. A importância correspondente a 25 % de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde.

3. A importância correspondente a 5 % de cada auxílio federal, converter-se-á em bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Art. 5.º A concessão de auxílio federal para o ensino primário dependerá, em cada caso, de acordo especial, celebrado entre o Ministro da Educação e Saúde e o representante devidamente autorizado da unidade federativa interessada, atendidos os critérios gerais indicados nos artigos anteriores, e mediante prévia autorização do Presidente da República.

§ 1.º Os acordos referentes a cada exercício financeiro serão assinados no seu início, ou mesmo antes, desde que esteja decretado o orçamento federal correspondente.

§ 2.º Ao Ministério da Educação e Saúde incumbirá, por intermédio de sua competente repartição administrativa, fiscalizar, em todos os seus termos, a execução dos acordos especiais celebrados na forma do presente artigo.

Art. 6.º Para que possa receber o auxílio federal destinado ao ensino primário, cada unidade federativa deverá comprovar que satisfaz, no ano anterior, os compromissos assumidos com a União, em virtude do Convênio

Nacional de Ensino Primário, celebrado a 16 de novembro de 1942.

Art. 7.º Os acordos especiais para a concessão do auxílio federal para o ensino primário, no corrente ano, poderão ser assinados até 31 de dezembro, ficando a entrega do auxílio na dependência de que a unidade federativa interessada haja cumprido todas as cláusulas do Convênio Nacional de Ensino Primário, assinado a 16 de novembro de 1942.

Art. 8.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema

(Publ. no *D. O.* de 30-8-945).

PORTARIA N.º 418, DE 12 DE SETEMBRO DE 1945, DO PRESIDENTE DO D.A.S.P.

Cria nos Cursos de Administração da D.A. do D.A.S.P. um curso de Língua Portuguesa destinado a bolsistas estrangeiros.

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, usando da atribuição que lhe confere o art. 22 do Decreto n.º 9.294, de 27 de abril de 1942,

Resolve:

o) criar nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento um Curso Extraordinário de Língua Portuguesa, destinado a bolsistas estrangeiros em missão de estudos no Brasil;

b) aprovar as instruções elaboradas para seu funcionamento.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1945. — *Luis Simões Lopes*.

Instruções reguladoras do funcionamento do Curso Extraordinário de Língua Portuguesa, a que se refere a Portaria n.º 418, de 9 de agosto de 1945, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

FINALIDADE : O presente curso tem por finalidade concorrer para maior eficiência dos estudos de bolsistas estrangeiros no Brasil e despertar-lhes o interesse e o gosto pelo conhecimento da literatura e da bibliografia brasileira em geral.

ORGANIZAÇÃO:

2. O curso terá a duração de cinco (5) meses e será ministrado em dois (2) ciclos.

a) Fundamental, em dois (2) meses;

b) De Aplicação, em três (3) meses.

2. 1. O número de aulas por semana será de três (3).

CONDIÇÕES DE INGRESSO:

3. As inscrições estarão abertas 8 quaisquer bolsistas estrangeiros em missão de estudos no Brasil.

PROGRAMA :

4. Os planos de aulas, exercícios e provas para cada ciclo, serão organizados pelos professores, apresentados ao Diretor dos Cursos de Administração e submetidos à aprovação do Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

5. Ao fim de cada mês os respectivos ciclos, serão os alunos submetidos a provas, tanto quanto possível objetivas, de verificação de aproveitamento.

5. 1. A média final de cada ciclo será a média das notas mensais obtidas.

5. 2. Estará habilitado em cada ciclo o aluno que, no fim do mesmo, lograr média igual ou superior a sessenta (60).

S. 3. A média final do curso será a média aritmética das notas de habilitação em cada ciclo.

5. 4. Aos alunos que lograrem média final igual ou superior a sessenta (60), serão expedidos certificados de habilitação.

PROFESSORES:

6. O curso será ministrado por professores designados, na forma regimental, pelo Presidente do D.A.S.P.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

7. As aulas serão ministradas a grupos nunca superiores a trinta (30) alunos e obedecerão aos planos e horários estabelecidos.

7. 1. O Diretor dos C. A. baixará as normas suplementares necessárias à execução das presentes instruções.

7. 2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da D.A.

D. A. do D. A. S. P., em agosto de 1945. — *Benedicto Silva*, Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento.

(Publ. no *D. O.* de 12-9-45).